

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

**Cidade e Elites
O caso de Évora**

Dissertação de Mestrado apresentada por:
António Joaquim dos Santos

Orientador:
Prof. Doutor Carlos Fortuna

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Évora
2005

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

**Cidade e Elites
O caso de Évora**

**City and Elites
The Case of Évora**



Dissertação de Mestrado apresentada por:
António Joaquim dos Santos

155092

Orientador:
Prof. Doutor Carlos Fortuna

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"

Évora
2005

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Carlos Fortuna, a amabilidade, disponibilidade e a preciosa ajuda que me prestou nas diversas fases deste trabalho que agora termina.

Lamentava-se, numa das nossas conversas, da falta de disponibilidade para uma colaboração mais intensa. Não sabe ele que, mesmo com todas as dificuldades (tempo - bem escasso; e espaço - apesar de tudo, distante) o quanto foi importante e mesmo decisiva em muitos aspectos, a sua colaboração. Não sabe, mas aqui lhe deixo o meu sincero reconhecimento. Agradeço à família, não só pelas razões triviais, mas pelas colaborações nas correcções de textos, nas traduções e em outras variadas tarefas.

Extensíveis são os agradecimentos aos que se disponibilizaram para me prestar informações, tão úteis estas se mostraram para compreender melhor o que pretendia conhecer.

Ao Professor Augusto da Silva, pelos apoios e por me ter sugerido tão bem, orientador para esta dissertação.

Por último e sem que tal signifique qualquer hierarquização no grau de reconhecimento, quero agradecer a prestimosa colaboração da Fundação Eugénio de Almeida e aproveitar para, reparando lapso, retroactivamente agradecer a colaboração também prestada durante a licenciatura.

A todos, os meus sinceros e reconhecidos agradecimentos.

Cidade e Elites

O caso de Évora

RESUMO

Através de uma perspectiva interdisciplinar, procuro identificar, descrever e analisar a composição, mutações e papéis das elites na sociedade portuguesa, nos últimos 40 anos do século passado, focalizando a atenção, numa cidade de média dimensão - Évora.

Tal objectivo encaminha-me para a análise e discussão teórica em torno das questões urbanas e das cidades – as aproximações e afastamentos semânticos dos conceitos e as questões associadas à defesa de uma ruptura epistemológica que conduza a uma sociologia das cidades em detrimento da clássica sociologia urbana.

Para a análise às composições e papéis das elites delimito dois planos distintos onde as situei: o plano das elites de situação e o das elites de acção.

Comum a esse percurso e de forma transversal procedo a uma verificação do grau de concretização dos pressupostos da modernidade.

City and Elites The Case of Évora

ABSTRACT

Through an interdisciplinary perspective, I try to identify, describe and analyse the composition, mutations and the roles of the elites in Portuguese society, in the last 40 years of the past century, focusing attention, in a medium sized town – Évora.

Such objective leads me to analysis and theoretical discussion about the urbane and cities questions the semantics approximations and distances of the concepts of the questions associated to the defence of an epistemological rupture that leads to a city's sociology to the detriment of classic urbane sociology.

For analysis to compositions and roles of elites I delimited two distinct plans where I have placed them: the situation elites plan and the action elites plan.

Common to that route and in a transversal way I precede to a verification of the realization degree of the modernity presuppositions.

Índice Geral

	Introdução	001
01	Objectivos e enquadramento para análise	006
02	Sobre a metodologia	012
03	O objecto e as formas diferenciadas da sua leitura - O estado da questão ou das artes	015
	A cidade como objecto histórico	016
	Túlio Espanca	017
	A toponímia	018
	«Notáveis de um século»	018
	Outras abordagens com base na história	019
	«Colóquio. Évora no século XX»	022
	Évora e a literatura	023
	A cidade como objecto de estudos pluridisciplinares	027
	Duas abordagens sociológicas	028
	Uma síntese ao estado da questão	032
04	Enquadramento e plano ou planos teóricos de abordagem	034
4.1	Sobre as questões urbanas, a sociologia urbana ou a emergência de um novo paradigma tendente a uma sociologia das cidades.	035
	Percurso	036
4.2	Sobre o uso do conceito de elite.	
	As elites de "situação" e as elites de "acção"	046
4.3	Algumas notas sobre o enquadramento das questões das cidades e das elites com a discussão actual em torno da modernidade	054
4.4	A síntese do objecto teórico a partir do qual parto para a observação	058
05	O conceito operativo de cidade – Traços distintivos gerais	060
06	O objecto empírico em si. A cidade de Évora 1960 – 2000.	
	Traços distintivos gerais	064
6.1	Alguns indicadores sócio – demográficos comparados 1960 – 2000	065
6.2	Uma síntese em torno da clarificação do conceito operativo de cidade e desta enquanto objecto empírico para a observação	068
6.3	O necessário enquadramento histórico	069
07	Aplicação da grelha analítica	070
7.1	Os factos – O primeiro momento de observação, 1960 – 1974	070

	Os valores	070
	A questão política e administrativa	072
	Évora	075
	A emergência das elites de “acção”	080
	Ecos na imprensa local	080
	Escola e formação profissional	082
	A Siemens e a industrialização	083
	Colectividades de cultura e recreio	084
	A acção política	085
	O «governo» da cidade	089
7.2	Os factos – O segundo momento de observação 1974 – 2000	091
7.3	A 2ª etapa na aplicação da grelha analítica. Contextos e causas	
	A forma como ocorreram os factos	103
7.4	A 3ª etapa na aplicação da grelha analítica – Questões de desenvolvimento	107
	A cidade	107
	As elites	108
	Modernidade	111
7.5	A quarta e última etapa na aplicação da grelha – A confrontação com os planos teóricos adoptados	112
	A cidade (quadro teórico e confrontação)	113
	Elites (quadro teórico e confrontação)	114
	A modernidade (quadro teórico e confrontação)	115
08	Discussão, conclusão e sugestões	117
	A cidade e a emergência de um novo paradigma para a observação e acção	118
	Elites, teoria clássica e novas perspectivas. A sua inevitabilidade ou a inevitabilidade da sua extinção	123
	Nota final	129
APÊNDICE A (Os dados)		
APÊNDICE B (As entrevistas)		
BIBLIOGRAFIA GERAL		
Outras fontes bibliográficas e documentais		

Índice de Quadros

Quadro n.º 1

Comparação por grandes grupos etários, 1960-2001	066
--	-----

Quadro n.º 2

Comparação por sectores de actividade, 1960-2001	066
--	-----

Quadro n.º 3

Situação quanto ao emprego, comparação, 1960-2001	067
---	-----

Quadro n.º 4

Desempregados e estudantes, comparação, 1960-2001	068
---	-----

Quadro n.º 5

Freguesias urbanas, Recenseamento 1969	074
--	-----

Quadro n.º 6

Resultados das eleições em 1958	074
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Perante o desafio¹ de procurar analisar a acção, papéis, composições (e respectivas mutações) das elites em contexto urbano e fazendo uso para o efeito de práticas e técnicas da metodologia própria à investigação sociológica, procedo à observação e análise no contexto do que defini como objecto empírico: a cidade de Évora na segunda metade do século XX - mais especificamente, entre 1960 e 2000.

Através deste descrevo - com a minúcia que o discurso escrito e a coerência interna do texto permite - o resultado das observações, os dados obtidos através da pesquisa documental, bem como as informações resultantes das entrevistas realizadas.

Associo a esta perspectiva descritiva uma preocupação analítica, para o que frequentemente faço uso do recurso a princípios de ordem dedutiva.

Para o proposto, procedi a uma apreciação crítica a alguns corpos e planos teóricos, directa ou indirectamente relacionados, quer com a temática - em termos gerais - quer com o objecto empírico - particularmente - tais como os que reflectem e procuram interpretar as problemáticas urbanas e das cidades, das elites e, de forma transversal, a controvérsia em torno do paradigma da modernidade.

Corresponde a uma apreciação feita com recurso a uma perspectiva de conjunto. Os aprofundamentos são os que resultam da estrita necessidade de compreensão do objecto e por isso direccionam-se para o percurso e controvérsias actuais da sociologia urbana, para as teorias das elites e para as questões da modernidade, sendo que para este último campo, detenho-me mais na verificação do grau de execução dos seus principais pressupostos, do que propriamente no debate teórico.

Estas são razões para que nos capítulos relacionados proceda à sua estruturação em torno dos itens: cidade, elites e modernidade.

E são também razões que, de certa forma, justificam a dificuldade em determinar o campo específico que norteia e determina o rumo da investigação - dada a sua amplitude - sendo que, apesar de uma determinada marca de inter-disciplinaridade, a inclui nos planos conceptuais e metodológicos próprios à sociologia urbana.

A metodologia usada insere-se na que é própria a análises do tipo documental, histórica e sempre que tal se mostra possível, comparativa.

¹ Estruturado sobre dois pilares. Um primeiro que corresponde às obrigações associadas à elaboração de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Sociologia pela Universidade de Évora - Área de especialização em recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável e um outro que é expressão da curiosidade sociológica sobre esta temática.

Para a caracterização de um período para o qual não abundam - por razões que são desde logo óbvias - investigações de cariz sociológico, usei a literatura como fonte e meio para uma determinada reconstituição da identidade e imagem da cidade.

O relatório é redigido, por um lado obedecendo à estrutura clássica para este tipo de textos e por outro, como reflexo do uso de grelha analítica sugerida por Giddens (GIDDENS;2004), com a qual percorro as questões factuais, comparativas, de desenvolvimento e teóricas.

Nas questões factuais, para além da contextualização histórica e espacial, incidi a atenção sobre os fenómenos associados à actividade associativa nas colectividades de cultura e recreio, às questões do ensino e formação, ao processo de industrialização, ao ensino e formação profissional, à acção política e de governação da cidade.

Entre estas ganham destaque as relacionadas com o ensino (numa primeira fase a vertente profissionalizante de um determinado tipo de ensino e na actualidade as resultantes da criação do ensino superior, primeiro através do ISESE e posteriormente com o Instituto Universitário de Évora e a Universidade de Évora). Ao primeiro está associado um determinado impulso do tímido processo de industrialização aqui verificado e ao segundo as significativas transformações e mudanças sociais ocorridas.

A Universidade constitui-se como o «viveiro» das novas elites que marcam o panorama actual e é em si mesma forte contributo para a característica terciária do emprego, a par dos diversos organismos da administração pública aqui sedeados.

À terciarização e à formação de uma ampla «classe média» dedico também atenção, na perspectiva de verificar em que moldes e com que intensidades influenciam os papeis e a composição das elites.

Nas questões comparativas procedo mais às que são possíveis dentro do intervalo do que propriamente com outros objectos similares. No entanto, sempre que tal se mostra possível, procedo a estas últimas, nomeadamente no que diz respeito à verificação de coincidências ou descoincidências nos traços identitários principais, nos costumes e usos e nas formas de governação política.

As comparações internas são estabelecidas principalmente pela confrontação de elementos estatísticos de ordem demográfica referentes aos extremos do intervalo.

Através delas, procuro encontrar fundamentos que permitam ou não deduzir pelo carácter geral das características observadas e é assim que concluo que, apesar de

algumas especificidades, o observado em Évora para o intervalo delimitado é generalizável para as cidades que tenham dimensões e traços identitários² similares. Tenhamos em atenção por exemplo o crescimento urbano, a terciarização económica, o crescimento da camada da população com rendimentos médios - a denominada «classe média» - o surgimento de novas profissões, a crescente feminização da população activa, o aumento das habilitações académicas, novas práticas e consumos culturais, novos padrões de consumo, entre outros.

A par destas, são também generalizáveis as alterações verificadas ao nível dos usos, costumes, bem como o que se relaciona com comportamentos e atitudes, como os que na actualidade conduzem ao enclausuramento do sujeito, no reduto das instituições.

No plano político, as alterações e as profundas repercussões delas resultantes, não são uma particularidade de Évora - apesar de ser admissível a existência de alterações de ritmos e de intensidades na sua concretização - mas sim uma característica comum ao país.

Nas questões de desenvolvimento procurei verificar a forma como os factos foram ocorrendo ao longo do intervalo e analisar a importância que estes assumiram para as alterações nos papéis e na composição das elites. Assim, verifico do nível de participação na actividade associativa, na intervenção cívica e política, do papel de quadros e intelectuais “estrangeirados” nas transformações, a par das expressivas alterações em vários indicadores sócio-demográficos.

É assim que observo o processo de mutação nas composições das elites. De uma situação dominante das elites de situação, passando pelo seu enfraquecimento e quase esgotamento de protagonismo, para uma situação de dinâmica e de auge das elites de acção para, na fase actual, uma certa descaracterização dos dois campos e uma determinada ambiguidade nas composições e papéis desempenhados.

O percurso social e o ritmo, em determinada fase³ acelerado e conturbado das relações sociais estabelecidas, caracteriza e determina estes diversos e diferentes ajustamentos.

Nas questões teóricas procedi à procura de entendimento sobre as causas subjacentes aos factos e pretendi saber os porquês das coisas. Procurei ainda atestar da operacionalidade e eficácia dos modelos teóricos e paradigmáticos para uma correcta leitura e interpretação do descrito.

² Como por exemplo: dimensão populacional, localização interior, centro político e administrativo com alcance distrital ou regional, envolvente rural e de forte predominância da actividade agrícola, existência de estabelecimento de ensino superior.

Ressaltam aqui as questões em torno da pertinência da existência ou não de uma disciplina específica para a análise e compreensão dos fenómenos urbanos - a sociologia urbana - bem como ganham corpo alguns dos questionamentos de que é alvo, nomeadamente com base nos que preconizam a necessidade de uma ruptura epistemológica.

Creio ter ficado claro que os conceitos: urbano e cidade, são referentes a “coisas” distintas, o que poderá justificar a necessidade da ruptura referida, assim como parece ser um facto que a cidade, enquanto objecto para a sociologia, foi sujeita a alguma falta de atenção até um tempo recente. Deste facto resultou que esta - a cidade - seja tratada, como matéria quase exclusiva de outras disciplinas.

As diferentes perspectivas para a abordagem à temática das elites são de molde a determinar diferentes percursos para sua análise. Pretendi fazê-lo sob um ponto de vista que, de certa forma, considere mais «sociológico» e por isso, recusei alguns dos pontos de vista das abordagens clássicas.

De igual forma não parece aceitável analisar aceitando como ponto de partida que entre elites e democracia existe um antagonismo intransponível. No primeiro momento da observação, Portugal estava subordinado a um regime não democrático e não ficou demonstrado que não existissem elites para além das que se constituíam como suporte do regime. Recusei ainda proceder a agrupamentos por uma clássica tipologia - elites políticas, económicas, religiosas, militares - por considerar que assim, ficava de fora um amplo leque de indivíduos com integração no conceito adoptado para elite, que agiam no sentido, não de justificar e manter o estado das coisas, mas para o transformar e que não se enquadravam na divisão com base na tipologia.

É assim que procedo à distribuição por dois campos distintos: situação e acção e é nessa base que operacionalizo o conceito.

Por último e perante uma outra pretensa dicotomia, que opõe sujeito e elites e que tem consistência nos discursos críticos da modernidade, optei por considerar a não existência de sentido para tal incompatibilidade, na medida em que pode existir correlação e compatibilidade. Mesmo perante a situação que caracteriza o período final da observação - actualidade - em que observo um quase total esbatimento entre os campos (situação e acção) e em que as elites se parecem render e ceder o «espaço» de intervenção a outras formas de acção colectiva (os lobbies), são perceptíveis sinais de que novas transformações estão em curso e novos ajustamentos nas composições e papéis das elites podem ocorrer.

³ Marcada por acontecimentos de cariz revolucionário.

Este entendimento tem subjacente a ideia de que há uma certa inevitabilidade para a existência de elites, mas tal não significa que a aceite como uma consequência «natural». Essa inevitabilidade é fundamentalmente e quase exclusivamente de consequência social.

As dinâmicas económicas, políticas, culturais e as sociabilidades e socializações que geram são o «berço» das elites e estas, independentemente da natureza dos regimes, são de acção (quando agem para transformar) e de situação (quando agem para manter).

Aplicada a grelha analítica, sintetizo num capítulo a discussão dos dados, as conclusões e sugestões. Tal agrupamento resultou da opção de proceder a sínteses parcelares no final dos capítulos onde tal se justificou, assim como foi consequência da aplicação da referida grelha, que provoca, numa das suas fases, que se proceda à discussão.

Realço que neste capítulo (no qual tem lugar a autocrítica) e ao proceder a algumas sugestões, estou a assumir posição defendida de que da sociologia também se deve esperar uma determinada preocupação propositiva.

Uma nota final, nesta introdução, para referir que remeti para apêndices um conjunto alargado da informação recolhida⁴, à qual procedi ao tratamento que me pareceu adequado. De igual forma remeto sínteses⁵ das entrevistas que efectuei. Desta forma pretendo dar suporte documental à descrição factual e à análise por ela gerada.

⁴ Da qual julgo útil destacar: Previsão das cidades com mais de 8 milhões de habitantes em 2015; População residente por distritos e % dos residentes em meio rural; Evolução da população residente no C.Urbano de Évora entre 1864 e 1960; Pop. Residente na cidade – 1958-2001; Habilitações detidas, áreas de formação, grupos etários e distribuição em função do sexo e condição económico – 1960; Dados similares para a população residente na cidade de Évora em 2001; Recenseamento eleitoral em 1969 e 2004, entre outros.

⁵ Optei por sínteses em detrimento da transcrição total, por considerar que dessa forma se torna possível uma melhor legibilidade.

1. Objectivos e enquadramento para a análise

Associando cidade, elites e modernidade e dando a essa associação o cunho de um corpo comum, proponho-me observar, descrever e analisar a composição, mutações e papéis das elites, em contexto urbano, ou mais apropriadamente, no contexto de uma cidade de média dimensão do interior do país.

O enfoque empírico sobre o qual vou fazer incidir essa observação e análise é a cidade de Évora e a delimitação temporal a que resulta do intervalo compreendido entre o início da década de 60 e o final do século.

Três dimensões se insinuam como transversais à observação e análise: i) a dimensão teórica; ii) a dimensão temporal e iii) a dimensão territorial. Estas reflectem a necessidade de cuidar de (des) densificar os plano teóricos associados às problemáticas do urbano, das elites e da apreciação crítica ao processo da modernidade, assim como de precisar as formas de abordagem às dinâmicas associadas ao tempo e ao espaço.

No plano teórico, terei presente que a pluralidade é um princípio distintivo da investigação sociológica (Giddens) e para as observações em torno de espaço e tempo, partilharei de que nem o primeiro é monolítico, nem o segundo é linear (Fortuna).

Para o "item" - a modernidade - seguirei uma perspectiva assente na verificação do tempo e modos da concretização prática daquilo que são (eram?) os seus principais pressupostos. Tal perspectiva implica que terei presente a intenção de proceder a um "balanço" em detrimento da ideia, porventura mais estimulante do ponto de vista teórico, de me inserir no amplo debate que em torno dela hoje se trava.

A análise crítica à modernidade é questão derivada e não propósito central pelo que encaminharei as preocupações para a verificabilidade do grau de execução dos seus pressupostos em Portugal - e com as especificidades próprias associadas ao objecto - na cidade de Évora.

É para já claro que Portugal, e Évora em concreto, apresentavam, na fase inicial do intervalo a que me proponho, assinaláveis atrasos no que diz respeito à consagração de princípios nucleares de um processo subordinado aos padrões da modernidade.

A razão não imperava sobre as crenças e os valores, o rural submergia o urbano, o totalitarismo asfixiava as liberdades, a alegria de viver era substituída pelo ascetismo religioso, a escola era um instrumento de replicação cultural.

Portugal era então, um país isolado do mundo, fechado sobre si e que bania tudo o que pudesse pôr em causa os seus alicerces, construídos em torno de valores éticos, morais e religiosos muito próprios e Évora era *"uma cidade do interior, fechada e tradicionalista, politicamente conservadora, dominada por um conjunto de famílias e pequenos grupos sociais influentes"* (FORTUNA 2001:239).

Este é o cenário que caracterizava, quer a situação nacional, quer a focalizada na cidade para onde dirijo a observação, durante o primeiro período da dimensão temporal e que se situa entre 1960 e 1974.

No entanto, em meados da década de sessenta, alguns acontecimentos são indicadores que se iniciava ou havia em curso, um processo de mudanças sociais e culturais. *"No início da década de sessenta, algumas iniciativas e actividades religiosas, culturais e científicas, promovidas sobretudo em Évora⁶, que pressagiavam a criação de condições favoráveis à evolução das mentalidades e à aceitação das mudanças que timidamente, no âmbito nacional e larga e decididamente no âmbito internacional, iam impondo um novo tipo de relacionamento entre os povos e entre os grupos..."*(SILVA 1987).

A Revolução de 25 de Abril de 1974, demonstrou que esses indicadores, correspondiam de facto a uma situação real e expressavam a existência de um processo em curso.

A Revolução introduzirá profundas alterações ao quadro social, político, cultural e económico que caracterizava a situação no início da década de sessenta. Poder-se-á mesmo afirmar que é com esta que se verifica ou que se inicia a concretização de muitos dos pressupostos da modernidade.

Um outro objectivo está associado ao "item"- urbano. O conseqüente nível da sua verificabilidade ou do seu desenvolvimento, intercepta-se com os pressupostos da modernidade. Urbano e modernidade percorrem percursos comuns na generalidade dos países europeus e a verificação do baixo grau da sua incidência em Portugal no início da década de sessenta é, também por isso, indicador para confirmar que a modernidade em Portugal tem uma concretização tardia.

⁶ O autor está a fazer a análise no contexto do Alentejo.

Em Portugal, em 1960 residiam em espaço urbano, ou mais apropriadamente em centros urbanos, somente 22,7% da população. Évora, que tinham então 24144 habitantes, ocupava a 12^a posição no ranking dos centros urbanos.

A ruralidade não era então somente um facto, como era preferencialmente um valor que o regime enaltecia. A ditadura renegava e temia as cidades.

Para além desta interligação entre urbano e modernidade, a análise dos impactos da sua ocorrência e a associação natural ao objecto de observação, transporta esta - a análise - para dois planos distintos: i) um, que se situará no plano interno da produção teórica e que ora confronta, ora associa urbano e cidade e ii) outro, onde se integram os diferentes usos do conceito, não só os que se verificam em função do espaço⁷, mas também por consequência do tempo⁸.

Falar de urbanismo, implica aceitar que este é um processo e um modo de vida que hoje se difunde por todo o espaço onde haja ocupação humana e que já não se cinge em exclusivo às cidades (Writh).

Falar de cidades, implica ter presente que, quer no tempo, quer na distribuição espacial, se está a falar de dimensões (por exemplo a demográfica) de diferenças por vezes abismais.

São cidades Bombaim e Lagos, para as quais as previsões apontam para mais de 20 milhões de habitantes⁹, assim como o são Miranda do Douro e Santana que não atingem os dois milhares. E são-no por força de vários factores, como os em ordem ao direito positivo, mas também pelos associados a questões culturais, sociais, religiosas, políticas e históricas.

É tendo presente esta densidade de usos para o conceito, que me proponho, por um lado contribuir para a sua desdensificação e por outro, verificar da forma como ao longo do intervalo, o fenómeno decorreu e que implicações produziu.

É com base neste "itens" - a que me falta ainda acrescentar - elites - que estruturo objectivos e construo perguntas de partida. Este último é porventura aquele cujo o seu uso, ou as opções de uso a que vou proceder, poderá acarretar mais polémica.

Sustentando-me também em opinião alheia e cuidando de não descurar o aviso de que: *"La notion d' élite fait partie de ces questions à la fois centrales pour les sciences sociales et très d'licates à utilizar, tant leur définition est sujette à varitions, à*

⁷ A dimensão populacional das cidades.

⁸ Os diferentes critérios classificatórios ao longo do tempo.

⁹ Previsões cujas fontes são: UN, World Prospects, 1998, The Unesco Courier, Junho de 1999 e que cito a partir de GIDENS,2004:588

*discussions, à désaccords.*¹⁰ (HEINICH, 2004 313), parto para a abordagem, por vezes ancorado nas apreciações desta autora, mas por outro lado também com base em considerações próprias.

Decidi usar o conceito na base de uma perspectiva que defini como mais "sociológica" e desviar-me do percurso que a aceitação do tratamento clássico me conduziria.

Uso e operacionalizo o conceito de elite como referente ao conjunto de pessoas detentoras de um determinado nível de prestígio social - que pode advir de diversos atributos, tais como o dinheiro, as qualidades artísticas, o poder, o exercício de altos cargos públicos, políticos, associativos, sindicais e outros - e que desfrutam de aceitação e reconhecimento público, quer tal seja o resultado de indicação dos seus pares ou de iniciativa própria e que intervêm directamente ou como referência na sociedade, visando garantir a manutenção de um determinado estado de coisas ou a sua transformação.

Não o uso aceitando que entre elites e democracia existe um antagonismo latente, assim como também não o uso na perspectiva de que as elites representam a anulação da acção individual.

Para além de identificar a sua composição, formas de acção e mudanças ocorridas - o objectivo principal a que me proponho - terei que necessariamente proceder a uma melhor clarificação do uso que adopto para o conceito.

Será com os enquadramentos próprios à Sociologia e aos instrumentos e técnicas que lhes estão adjacentes, que procederei às inclusões na dimensão teórica do objecto. Esta - a dimensão teórica - engloba as controvérsias associadas aos dilemas clássicos com que esta se debate e estes têm expressão nas confrontações entre urbano e cidade, modernidade e os seus diversos prefixos e entre elites, democracia e acção individual.

Se há característica própria à Sociologia é a aceitação da pluralidade de planos teóricos para a observação do seu objecto. É com base na assunção dessa pluralidade, que parto para a observação.

Não há um quadro teórico único de referência, assim como não há neutralidade absoluta face ao observado. Estes dois pressupostos acompanharam todas as fases da análise, cujo relatório agora redijo.

¹⁰ " A noção de elite é uma questão central para as ciências sociais e muito delicada de usar, tanto a sua definição está sujeita a variações, a discussões e a desacordos. (tradução própria).

Na dimensão temporal - salvaguardada que já ficou a questão ligada ao entendimento da sua não linearidade - há que ter em linha de consideração que o intervalo proposto, não só é um intervalo de 40 anos, como estes correspondem aos momentos mais marcantes da nossa história contemporânea, que no entanto, como se verá pela análise ao estado da questão, corresponde também a um período que conluo como insuficientemente tratado pela história, mas principalmente pela sociologia¹¹.

São acontecimentos com fortes e decisivas repercussões no objecto que analiso, no plano nacional: A adesão de Portugal à EFTA (1959); a guerra colonial (1961-1974); o fluxo emigratório; a actividade de luta e resistência contra a ditadura, com ponto alto em 1969; a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a adesão à CEE(1986). Em Évora, são acontecimentos particulares importantes: a introdução do ensino superior na cidade (primeiro através da criação do ISESE (1964) e posteriormente com a criação do IUE (1973); a ampla actividade cultural associativa desenvolvida na segunda metade da década de sessenta; a (re)criação da Universidade de Évora (1979) e a classificação do Centro Histórico como sítio Património da Humanidade (1986).

Os acontecimentos e a análise às suas interligações com os objectivos propostos, são os que ocorrem nesse intervalo e no espaço que genericamente se define como o correspondente à cidade de Évora.

Obviamente e fazendo uso de uma determinada perspectiva filosófica sobre o "espaço", os acontecimentos não podem ser observados sem uma associação permanente ao meio envolvente, com predominância para os que ocorrem no plano nacional.

O fenómeno da crescente urbanização, os associados ao cumprimento ou incumprimento dos pressupostos da modernidade, assim como a acção e influência das elites, não podem ser entendidos como fenómenos exclusivos ao objecto, mas antes, cuidando de verificar das eventuais particularidades que assumem em Évora não deixar de ter em conta que eles são, em regra, de ordem geral, ou seja, são comuns ao território nacional.

Feito o enquadramento, nomeadamente através da definição das três dimensões analíticas: teórica; temporal e espacial, sintetizo aquilo que são os objectivos a que me proponho:

¹¹ É necessário ter presente que esta conclusão se cinge em exclusivo ao verificado dentro do espaço geográfico onde faço incidir a abordagem e que está longe da afirmação qualquer pretensão de a generalisar.

Descrever e analisar o percurso dos processos e implicações do crescimento urbano.

Descrever, analisar e verificar das diferenças nas composições e formas de agir das elites, no decorrer do período correspondente à dimensão temporal do objecto.

Concentrar, associar e interligar esses fenómenos, com a análise ao grau de cumprimento dos principais pressupostos do paradigma da modernidade.

Na forma de procurar dar-lhes resposta, farei incursões aos quadros teóricos associados, inserindo-me, por exemplo, na discussão actual sobre o objecto da Sociologia Urbana e sobre a necessidade de uma ruptura epistemológica, que eventualmente conduza à criação de uma sociologia das cidades (FORTUNA).

À problemática em torno da modernidade, que ganha expressão através da corrente denominada pós modernista (ou de outras, com outros prefixos), dedicarei a atenção que os acontecimentos determinem ou seja determinada pelas opções analíticas.

O debate em torno da crise do paradigma (tese de uns) ou da não existência de qualquer crise, havendo sim quanto muito, atrasos no cumprimento de alguns dos seus pressupostos (tese de outros) coexiste com a investigação na estrita medida em que possa contribuir para compreender o fenómeno.

O papel ou papeis das elites, a análise à sua composição e às alterações ocorridas, processar-se-á sob uma perspectiva distanciada da que emana da teoria geral das elites (Mosca e Pareto), bem como não se situará no antagonismo que considera da não razão da sua existência em contextos democráticos.

A dúvida que ressalta e para cuja procura de respostas encaminharei a pesquisa, é saber se no momento presente - de enorme turbulência dos paradigmas vigentes - fará ou não sentido, continuar a falar de elites, não porque a existência destas seja incompatível com a democracia vigente, mas porque os modos de pensar e agir centrados no «eu» e na recusa do «nós» social (os pós modernistas falarão eventualmente na destruição do sujeito como acção derivada da modernidade) a tal parecem conduzir.

É por isso, também de certa forma um objectivo a atingir, procurar saber se nas sociedades actuais, globalizadas por um lado e centradas nos micro universos de cada um, por outro, fará sentido continuar a falar de elites.

Neste percurso, terei presente uma determinada preocupação propositiva e não pretendo limitar-me aos aspectos descritivos e analíticos. Partilho das ideias dos que

defendem que a Sociologia também tem por «obrigação» poder contribuir¹² para tornar melhor a vida dos homens e das mulheres - actores cujos papeis e relações - são a razão de ser da sua existência enquanto disciplina científica.

No capítulo seguinte, enunciarei a forma ou formas - metodologia e técnicas - como vou proceder à observação do objecto e como pretendo atingir os objectivos agora apresentados.

Uma nota final neste capítulo de enquadramento e de apresentação de objectivos, para referir que são palavras chave: modernidade, cidade, urbano, urbanismo, sociologia urbana, sociologia das cidades e elites.

É essencialmente em torno delas que gira a descrição e a análise propostas.

2. Sobre a metodologia

Afirmo pretender descrever um processo e dessa forma poder contribuir para transportar para memória futura, factos que de outra forma dificilmente seriam transportados para o plano da perenidade. Está pois subjacente a preocupação descritiva de uma determinada factualidade que caracteriza normalmente a investigação sociológica. Descrever para melhor conhecer.

Mas à descrição factual, quero acrescentar o desejo de procurar desvendar enigmas, procurando saber das causas. Se parece um facto - pelo menos é isso que postulo - que há um conjunto de mudanças sociais que conduzem a mutações profundas na composição das elites e se novas elites surgem na sociedade, então, para além de descrever o processo que a isso conduz, é legítimo que procure saber, para além do como, os porquês de tal ou tais factos.

Elites? Porquê? Se é mais fácil responder no contexto de uma sociedade rural, fechada sobre si e dominada por um regime totalitário, não deixa de ser enigmático procurar as respostas nas sociedades modernas actuais (ou pós modernas, segundo alguns), que justifiquem a existência de grupos minoritários exercendo influência sobre a generalidade das populações e intervindo de forma marcante sobre a vida pública.

É tendo presente as duas vertentes: descritiva e analítica, que faço uso de técnicas de investigação, como a observação directa, a análise histórica, a pesquisa

¹² Permitir uma melhor compreensão sobre os fenómenos, pode constituir e constitui de facto um importante contributo para esse fim, mas poderá este ser complementado também com a preocupação de poder indicar caminhos, de apresentar propostas.

documental e a entrevista. As opções pelas técnicas e metodologias, derivam assim da própria natureza do objecto.

A observação directa, que quase poderia designar como de participante - na senda da etnografia - é consequência da relação que estabeleço com o objecto, quer do ponto de vista vivencial, quer mesmo tendo por base razões de ordem profissional, nas quais se inserem preocupações analíticas sobre determinadas vertentes do objecto.

Participante - se assumir o "quase" porque é um facto que estou "dentro" do objecto e que assim, por alguma forma, nele intervenho e posso contribuir para a sua «modificação». Apesar da relação próxima cuidarei de salvaguardar a necessária neutralidade axiológica.

A análise histórica é indispensável perante uma observação que tem uma dimensão temporal como a que é proposta. Através dela, procuro identificar e descrever o percurso e as vicissitudes que lhe estão associadas. Realço que não tenho a este propósito preocupação em cronometrar ou em construir uma espécie de escala cronológica na qual proceda ao encaixe dos acontecimentos, antes valorizo a descrição e análise aos contextos sociais onde ocorrem estes.

No que se refere à pesquisa documental, existe sobre o objecto uma panóplia de grande riqueza, principalmente no que aos tratamentos históricos ele foi objecto. Túlio Espanca, o barbeiro da Praça do Giraldo, que de forma autodidacta se transformou num expoente de investigador e historiador da Évora patrimonial, deixou-nos riquíssimo legado.

Para o espólio e para a sua riqueza é contributo o Boletim Cidade de Évora, edição da CME que perdura, assim como do arquivo da imprensa da Cidade que é possível consultar na sua Biblioteca Pública. Títulos como Notícias de Évora, Democracia do Sul, Jornal de Évora e Diário do Sul, constituem-se como importantes fontes.

São também fontes as actas de reuniões da Câmara Municipal, os Cadernos de Recenseamento Eleitoral e outros documentos constantes do seu Arquivo Documental. Os Recenseamentos Gerais da População e outras publicações do INE são contributo para a caracterização das dinâmicas demográficas e para o conhecimento dos diferentes pesos populacionais da cidade ao longo do período observado.

A propósito da questão demográfica merece realce o tratamento dado à problemática urbana pelo Recenseamento Geral da População (INE 1960)¹³ e as iniciativas mais recentes sobre a mesma temática, como são exemplos as edições Atlas das Cidades (INE 2002) e as Cidades em Números - em suporte informático (INE 2004).

Os testemunhos vivos de actores privilegiados dos acontecimentos relatados e analisados constituem profícua fonte de recolha de dados. Por razões óbvias - o distanciamento temporal torna mais difícil a reconstituição - valorizo os testemunhos dos entrevistados que contribuíram para uma determinada recomposição de um tempo que apesar de próximo, já nos é distante.

Procedo a entrevistas não direccionadas a quatro personalidades da cidade. Uma oriunda dos sectores católicos e dos meios intelectuais, uma outra com uma importante intervenção no trabalho associativo e cultural, a um industrial com intervenção no plano do associativismo empresarial e por último a uma, com intervenção nos planos cultural e político.

O conteúdo da informação obtida através das entrevistas foi tratado como complementar à informação obtida através da análise histórica e documental. As entrevistas são pois complementos e não pontos de partida ou referências de pesquisa centrais.

Para além das entrevistas «formais» procedi ainda a inúmeros contactos, para respostas a questões pontuais. Em certa medida poderei fazer alusão ao seu uso na perspectiva atribuída aos «informantes privilegiados».

A análise histórica efectuada, as perspectivas novas que permitiu e os estigmas que ajudou a quebrar são de molde a considerar que a história local deste riquíssimo período da nossa contemporaneidade está por aprofundar.

Quando refiro a quebra de estigmas, faço-o numa referência à constatação que há a valorização de um determinado período histórico posterior à Revolução de 1974 e que essa valorização, com a conseqüente subestimação dos seus períodos "gestacionais", conduz - por excesso - à ideia que esta data (25 de Abril de 1974) é quase a hora 0 de uma nova época. É-o sem dúvida em muitos aspectos, mas também não corresponde à situação real, considerar que antes dela, era simplesmente o vazio, o nada.

¹³A definição do conceito de Centro Urbano a que o INE procede (e a que dá uso neste Recenseamento), apesar de gerador de anomalias pontuais (por exemplo exclui aglomerados populacionais que já detinham o "estatuto" de cidade - Estremoz é um caso), constitui-se como instrumento que permite o estudo do fenómeno urbano, nomeadamente para análises comparadas.

Não o é, e principalmente a partir de meados da década de 60, se ainda «*não é hora de nada*», é pelo menos hora de dar corda ao relógio que vai cronometrar o novo tempo.

Entre os dois períodos em que dividi a observação: (1960-1974) e (1974-2000) existe um momento de ruptura - fractura - mas estes, não podem ser considerados como se estivessem isolados entre si. A fractura existe porque antes já se verificavam “deslocações tectónicas”, que eram indicadores seguros da previsibilidade e inevitabilidade desse “acontecimento”.

Voltando à questão metodológica em sentido absoluto, duas notas: uma primeira através da qual anuncio a intenção de proceder, sempre que tal se manifeste útil à fluidez discursiva, à elaboração de sínteses parcelares no final dos capítulos principais e uma segunda, para afirmar que tendo por base Giddens, resolvi seguir como estrutura para a observação, o conjunto de procedimentos sugeridos pela grelha analítica seguinte (GIDDENS, 2004: 642):

Questão factual	O que aconteceu?	Que mudanças (se é que ocorreram) nos planos sociais e culturais? Que alterações provocaram na composição das elites e na forma de estas influenciarem a vida das cidades?
Questão comparativa	Este fenómeno deu-se em todo o lado?	Será que não existem particularidades associadas a determinadas características da cidade focalizada, que podem ter levado a que o fenómeno tivesse expressões diferenciadas? Terá ele ocorrido ao mesmo tempo em todo o tipo de sociedades?
Questão de desenvolvimento	Isto deu-se ao longo do tempo?	Que mudanças (na composição das elites) se podem observar ao longo do tempo? Que mudanças (na forma de influenciar) são mais observáveis?
Questão teórica	O que está por detrás deste fenómeno?	Que causas podem explicar a ocorrência do fenómeno? Com que perspectiva teórica é possível melhor compreender as mudanças?

Expostos objectivos, enquadramento geral, métodos e técnicas para observar, descrever e analisar o objecto e adoptada a grelha analítica - através da qual estruturo a parte descritiva - importa agora verificar da forma como este - o objecto - tem sido observado e tratado.

3. O objecto e as formas diferenciadas da sua leitura - O estado da questão - ou das artes.

Uma miríade de direcções se projectam perante a necessidade de definir o estado da questão ou das artes, em face do objecto definido. O uso de um cuidado permanente

de sintetizar associa-se e conflitua com a vontade de descrever o maior número possível das informações extraídas das fontes consultadas.

Procurando o necessário equilíbrio, neste capítulo concentro-me em exclusivo na dimensão empírica do objecto, ou seja, cinjo-me à cidade e ao tempo, cujo intervalo delimito, dando realce à forma como o objecto foi tratado pela história e pela literatura, a par da verificação da atenção que lhe tem sido dada pela sociologia, principalmente a que possa derivar do facto de aqui existir uma Universidade, que ministra o curso e que adoptou o Centro Histórico, como o seu “campus”.

Para as dimensões teóricas inter-relacionadas, inclino-me para uma abordagem particularizada. Assim, nesta análise ao estado da questão ou das artes incido em exclusivo sobre os aspectos directamente relacionados com Évora e com os acontecimentos mais marcantes, que nela tiveram lugar no período compreendido entre 1960 e 2000. Tal não exclui que aqui ou ali não possa haver incursões para além destes limites fixados.

Na parte final do capítulo dedicarei uma maior atenção descritiva a dois trabalhos de base sociológica que considero importantes para os objectivos a que me proponho: um elaborado nos finais (1973) que defini como o primeiro período da observação e referente às elites eborenses da época (Quadros) e um outro que tendo a cidade como base, dá realce a um processo de revalorização de recursos, a que o autor (Fortuna) denomina de destradicionalização e que corresponde já ao segundo período.

A cidade como objecto histórico

A história, principalmente o seu ramo de património, deve ser a disciplina que mais tem tratado a cidade. Compreende-se a «atenção» e a «curiosidade» na medida em que esta - principalmente o seu centro histórico - constituirá para ela importantíssimo "laboratório" e depositário de inúmeras fontes, de diversificados períodos.

Da época romana ostenta o seu ex libris -Templo Romano¹⁴ - a par de traçados de via (R. D^a Isabel) e termas (Praça do Sertório). Do tardo romano vestígios da antiga cerca e da sua época áurea (medieval) o traçado sinuoso das ruas, os edifícios e pátios, a Sé Catedral e as muralhas Fernandinas¹⁵, que na actualidade fazem com que Évora tenha de ser diferenciada espacialmente, por cidade intra e extra muros.

Para a historiografia da cidade e como contributos para «perpetuação de memórias» e de relatos de vivências, emerge a figura de alguns “vultos” perante os quais, todo e qualquer «esquecimento», mesmo se fundamentado em razões de síntese ou mesmo

¹⁴ Ao qual muitos continuam a chamar de Diana.

por razões associadas a uma não associação à perspectiva de análise do objecto, constituiria, em minha opinião, falha grave. Assumindo o risco, que resulta sempre do critério arbitrário que preside sempre a todo e qualquer destaque, considero assumirem expressão maior, os nomes de Garcia de Resende; André de Resende; Gabriel Pereira¹⁶, Gil do Monte e Túlio Espanca. Por mera opção, decidi de entre estes, dar realce a:

Túlio Espanca

Para a historiografia dos monumentos, edifícios históricos, pátios, becos e ruas, encontramos na vasta obra de Túlio Espanca, a descrição pormenorizada, cuidada e de rigor científico reconhecido.

Uma síntese dessa obra está acessível de forma simples e didática, num conjunto de textos com gravuras de António Couvinha, que a Câmara Municipal editou em 1983/84, sob o título “Encontro com a cidade – Évora Revisitada”. São mais de 30 os «sítios» revisitados por Túlio Espanca e que Couvinha «desenhou». A Catedral (que à data da publicação celebrava o VII Centenário da Fundação, o Aqueduto das Águas de Prata, mandado construir por D. João III em 1532, as muralhas que ao longo do tempo defenderam a urbe: *“Três cinturas de muros defenderam a cidade durante os milénios: as medievais, romana-visigótica-árabe, e a cerca nova, impropriamente designada de fernandina, além da novíssima, da época da Guerra da Restauração de 1640.”* (ESPANCA;COUVINHA, 1983) e todos os outros (sítios e monumentos), sobre o qual escreveu e cujas histórias são parte integrante da história desta cidade. *“Cidade céltica, mencionada de Eborá Cerealis por Plínio (...) e capital do Reino de Astolpas (...), alcançou grande importância económica na Lusitânia com a designação de Liberalitas Júlia, nome outorgado por César Augusto (...) após a queda do Império Romano e do subsequente reino Visigótico, a ocupação árabe que se iniciou com a derrota cristã de Guadalete em 711, caracteriza a nova facies urbana e física até à expulsão definitiva provocada pela tomada de Geraldo Sempavor, no Outono de 1165.(...) Corte da monarquia da 1ª e 2ª dinastias...). Durante a crise da regência de D. Leonor Teles, em Janeiro de 1384, o povo revoltado hasteou o pendão nacional e depois de queimar o castelo, aclamou o Mestre de Avis D. João, rei de Portugal (...). O cardeal – infante D. Henrique fundou, em 1559, a Universidade de Évora. (...) As célebres Alterações de 1637, iniciam a revolta independista do jugo filipino (...). A derradeira tragédia que ensombrou os fastos eborenses decorreu em*

¹⁵ Designação comum, mas contestada, nomeadamente por Túlio Espanca.

1808, durante a repressão napoleónica que, além da terrível mortandade, empobreceu os inestimáveis tesouros artísticos nacionais, pilhados ou destruídos pela soldadesca francesa do cruel general Loison. (ESPANCA; COUVINHA, 1983:q32).

A toponímia

E esses «sítios» e a toponímia que se lhe associa, só por si, justifica quer para a história, quer mesmo para a sociologia histórica, um centrar de atenções. Recentemente, um autor local (CARVALHO, 2004), centrou a sua atenção histórica sobre este domínio e produziu obra que denominou: *“Da toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV”* através da qual e seguindo o percurso das ruas e as denominações que à época lhes eram atribuídas, nos transporta para a história, desde a cidade proto histórica¹⁷, passando pela cidade do período romano, visigótico e da reconquista.

Ficamos assim a saber que a actual Rua 5 de Outubro, já se designou de Selaria, Mercadores, Sapataria e que espaços de designação vulgarizada na linguagem do cidadão comum, como Alcárcova¹⁸, correspondia então ao fosso que protegia a muralha (CARVALHO, 2004) e que tais designações são reflexo de contextos políticos, económicos sociais e culturais diversificados.

É natural que se aguarde com expectativa o tratamento - sob esta perspectiva toponímica - de períodos históricos posteriores. A identificação das elites - de parte delas - também passa por aqui.

«Notáveis de um século»

Em certa medida incluído nessa procura de definição de elites – e continuando a ressaltar que só parte delas o poderão ser através deste processo – encontro em obra recentemente saída à estampa: *“Dicionário Biográfico de Notáveis de Évora - 1900 - 2000”*, a descrição biográfica de aproximadamente 200 personalidades, que de acordo com os critérios do seu autor, (SILVA, 2004) marcaram influente e positivamente a história da cidade no decorrer desse século, em áreas como a política, os negócios, as artes, a imprensa e outras. Das personalidades aí incluídas entendo dar realce, até pela projecção obtida, a: Fialho de Almeida, Florbela Espanca, Túlio Espanca, Vergílio Ferreira; Francisco José, Lima de Freitas, Gil do Monte, João Palolo e Eça de Queiroz. Nem todos são naturais de Évora, alguns só

¹⁶ A cidade homenageia estes (André de Resende e Gabriel Pereira), não só através da toponímia, mas também «batizando» escolas com os seus nomes.

¹⁷ Da qual nada se conhece, segundo o autor que cita a esse propósito Jorge Alarcão.

tiveram aqui uma passagem esporádica – Eça de Queiroz, por exemplo – mas o autor considerou, apesar disso, ter sido meritória a sua acção a ponto de os incluir na sua listagem de «notáveis» de Évora.

Demonstrando que a naturalidade não era condição para o critério, verifica-se que mais de metade desses «notáveis» não eram naturais de Évora. Uma outra característica, esta muito mais marcante, é a que diz respeito à questão do género: nos cerca de 200 «notáveis», encontram-se 7 mulheres.

Outras abordagens, com base na história

Com o propósito de analisar a temática das elites em Évora, mas cingindo-se às elites políticas e a um tempo mais remoto, com a obra *“Elites Políticas em Évora – Da I República à Ditadura Militar 1925-1926”* (BAIÔA, 2000), “O autor dá-nos uma introdução às elites organizadas do concelho de Évora, um pequeno mundo urbano já bastante pluralizado nos anos 20, entre proprietários rurais, classes médias urbanas e organizações operárias e populares”¹⁹.

“É ainda matéria relevante nestes estudos a contextualização destas elites nos espaços/cenários em que actuam. Estes contextos onde as elites estão integradas, exercem pressões que limitam a sua acção. No entanto as mesmas elites contribuem para a transformação (ou manutenção) destes espaços sócio-culturais” (BAIÔA, 2000:9).

Apesar do hiato temporal - cuja dimensão porventura não se mostrará tão distanciada na característica dos factos descritos - partilho com este autor e com a perspectiva que expressou na obra, a dualidade de sentidos de intervenção atribuídos às elites, nomeadamente as funções transformadoras de umas e conservadoras de outras.

Concentrando muita da sua atenção analítica nos processos eleitorais de 1925, o autor descreve-nos os perfis sócio políticos dos candidatos às eleições legislativas e administrativas e relata-nos episódios vários que tiveram então lugar nas diversas iniciativas de propaganda política a elas associadas.

Inventaria elites partidárias, elites operárias, elites patronais, enuncia características e comportamentos e associa a estas os seus espaços de sociabilidade: Sociedade Harmonia Eboreense (famílias mais cotadas da cidade, homens das finanças e da indústria); Sociedade União Eboreense - Bota Rasa (lavradores, comerciantes e militares de cariz conservador e católico; Sociedade Mocidade Eboreense (operários e

¹⁸ Alcárcova de Cima, Alcárcova de Baixo, arruamentos bem próximos da Praça do Giraldo e que ainda hoje têm essa denominação.

¹⁹ In Prefácio à obra, assinado por António Costa Pinto.

trabalhadores rurais) e Sociedade Operária Joaquim António de Aguiar (a mais activa sociedade operária da cidade).

De igual forma contribui para trazer para a memória outros espaços públicos nos quais ocorriam as diferentes expressões das diferentes sociabilidades: os Cafés Brasserie, Camões e Giraldo, as barbearias, engraxadores, Centros Partidários (por exemplo o Centro Republicano Democrático de Évora).

Relata com pormenor o «28 de Maio»²⁰ em Évora e a propósito afirma: *“A historiografia portuguesa tem considerado o golpe militar de 28 de Maio de 1926 como um movimento que aglutinou diversas elites políticas divergentes. Estas elites tinham apenas um objectivo comum – derrubar do poder o Partido Democrático. De facto, republicanos conservadores, liberais, monárquicos, fascistas e até sectores da esquerda republicana, apoiaram o golpe militar. Este grupo heterogéneo tinha uma unidade muito ténue, que desapareceu quando atingiu o poder”(BAIÔA, 2000:10).*

Tal facto, creio que se repetirá na história²¹ - aqui quase parafraseando Marx no seu 18 de Brumário - com outros personagens e desenvolvimentos diferentes, mas com a mesma característica central, uma «unidade instrumental» que tem como único objectivo provocar a mudança e cujas motivações para o efeito são por vezes de sentidos contrários.

Inserido na mesma área e tratando aspectos similares, embora sob outra perspectiva e sobre tempos ainda mais remotos (segunda metade do século XIX), um outro autor (FONSECA) trata da história económica do Alentejo, na obra intitulada: *“O Alentejo no século XIX – Economia e atitudes económicas” através da qual e “tomando como referência analítica fundamental os espaços da economia e da elite da cidade de Évora, um dos polos de maior importância histórica e económica da região, procuro reapreciar os principais tópicos que têm dominado o debate sobre a formação do Alentejo contemporâneo”(FONSECA;1996:13).*

Para a época, concluiu: *“O balanço deixa enfraquecida a associação de um Alentejo simultaneamente cheio de potencialidades económicas e atrasado devido a uma elite económica eternamente pouco afoita ou incapaz de tentar mudar o rumo dos acontecimentos”* (FONSECA;1996: 13). Decorrido um século e impossibilitado para a comparação pela inexistência de investigação similar, a questão que se coloca é procurar deduzir se seria possível tal constatação para o início dos anos sessenta do

²⁰ 28 de Maio de 1926 - Golpe Militar de cariz antidemocrático, através do qual se instaura a ditadura do Estado Novo em Portugal e que perdurará até 25 de Abril de 1974

²¹ Quando das amplas «unidades instrumentais» associadas ao período imediatamente anterior e nos primeiros momentos do pós 25 de Abril.

século XX e em que medida é que a situação decorrente da implantação do Estado Novo - valorização da ruralidade e os grandes proprietários agrícolas como referência e suporte ideológico do regime - não terá introduzido profundas alterações nas permissas que permitiram tal conclusão.

As sociabilidades em Évora, na segunda metade do século XIX, são o objecto de análise contida na obra *“Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX – O Círculo Eborense”* de Maria Ana Bernardo.

Começa esta autora por afirmar que *“o estudo das sociabilidades foi, durante muito tempo, um tópico quase residual face aos grandes temas da história...”* (BERNARDO, 2001:19) e socorrendo-se de Simmel distingue sociabilidade e sociabilização tendo, citando este, partilhado: *“la sociabilité comme la forme ludique de la socialisation”*²² e afirmado: *“Entendida como necessidade relacional em que a dimensão lúdica atenua ou torna mesmo imperceptíveis os constrangimentos da vida material, a sociabilidade relveta todas as suas possibilidades.”* (BERNARDO;2001:20).

A delimitação espacial, também colocou a esta autora, necessidades e cuidados especiais: *“um primeiro aspecto diz respeito à delimitação espacial. Circunscrever o espaço de análise a uma cidade, implica a ventilação do problema da denominada «história local»; por outras palavras, implica reflectir sobre as implicações teóricas e metodológicas implícitas a uma tal opção. Frequentemente releva-se apenas a dimensão geográfica inerente a este conceito; no entanto, a pertinência deste tipo de estudos só se manifesta plenamente se configuradas pelas necessidades da história social.”*

Utilizando como fonte privilegiada o recurso à imprensa local, Maria Ana Bernardo descreve um conjunto de práticas dessa sociabilidade e enumera-nos os espaços da sua ocorrência: as *soirées* com lugar em espaço privado e selectivo, as associações culturais e recreativas²³ de entre as quais vai destacar O Círculo Eborense²⁴, o teatro, os cafés²⁵, o Passeio Público²⁶, as touradas, as feiras, festividades e celebrações

²² A sociabilidade como forma lúdica da socialização” – Tradução própria.

²³ Existiram 6 na cidade em 1892, segundo a autora.

²⁴ Criado em 1837. Em 1839 foi criada a Sociedade Civilizadora União Eborense que em 1871 se passa a designar Sociedade União Eborense; em 1853 a Sociedade Harmonia Eborense, só para referir os «primeiros passos», sendo que a autora descreve depois os diversos movimentos formativos e de dissidências ocorridos no meio «associativo».

²⁵ “Em 1862, a imprensa local anunciava a abertura do «novo café» na Rua da Porta Nova, com concertos todos os dias após o pôr do sol” (BERNARDO;2001:57)

²⁶ “Além de novo, o Passeio Público era inovador. Inscrevia-se no tecido urbano como «símbolo activo da nova situação política» que sintetizava «a vontade de um viver diferente, caracteristicamente burguês»”. (BERNARDO;2001: 59)

religiosas, festividades e comemorações profanas²⁷ e a busca de novos espaços fora de Évora, como a ida a banhos ao Luso.

E adverte: *“Ainda que alguns dos espaços mencionados - (...) - estivessem abertos a vários grupos sociais, as práticas de sociabilidade neles ocorridas obedeciam a uma dinâmica de efectivação conforme aos padrões de comportamento e estilos de vida dos grupos dominantes, dificilmente conciliável com a emergência de conflitos que perturbassem o seu prestígio social”*. (BERNARDO;2001:73).

Colóquio: Évora no Século XX

Uma descrição de um tempo mais próximo e para domínios mais alargados, pode ser encontrada nas actas do *Colóquio: Évora no Século XX* que a Câmara Municipal em parceria com o Departamento de História da Universidade de Évora promoveu a 29 e 30 de Novembro de 2000 e cujas actas foram recentemente publicadas numa edição especial²⁸ do *Boletim de Cultura da Câmara Municipal: A cidade de Évora*. Neste colóquio foram passados em revista os acontecimentos mais marcantes da história deste século que tiveram lugar na cidade.

As actas publicadas foram agrupadas temáticamente por: i)Urbanismo e planeamento; ii)Sociedade, economia, cultura e arte e iii)Património e turismo cultural. Através do contributo de técnicos e investigadores foi aí possível a reconstituição histórica de muitos dos processos associados a essas temáticas.

Para o conhecimento “físico” e para a catalogação de alguns acontecimentos, numa perspectiva de memória histórica, este colóquio e as suas actas constitui-se como fonte importante. Substituiu no entanto, assim julgo, a importância de um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar na segunda metade do século, assim como descurou a importância do associativismo e das colectividades que ao longo de todo o século marcaram aspectos importantes da vida da cidade.

Com enquadramento na área da geografia, foi aí apresentado estudo de João Manuel Alegria, que consiste na procura da caracterização do tipo de fluxos pendulares gerados pela bacia de emprego de Évora, no qual concluiu: *“Em suma, os fluxos pendulares gerados por Évora, no período 1981-1991, apresentam-se tendencialmente crescentes, gravitando em torno de quatro ramos: os serviços da administração pública e a construção para as entradas, enquanto os fluxos saídos se dividem entre o ensino e a agricultura*. E mais adiante, como nota final, afirma: *“Face ao tímido desempenho de Évora na década de 70, como Cidade Administrativa,*

²⁷ A autora cita como exemplo as comemorações do 1.º de Dezembro.

²⁸ II Série n.º 5 – 2001.

assistiu-se na duas últimas décadas à sua afirmação no plano nacional e internacional, como Cidade Cultural e Património da Humanidade, enquanto ao nível regional se vai estruturando como cabeça do sistema urbano regional.” (ALEGRIA;2001:162)

Perante a inexistência de estudos para tempos mais próximos e nomeadamente para os que se integram na delimitação temporal para a qual decidi concentrar a minha atenção, por um lado, porque isso deriva do facto de a história «não se chegar» - habitualmente - para períodos tão «contemporâneamente familiares» e por outro, porque a «juventude» da investigação sociológica em Portugal o não permitir, decidi utilizar como fonte a literatura.

Évora e a literatura

Évora foi (e é) musa inspiradora para a literatura. Camões canta-a em os Lusíadas²⁹ e Virgílio Ferreira centrou nela todo o trama de "Aparição". Esta obra constitui-se também como importante fonte de informação para traçar o retrato da sociedade eborense nos anos cinquenta do século passado. Veja-se a propósito, uma passagem em que um dos personagens, o «Chico», afirma: *"Em Évora - tinham-lhe dito um dia - não se podia ter mais do que a 4ª classe, nem menos que 300 porcos"* (FERREIRA;1990:37).

Outros autores, como Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Namora e Manuel da Fonseca transportaram a cidade para as suas obras. Há também toda uma outra «literatura», como a de tipo etnográfica e panfletária (textos de promoção turística, trabalhos tendo por base a gastronomia e outros).

Saramago, em "Évora, Património da Humanidade", onde tem parceria com Eduardo Gageiro, escreveu: *"porque Évora é principalmente um estado de espírito, aquele estado de espírito que, ao longo da sua história, a fez defender quase sempre o lugar do passado sem negar ao presente o espaço que lhe é próprio (...) Évora está viva porque estão vivas as suas raízes"* (SARAMAGO;1997).

Sensivelmente para um tempo próximo do meio do século (anos 40), Fernando Namora³⁰ projecta-nos o seguinte slide: *"Ena, como a cidade era um mundo de gente! Todo o distrito desaguara, em aludes, no imenso rossio da feira. Belo espectáculo".* (NAMORA,1980:97).

²⁹ «Eis a nobre cidade, certo assento
Do rebelde Sertório antigamente». (Canto Terceiro, 63.)

³⁰ In Retalhos da Vida de um Médico.

Sobre as feiras de Évora³¹ e principalmente sobre aquela que ainda hoje perdura com alguma vitalidade - a Feira de S. João³² - encontramos relatos e contributos historiográficos importantes na obra de Manuel Carvalho Moniz³³. Sobre a de 1940 recolheu a informação seguinte: *“Mais um ano que passa – mais uma Feira que se realiza. É costume dizer-se aqui das novidades da feira ou dos fenómenos apresentados. Este ano não há a registar além da transferência da corredora para o Chafariz das Bravas e o local onde outrora funcionava ter sido ocupado pela secção indesejável. Mas passemos aos fenómenos e novidades. Além do cão com cinco patas e das vistas dos horrores da guerra, só a balança que fala atrai a curiosidade do indígena”* (MONIZ;1887:195).

Não estaremos certamente na presença de «visões» sobre a «mesma» feira, ou então estaremos na presença de duas formas diferentes de a observar. No relato recolhido por Moniz está subjacente um certo desalento face à escassez de «novidades», uma tomada de consciência sobre os horrores da guerra - certamente a II Guerra Mundial - e uma crítica moral à prostituição - a secção indesejável. Namora ficciona e deslumbra-se - coloca um dos personagens nesse papel - com a atracção de um grande número de pessoas a esse evento.

Mas face ao domínio social (e político) exercido pelos «grandes senhores» da cidade, Namora já não expressa visão tão «deslumbrante», decidi destacar a passagem seguinte: *“- Venho da parte do Sr. Acácio. - Aquilo foi dito como se eu fosse obrigado a conhecer o Sr. Acácio mesmo que tivesse arribado à cidade na véspera. E quando entrei nesse casarão gelado, com folgadas cavalariças, pátios súbitos e enigmáticos, grades de ferro, chaves e portões, numa sugestão de fortim árabe - foi a vez do dono da casa me fazer sentir a minha insignificância, rouquejando do cimo da escadaria, numa voz que logo me insinuou um pança farta: - Queira subir por aqui, doutor. Eu habituara-me a um «senhor doutor» afável ou reverencioso, e não gostei de tal familiaridade. Mais tarde, verifiquei que o ricaço do sul aproveita estas coisas singelas para traçar o abismo que há entre o servidor e o que é servido.”*(NAMORA;1980:122,123).

³¹ Para além da Feira de S. João (cujo início situa na segunda metade do século XVI), Moniz fala-nos das feiras seguintes: Feira de S. Tiago (1275); Feira Franqueada de D. Dinis (1286); Feira dos Ramos (da qual ainda hoje perduram «alguns vestígios»); A Feira dos Estudantes (no dia de terça-feira de cada semana – o que nos conduz para a «feira de gado» da actualidade e para expressões populares muito usadas como seja «o dia de s. porco» e a feira dos Pucarinhos – que se realizava no dia de N^{ra} Sr.^a das Candeias. (MONIZ, 1997).

³² A mesma que facultou o slide de Fernando Namora.

³³ “As Feiras de Évora” (MONIZ, 1997)

Numa outra passagem, reforça este traço identitário: *“-Deseja receber agora o dinheiro destas visitas? - Temos tempo, suponho. - Veja lá. Se quiser ... a não ser que este dinheiro não chegue – acrescentou com ironia – não me lembro bem quanto costumava dar ao seu colega. São coisas em que não reparo. Aquele dar chibatou-me os nervos. O Sr. Acácio que não pensasse que eu lhe aceitaria o dinheiro como provavelmente o aceitavam os seus ganhões: em jeito de esmola (131) e ainda “- Sim, ela é uma espécie de ... enfim boa. De bom coração. Temos aí um criado que passa os dias a levar cestadas aos pobres. Eu acho isso muito bem, proteger a pobreza, é mesmo a maneira de calar alguns tipos de más ideias que já vão aparecendo por estas bandas, mas tudo dentro dos limites, que diabo! Não vá essa gentalha supor que é obrigação.*

O Sr. Acácio era falador. Talvez o único homem falador que conheci nessa cidade de pessoas mudas, lentas, expectantes.” (NAMORA;1980:134,135).

Para a opção do uso da literatura como fonte para a caracterização de um período para o qual, na perspectiva sociológica, não abundam os recursos, encontro em prefácio assinado por Maria de Lourdes Modesto em obra de Galopim de Carvalho, um saboroso - aceite-se a analogia - contributo: *“...E a quem queira conhecer o Alentejo total, recomendo dois outros livros que Galopim escreveu – O Cheiro da Madeira e o Preço da Borrega. Neles fica o leitor a saber como era um Alentejo que nunca deveria ter existido, e a perceber melhor o seu passado recente”.*(in CARVALHO;2001:10).

Aceite o contributo verifiquei que Galopim de Carvalho, de forma minuciosa e eficaz retrata a cidade, falando dos seus espaços, das profissões³⁴ dos homens que nela trabalham. As suas obras são quase tratados etnográficos sobre a cidade de Évora dos anos 40/50.

Veja-se como nos retrata a Porta Nova³⁵: *“A Porta Nova era um mundo! Era larga e espaçosa, e o trânsito era praticamente só o das poucas carroças, passando ao ritmo do «lá vem uma», permitindo-nos o interromper dos jogos em plena segurança. Os arcos que a ladeiam em duas das três fachadas, proporcionavam abrigo do sol*

³⁴ Quase nos ensina como desenvolviam a sua actividade, certos profissionais de ofícios hoje extintos ou quase, como por exemplo: abegãos, ferreiros; correeiros; funilistas;albardeiros; sapateiros, lojistas e talhantes. Ainda sobre profissões, mas agora tendo por fonte os cadernos eleitorais consultados no ADCME, julgo merecer nota a descrição das seguintes, que julgo extintas, ou praticamente extintas: canastreiro, regatão, magarefe, auxiliar de escrita, mestre de matança, informador fiscal, cordoeiro, carroceiro, esparteiro, escrivão, carcereiro, amanuense.

³⁵ Para os eborenses menos familiarizados com este topónimo, realço que se trata do actual Largo Luís de Camões.

escaldante, no verão, e da chuva, no tempo dela.(...) Havia de tudo na Porta Nova! Havia um café, tabernas, venda de hortaliça, mercearia, drogaria, sapateiro, albardeiro e até um relojoeiro. Havia uma bomba de gasolina e um funileiro, uma farmácia e uma venda de jornais e lotarias. Havia talhos e uma oficina de bicicletas (...). Sobre as lojas moravam as famílias (CARVALHO;1993:105).

Convenhamos que a Porta Nova mudou muito em 60 anos...

Também sobre a Feira de S. João, escreveu: *“No meu universo sempre houve feira de S.João e deste importante acontecimento, para mim e para o meu pequeno mundo, ficaram-me na memória imagens e sons colhidos em etapas sucessivas da evolução presenciada entre a segunda metade dos anos trinta e toda a década de 40”.*(CARVALHO;1993:124).

Sobre a questão patrimonial e uma certa salvaguarda que de facto se verificou face às investidas arquitectónicas do Estado Novo, deixa-nos o testemunho seguinte, que corresponde a uma das mais significativas excepções verificadas³⁶: *“Pelos finais dos anos trinta demolia-se em Évora uma parte importante do que restava do velho e degradado Convento do Salvador que permitia alojamento mais do que precário, em barraquitas ou casebres encaixados nas ruínas, aos mais pobres do centro da cidade. Ali viviam várias famílias, às vezes numerosas, nesses anos difíceis da Guerra Civil de Espanha e do começo da Segunda Guerra Mundial. O Estado Novo, no cumprimento de um aparatoso programa de construções de grandes obras públicas, decidira sacrificar aquele património e construir neste espaço enorme, inestético e ainda hoje desenquadrado edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones”.* (CARVALHO;1993:195).

É ainda Galopim de Carvalho que em contracapa do seu livro *“O Preço da Borrega”* assume: *“O Preço da Borrega é um pretexto para registar e transmitir experiências vividas, bem como factos, ou histórias de que se falava na região de Évora, por volta dos anos 40 e 50 (...) Natália Correia (...) classificou esta escrita de antropologia ficcional, o que corresponde de facto, à minha preocupação de descrever ambientes, costumes, ofícios ou objectos com rigor de ciência, neste caso a Etnografia, caldeando-a com pinceladas de intencionalidade artística (...)”* (CARVALHO,1995).

É o próprio autor que permite assim, atribuir fidelidade aos dados.

Galopim de Carvalho, que muitos conhecerão pelo empenho em torno da preservação de uma memória muito mais remota, com dinossauros ou dinosaurios,

³⁶ Uma outra, segundo testemunhos que recolhi, corresponderá à construção do edifício do Tribunal da Comarca - às Portas de Moura.

como pano de fundo, é para além de etnógrafo (?), antropólogo ficcional (?), um entusiasta das questões ligadas à gastronomia regional ao qual se podem juntar condignamente os nomes de Manuel Fialho e Alfredo Saramago.

Os seus trabalhos e pesquisas contribuíram para transportar para memória futura saberes (e sabores) que corriam o risco de se perderem com a voragem do tempo.

Para além dos seus efeitos como fonte de inspiração para a literatura e obras próximas, a cidade é ainda fonte de inspiração para lendas, que os mais velhos contam como factos. O arco do triunfo mandado destruir por D. Henrique (e aqui existirá um misto de história e fantasia), assim como as contendas entre mouros e judeus que terão estado na base da construção da Porta Nova (para que os contendores tivessem locais diferentes de sair da cidade, quando esta à noite lhe fechava as suas portas), são dois exemplos³⁷.

A cidade como objecto de estudos pluridisciplinares

A cidade tem sido também objecto de inúmeros trabalhos de fim de curso, ou de relatórios dos Seminários Temáticos, do curso de Sociologia da Universidade de Évora. A sua consulta é possível no núcleo documental do Departamento e alguns na Biblioteca Geral da Universidade. São temas centrais os derivados da questão patrimonial - mais inseridos nas áreas culturais ou urbanas³⁸ - e os de ordem à averiguação de determinadas políticas sociais.

Há vários artigos publicados em revistas temáticas sobre a problemática das políticas e medidas com vista à conservação do centro histórico, sobre trânsito e mobilidade urbana, sobre urbanismo e reconversão urbana.

As matérias relacionadas com planeamento e administração urbanística são também referência. Margarida Souza Lôbo na sua obra "*Planos de Urbanização - A Época de Duarte Pacheco*"³⁹ analisa o desenvolvimento do plano de urbanização elaborado por De Groer para a cidade em 1945. Este Plano pode ter-se constituído como instrumento importante para a preservação da malha urbana do Centro Histórico, porque nele se preconizava, por exemplo: "*As pequenas casas antigas não são todas obras primas, mas o seu conjunto constitui o encanto das ruas de Évora e são elas que servem para dar o acompanhamento harmonioso aos monumentos.*" (LOBO,1995:86).

³⁷ Relatos recolhidos quando da elaboração do Relatório de Seminário da Licenciatura que titulei de : Évora, Cidade e Património, Que Relação?

³⁸ Nestas, com pouca expressividade.

³⁹ Obra que não tem a cidade de Évora como objecto empírico exclusivo.

Planeamento e Administração Urbanística, já em contexto democrático⁴⁰ são matéria que Jorge Carvalho trata, ao descrever com minúcia o processo de crescimento urbanístico da cidade, nas suas envolventes técnica e legal. Foca a problemática dos bairros de construção clandestina e arrola todo um conjunto de medidas que consubstanciaram a política urbanística da Câmara Municipal, principalmente a derivada do PDM⁴¹.

No que à organização espacial diz respeito, assim como às condições morfológicas para o crescimento urbano, retenho: "*Quer pela sua situação, quer pela própria organização espacial, Évora parece poder expandir-se indefinidamente, apoiada no sistema radial que lhe deu origem e sem barreiras físicas que lhe condicionem o desenvolvimento*" (FERREIRA,1995:108).

A cidade tem sido também objecto de abordagens diversas provenientes da geografia. Jorge Gaspar analisou as suas funções na perspectiva de procurar definir a sua área de influência. Surgem aqui aplicados e verificada a sua incidência local, os conceitos de função central, unidade funcional, lugar central e centralidade. (GASPAR;2004).

O espaço intra muros - mais adequadamente o que se define por Centro Histórico - foi objecto de contributo para a sua melhor caracterização, produzido por Maria Domingas Simplicio, que se centrou, principalmente, no que concerne à distribuição espacial de funções, edifícios e demografia .

Existe um tipo de literatura, consubstanciada em publicações turísticas, panfletos, obras sobre gastronomia e outras, que são referências úteis para quem se proponha aprofundar determinadas perspectivas do objecto. Procurar apreender a cidade também passa, em certa medida, por aí.

Duas abordagens sociológicas

Na parte final desta caracterização do estado da questão, centro a atenção em dois trabalhos distintos - quer pela dimensão analítica, quer pelo distanciamento temporal que os medeia dentro do intervalo.

Um deles⁴², publicado em 1973⁴³ - mas referente a observação efectuada em 1969 - procura analisar as atitudes das elites eborenses face à industrialização, o outro, de

⁴⁰ Recordo a propósito que Évora foi o primeiro município do país a ter o seu Plano Director Municipal.

⁴¹ Aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em reunião de 4/11/1980 e ratificado pela Portaria 5/85 de 02 de Janeiro. Foi o primeiro PDM do país a ser ratificado, elaborado com base na Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro, regulamentada posteriormente pelo Dec. Lei n.º 208/82 de 26 de Maio.

⁴² Elias Jesus Quadros, "Atitude de Évora, frente à Industrialização do Alentejo"- Dissertação final do Curso de Sociologia do ISESE - Évora - 1969

publicação recente⁴⁴ e que incide sobre a identidade da cidade e o processo que o autor (FORTUNA) designa por destradicionalização.

No primeiro dos trabalhos referidos, o autor começa por considerar que à época, o Alentejo atravessava uma fase de crescente atenção mediática. Constitui um ponto alto, a realização do 1.º Encontro sobre Desenvolvimento Regional da Região - Plano Sul - que teve lugar em Évora em Março de 1969.

Refere que esse interesse colide com a apatia ou mesmo com a acção obstaculizadora das iniciativas que pudessem dar seguimento ao processo de desenvolvimento (que o autor centra preferencialmente na indústria) por parte da elite dominante (principalmente os grandes proprietários agrícolas).

Face a essa constatação / hipótese propôs-se analisar - para o que procedeu à constituição de uma amostra - quais eram as motivações e reais vontades, da população da cidade, tendo como barómetro a atitude face à industrialização.

Para a construção da amostra e confrontado com o que definiu como dualidade entre massa e elites, optou por a construir com base nas últimas.

Homogeneidade e incapacidade - própria ou imposta - foram atributos que concedeu ao que definiu como massa: *"A massa é assim, um conjunto amorfo que não pensa e não quer, ou melhor, não pode querer nem pensar, sujeitando-se ao pensamento e à vontade, talvez mesmo a uma tutela e a um paternalismo atrofiantes de uma outra camada populacional - as elites"* (QUADROS;1969:15) e por esta razão, considerou não incluir os que dela faziam parte, no universo (população) de onde sairia a sua amostra.

"À noção de elite anda sempre ligada a ideia de um pequeno número de indivíduos que se elevam acima da massa, quer pelas suas qualidades prestigiosas, quer pelas funções proeminentes que desempenham nos vários sectores da sociedade e da cultura" (QUADROS;1969:15,16), foi com base neste conceito de elite que o autor construiu os tipos seguintes: i) elite económica; ii) elite político - administrativa; iii) elite docente. E é com base nesta tipologia que constrói a sua amostra.

Fundamentado nos critérios (altamente discutíveis) com que constrói estes conceitos operativos, identifica a existência na cidade de 350 indivíduos que constituem a população de onde extrai 70 para a sua amostra.

Sou de opinião que, e salvaguardadas as devidas reservas para impedir anacronismo na interpretação que, naquilo que designou por massa amorfa, já se encontrariam indivíduos activos e intervenientes no processo de mudança social que estava em

⁴³ Publicado como separata da Revista Economia e Sociologia - Évora - 1973

curso, assim como de entre a tipologia da «sua» elite se encontrariam indivíduos cuja acção se poderia justamente designar por «amorfa».

Nestas classificações encontro também justificação para a construção operativa dos conceitos de elites de situação e elites de acção, a que vou proceder. Quando me debruçar sobre o objecto em si, justificarei - assim penso - as razões para estas reservas.

Se hoje aplicasse os critérios subjacentes à construção da tipologia de elites, a população encontrada seria não de 350, mas seguramente de alguns milhares.

As próprias conclusões do estudo são de molde a justificar as reservas que aduzi. Diz o autor: "... a camada culturalmente mais evoluída revela um grande desejo de mudança, na mentalidade, na economia e nas relações sociais..." e mais adiante: "*parece assim desenhar-se um conflito entre comunidade e instrução superior, capaz de por em causa o antigo e acelerar o aparecimento do novo*" (QUADROS;1969:78).

Julgo poder afirmar que se provará que o conflito não estava balizado entre os que tinham formação académica de nível superior e os que não a detinham.

Apesar das observações críticas, considero este trabalho como importante abordagem e como uma das obras publicadas que mais se insere na temática a que me proponho.

Não posso deixar de referir, até por constituir elemento da mais elementar justiça, que o contexto sócio político que caracterizava a época em que a investigação citada é realizada, era marcado por características «pouco facilitadoras» para aprofundamentos em matérias tão sensíveis, como aquelas que o autor aflora.

O segundo trabalho a que fiz referência, corresponde a uma análise, sobre um tempo que nos está mais próximo.

Centra-se naquilo que o seu autor (FORTUNA) define como destradicionalização: "*Destradicionalização é um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam ao sujeitar anteriores valores, significados e acções a uma lógica interpretativa e de intervenção. Esta destradicionalização é movida pela necessidade de cada cidade valorizar os seus recursos*" (FORTUNA,2001:234).

Demonstra o autor que este processo decorre em Évora e que tem forte impulso associado à Revolução de 74 e consequente democratização do país.

A cidade antes da Revolução era, tal como refere e a cuja citação já procedi, uma cidade fechada sobre si, na qual imperava o mando e os valores de um pequeno grupo.

⁴⁴ "Destradicionalização e imagem da cidade, o caso de Évora". Carlos Fortuna. (2001)

É esta cidade, para cuja descodificação e leitura mais aprofundada me proponho, que constitui o ponto de partida e na qual vou procurar identificar a acção das suas elites.

Não questionando que a democratização do país corresponde ao grande momento de fractura, configura-se-me desde já a ideia que existiu um tempo «anterior», «embrionário», que não está suficientemente identificado. A partir de meados da década de 60⁴⁵ a cidade começa a fervilhar de iniciativas, as suas colectividades - de onde se destacam a Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar e a Sociedade Recreativa Dramática Eborense (antes - Mocidade) promovem iniciativas de vária índole, onde merece realce o teatro amador, mas onde têm também lugar conferências várias, onde o debate político, mesmo se encapotado num propagandeado debate sobre o Teatro, já tem lugar.

Estes acontecimentos, que vão merecer adiante análise mais minuciosa, são o testemunho claro de que existia já então um estado embrionário que vai permitir e potenciar a dinâmica pós revolução. Faz pois pleno sentido - em meu entender - considerá-los também, na perspectiva da própria destradicionalização referida e considerá-los como gérmen desse processo.

Identifica ainda a desruralização da região como facto associado à destradicionalização e interroga-se sobre se a aposta que em determinada altura as autoridades locais fizeram na industrialização (decisão de adquirir em 1990 à EPPI⁴⁶ o Parque Industrial - 50 hectares infra estruturados para a instalação de indústrias não poluentes) se constituirá medida eficaz.

Aborda a problemática da qualidade das habitações no Centro Histórico e faz referências ao crescimento populacional crescente da cidade extra muros, a par de dinâmica inversa que se verifica intra-muros.

Enumera a actividade cultural e dá realce às formas de vivência e de utilização do espaço público. As esplanadas proliferam - principalmente no Centro Histórico - as iniciativas de rua, com realce para o Festival Viva a Rua⁴⁷, contribuíram, como diz, para a "democratização da comunicação em espaço aberto".

Analisa o impacto resultante da acção das suas colectividades, da (re) criação da Universidade, da actividade turística - que ganha extraordinário alento com a

⁴⁵ Afirmções para cuja sustentabilidade encontro razões, nas informações recolhidas junto de informantes privilegiados e nas entrevistas a que procedi.

⁴⁶ EPPI - Empresa Pública de Parques Industriais.

⁴⁷ Festival de rua com diversas manifestações e expressões culturais, promovido pela Câmara Municipal de Évora. Esta iniciativa foi abandonada pela nova administração autárquica saída das eleições de 2001.

classificação do Centro Histórico como sítio Património da Humanidade⁴⁸ - na forma de ocupação e de vivência dos espaços públicos.

E conclui " *A cidade de Évora, tornada Património da Humanidade, é um local que transborda para fora de si mesmo e se globaliza*" (FORTUNA;2001:248)

Afirma que a imagem da cidade não corresponde agora à imagem que dela se tinha antes da Revolução. A uma imagem ruralizada, impõe-se agora uma cidade aberta ao exterior e que soube fazer da sua riqueza patrimonial um dos seus principais recursos.

De uma cidade fechada sobre as suas muralhas, dominada política, social e culturalmente, por uma elite situacionista expressa num reduzido grupo de grandes proprietários agrícolas, ruralizada e conservadora - imagem de Évora no início da década de 60 do século passado - encontramos hoje uma cidade aberta para si e para o mundo - uma cidade património da humanidade e globalizada.

Uma síntese ao «estado da questão»

Concluo que o objecto a cuja análise me proponho tem merecido a atenção e a curiosidade intelectual por parte de historiadores, geógrafos, sociólogos (em menor número) e que tem também servido de musa inspiradora a escritores e poetas, mas que considero existir um amplo campo obscurecido para o qual concentro agora a atenção.

Se a cidade espaço - praças, ruas, ruelas, largos, becos - e a cidade tempo (simbólica) - monumentos, templos, igrejas e fontes - estão de certa forma aprofundadas e materializadas em diversa literatura, a cidade gente - actores, papéis, relações, comportamentos e paixões - essa, com as excepções que aqui referi, está insuficientemente tratada.

O estado da questão assim o indica.

Procedi a algumas referências «extra sociológicas» e até mesmo a algumas citações, por lhes ter atribuído importância com base no seu valor histórico ou por ter considerado que poderiam ter influencia directa ou indirecta, no desenvolvimento do processo de substituição de elites e de formas de intervenção destas em contexto urbano - ou seja - os contornos principais do objecto que me proponho analisar.

Do ponto de vista espacial - já o referi - o objecto corresponde ao espaço delimitado pelo perímetro urbano da cidade de Évora e, em termos de intervalo temporal, o que corresponde às quatro últimas décadas do século passado.

⁴⁸ Decisão tomada a 25/11/86 pela UNESCO.

O objecto de análise é portanto marcado por três dimensões: uma de ordem essencialmente teórica, centrada em torno das diversas formas de abordagem académica aos conceitos de elite e urbano, uma outra de ordem espacial, ou seja o «local» onde os acontecimentos tiveram lugar - a cidade - e por último de ordem temporal - o tempo (devidamente contextualizado) em que o fenómeno ocorre.

Estas dimensões marcam necessariamente o percurso feito na perspectiva de definir o estado da questão.

Tendo em conta a dimensão teórica, conduzi a pesquisa às abordagens feitas ao objecto, principalmente oriundas da Sociologia e com especial destaque para averiguar como tem sido ele tratado nas teses, dissertações, trabalhos de fim de curso e relatórios de seminário, registadas no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

Há uma parte muito expressiva da pesquisa efectuada neste domínio, que não tem enquadramento na definição do estado da questão e que necessariamente terá de ser aprofundada quando do enquadramento teórico.

As dimensões espacial e temporal constituíram outra filtragem.

Assim constatei que, com estes atributos, ou seja para a conjunção de Évora - Urbanismo - Elites e utilizando-a como uma espécie de frase em motor de busca, são poucos os resultados obtidos.

Não deixa de ser quase paradoxal que a cidade não tenha conseguido captar a curiosidade intelectual de centenas de alunos que frequentaram, desde a sua criação até hoje, o curso de sociologia.

A temática da urbanização é objecto de uma tese de doutoramento⁴⁹, que no entanto não se centra em exclusivo sobre a cidade. Recentemente, o Centro Histórico de Évora foi enfoque para investigação conducente a dissertação de mestrado, na qual se privilegiou a análise da função habitacional.⁵⁰

Pela leitura dos resumos dos inúmeros trabalhos de fim de curso e relatórios de seminário⁵¹ extraí informação de três trabalhos incidindo sobre a temática do património⁵², um sobre a problemática das cidades médias, outro versando a questão do fenómeno turístico e um outro sobre planeamento municipal; algumas monografias

⁴⁹ "A urbanização dos homens e a urbanização dos espaços - o caso particular do Alentejo" Tese de doutoramento de Mariana Cascais - 1993. U. Évora.

⁵⁰ "Desvitalização do Centro Urbano - O caso do Centro Histórico de Évora" Dissertação de Mestrado - Manuel Francisco Santos, (2004)

⁵¹ Do Curso de Sociologia.

⁵² Um dos quais: "Évora, cidade e património - Que relação?" - Relatório de Seminário por mim apresentado.

sobre bairros da cidade, outros incidindo sobre problemas de integração social e temáticas sociais em geral.

Constatai que os trabalhos de fim de curso começaram por se centrar nas temáticas do desenvolvimento, monografias de comunidades rurais, extensão rural, estudos demográficos e cooperativismo e evoluíram posteriormente para as áreas sociais - com realce para as associadas ao envelhecimento e pobreza - análise de fenómenos associados a conflitos étnicos - a questão das comunidades ciganas - também as abordagens à temática do património e de forma pouco expressiva as referentes às novas tecnologias de informação.

Reafirmo que as questões urbanas, urbanismo e cultura são temáticas que têm estado, de certa forma, arredadas das pesquisas associadas ao curso de Sociologia da Universidade de Évora e que análises sobre papel e acção das elites, ou mesmo sobre estratificação e mobilidade social são mesmo raras.

4. Enquadramento e plano ou planos teóricos da abordagem.

"Ao estudarmos seres humanos – nós próprios - a variedade teórica salva-nos do dogma. O comportamento humano é complicado e multifacetado e é muito pouco provável que uma única perspectiva teórica possa cobrir todas as suas características. Assim adverte Giddens, que a propósito também refere: "A diversidade do pensamento teórico fornece uma fonte viva em ideias que podem ser a base de novas investigações e estimular as capacidades imaginativas tão essenciais ao progresso do trabalho sociológico." (GIDDENS,2004:666).

E é essa pluralidade, que está subjacente ao enquadramento do plano teórico com que parto para a análise do objecto. Este, o objecto – a cujas delimitações já procedi – é tão amplo, denso e diversificado, que não seria possível observá-lo se optasse por o fazer só sob um prisma determinado.

A diversidade teórica da Sociologia, a par dos dilemas que cria, estará pois presente na forma como me proponho "observar", "descrever" e "analisar", sem que tal represente a adopção de um ascetismo teórico, ou qualquer intenção subterrânea de defesa de uma neutralidade axiológica, de que não partilho.

Neste percurso, pelos planos das ideias e das teorias (como seu corpo organizado), percorrerei essencialmente aqueles que têm maior incidência sobre o objecto proposto. De forma mais particular os associados às questões urbanas e das

idades⁵³, à mobilidade e estratificação social, assim como - mais parcelarmente - às questões do poder e controlo social.

De forma mais geral e de certa forma transversal a todos os planos, estão as referências às questões da modernidade, da verificação do seu grau de concretização, das críticas a que está sujeita, do pós modernismo e da 2ª modernidade.

Estas incursões serão de molde a permitir um leque o mais alargado possível de formas de observação, mas serão efectuadas sob a preocupação da necessária síntese e equilíbrio discursivo.

4.1 Sobre as questões urbanas, a sociologia urbana ou a emergência de um novo paradigma tendente a uma sociologia das cidades.

É vasta a controvérsia teórica em torno da aceitação ou não da existência de um domínio próprio para a sociologia urbana. Se há um campo onde a diversidade teórica a que já aludi é saliente, ele é sem dúvida de grande expressividade no tocante às questões urbanas e das cidades.

É aceitável que, tendo em conta por um lado o exponencial crescimento urbano verificado nos últimos anos⁵⁴ e por outro a própria difusão generalizada dos modos e padrões de vida ditos urbanos, para todos os espaços da presença humana, que nos interroguemos sobre que tema ou que problema não dirá então respeito à Sociologia Urbana?

Citada por Savage e Ward, Ruth Glass afirmava: *“não existe esse domínio (a sociologia urbana), com uma identidade específica”* (SAVAGE;WARD,2002) e argumentava ainda não fazer sentido o seu emprego, na medida em que a designação de urbano poderia ter todo e qualquer um dos estudos sociológicos.

Em forma de anotação prévia considero que poderemos encontrar iguais intercepções sempre que queiramos proceder a outras delimitações.

⁵³ Consciente de que : “É relativamente recente em Portugal o debate sobre as cidades e os mundos urbanos no âmbito das ciências sociais. Tal facto deve-se, antes de mais à exiguidade do desenvolvimento urbano português e às condições políticas que vigoraram até 1974...” (CORDEIRO;BATISTA;COSTA:2003:1)

⁵⁴ A cujas quantificações procederei no corpo do Relatório e na informação que remeto para apêndice.(Cfr. Quadros n.º(s) 1 e 2).

Grafmeyer, afirmou: “À imagem das delimitações territoriais, as fronteiras entre as disciplinas nem sempre são muito eficazes quando se trata de falar sobre a cidade” (GRAFMEYER;1994:10).

Sendo um facto esta dificuldade na delimitação de fronteiras teóricas, não parece fazer sentido negar especificidades e a existência de objectos próprios, que justifiquem a prevalência de uma disciplina própria com uma metodologia e um quadro teórico específicos.

Percurso

A sociologia urbana tem os seus alicerces, ou pelo menos encontra muita da sua fundamentação legitimadora, no que se designou por Escola de Chicago, em que Park e Burgess são seus vultos cimeiros. O primeiro graças às suas etnografias e ao método da observação participante que aplicou com êxito e o segundo através dos seus modelos interpretativos sobre a forma de ocupação do espaço urbano – o modelo dos círculos concêntricos (SAVAGE;WARD,2002).

Através de uma ou outra perspectiva, ou seja descrevendo hábitos, traços identitários e comportamentais, práticas culturais, relações parentais e outras - através das monografias - ou demonstrando através do modelo as diferenciações nas formas de ocupação do espaço, é possível descrever as cidades. Mais difícil se afigura aceitar que tais descrições não estejam condicionadas por uma determinada forma (formatizada) de interpretar, mais própria à ideologia do que à ciência.

Park, Burgess e McKenzie são os nomes mais sonantes do que se designou como Escola Ecológica de Chicago e cuja perspectiva analítica consistia em: *“interpretar a cidade através de ideias assumidas a propósito da biologia evolucionista – a acção e a deslocação no território das diversas populações são interpretadas à luz de conceitos como luta pela vida ou conflito”* (MELA,1999:24).

Com base no argumento de que os trabalhos de Park e Burgess são mais de índole ideológica do que científica, Manuel Castells desenvolve uma forte crítica à sociologia urbana assente em tais pressupostos (SAVAGE;WARD,2002).

Parte este autor (Castells) da conclusão - continuando a usar como fonte Savage e Ward - que a sociologia urbana assim, não dispunha de um objecto teórico e defendia que - na fase de um capitalismo tardio - este deveria ser o consumo colectivo⁵⁵.

Savage e Ward consideram que: *“A sociologia urbana, ainda que vista melhor como uma investigação alargada sobre as relações entre o capitalismo e a modernidade,*

⁵⁵ Já não o processo de produção que constituía a ênfase marxista.

tem centrado, por hábito, as atenções na observação das cidades como lugares de modernidade, negligenciando o modo como os sistemas económicos capitalistas as estruturam” (SAVAGE;WARD,2002:35).

Alfredo Mela, logo no início da obra que cito (MELA, 1999), procede a uma sintetização do percurso histórico da Sociologia Urbana, delimitando quatro grandes áreas temáticas, ou «filões», nas quais insere autores e obras de referência. Atribui um grau de pioneirismo⁵⁶ à escola de Chicago e à sua perspectiva ecológica, que integra naquilo que designou por «filão ecológico» e estabelece com ela um certo paralelismo com o verificado na sociologia francesa, nomeadamente em Durkheim, que apresenta pressupostos teóricos baseados na relação entre as sociedades humanas e o ambiente e que visa mesmo, dar corpo a uma teoria que colocada fora da sociologia se assumia como interdisciplinar⁵⁷ (morfologia social). É ainda Mela que salienta que, ao contrário do verificado com a Escola de Chicago, esta perspectiva teórica (a morfologia social) não fez escola no seio da sociologia urbana, pesem embora os trabalhos nela inspirados, como por exemplo os de Mauss.

Uma outra corrente importante⁵⁸ – que segundo o autor que cito, quase igualou em primazia a oriunda de Chicago – é a que coloca a tónica nos elementos conflituais e antagónicos presentes no interior das cidades e das sociedades industriais e que tem em Marx e Engels a sua referência teórica principal⁵⁹.

A modernização e a transição da civilização rural para as sociedades urbanizadas⁶⁰ - continuando a ter como referência Mela - são enquadradoras de uma outra corrente da sociologia urbana e no seu seio divergirão Tonnies e Durkheim sobre o papel das cidades no processo de modernidade e Weber defenderá que a cidade tem fundamentalmente uma dimensão económica e de mercado.

Por último, e não constituindo propriamente uma área temática exclusiva⁶¹ da sociologia urbana, Mela refere a corrente espacialista que tem a ver com os conceitos

⁵⁶ Se não de todo em relação à Sociologia Urbana, pelo menos face a uma das suas principais correntes.

⁵⁷ E que visava unificar e sintetizar diversas disciplinas: Sociologia, Geografia, História e outras.

⁵⁸ A segunda, respeitando a ordem sequencial que estabeleceu.

⁵⁹ Sendo no entanto necessário ter em conta que: *“Nos primeiros decénios do século XX, o pensamento marxista não concede uma atenção prioritária ao fenómeno urbano. Não obstante, alguns contributos importantes sobre temas referidos, directa ou indirectamente, à cidade provêm de autores de inspiração marxistas – trata-se contudo de figuras que se sirtuam fora do ramo mais ortodoxo,”* (MELA, 1999 26,27)

⁶⁰ A terceira grande área temática.

⁶¹ *“...na verdade, não se trata de uma corrente ou de um filão analítico da sociologia urbana, mas de uma nova perspectiva que parece abrir-se para toda a teoria sociológica.”* (MELA, 1999:33).

de espaço e de tempo onde decorre a acção humana e da interacção entre indivíduos. *“George Simmel, por exemplo, salienta a relevância do espaço para a sociologia como lugar que fornece um significado à realidade. Segundo ele, a cidade é, precisamente, um facto sociológico que se forma espacialmente”*, (MELA,1999:35) e para Weber, já se disse, a cidade é essencialmente analisada pelo lugar que ocupa no mercado.

Ainda na mesma obra o autor esquematiza (p.39) os temas de estudo da sociologia urbana, enquadrando-os em quatro grandes dimensões (com claras conexões com as áreas temáticas referidas), são elas: dimensão ecológica; económica; política e cultural.

Na dimensão ecológica enquadra os estudos sobre a tipologia de formas urbanas, distribuição dos grupos sociais no *espaço* urbano, sobre sustentabilidade e segregação social. Na dimensão económica os que abordam a cidade e o desenvolvimento económico mundial, a cidade e o subdesenvolvimento, o mercado de trabalho urbano e os *milieux* inovadores. Na dimensão política os referentes ao governo da cidade, às políticas urbanas, classes sociais e conflitos urbanos e novas pobreza urbanas. Por último, na dimensão cultural, os estudos sobre cidades e manifestações culturais, sobre subculturas urbanas e sobre marginalização de grupos minoritários (MELA;1999).

Fica claro que alguns dos estudos se situam em áreas de tangência das diversas dimensões.

Por último, neste percurso recensitário à síntese da história da sociologia urbana presente na obra de Mela, cabe destacar qual o entendimento do próprio autor sobre o papel da sociologia urbana. Diz-nos ele que: *“De facto, como se procurou evidenciar desde o início, o ângulo visual da sociologia urbana não é especialista, mas, por assim dizer, «generalista» - conduz, por conseguinte, a interpretar o sistema urbano mais como uma entidade complexa e dotada de fortes relações entre os elementos singulares do que como um agregado de partes que se podem considerar separadamente”* (MELA;1999:36).

Em face das diferentes focalizações da questão urbana e das relevâncias distintas a que diferentes autores procederam é natural que o percurso histórico da sociologia urbana seja marcado por um mosaico amplo de produções teóricas.

Algumas dessas teorias associam os diferentes graus registados, com base em igual diferença de desenvolvimento industrial. No contexto nacional poderão existir situações em que, através desta perspectiva teórica, fosse possível compreender fases ou estádios actuais de desenvolvimento, no entanto dificilmente conseguirei

descrever e interpretar o processo de desenvolvimento urbano registado em Évora se seguir este plano teórico. A industrialização não foi processo marcante em nenhuma fase do seu processo de desenvolvimento urbano⁶².

A componente agrícola e a envolvimento da cidade por grandes propriedades agrícolas, poderia ter-se constituído como mote para aprofundamento da obra de Harvey que é citada por Savage e Ward na obra que tenho vindo a referir, na medida em que aquele desenvolveu análise sobre o papel específico da terra no processo de acumulação de capital, através do que definiu como três circuitos: *“O primeiro circuito - a produção de bens transformados (...). O segundo circuito - onde o capital é aplicado no meio edificado. O dinheiro é movimentado do sector primário, para o secundário (...). O circuito terciário do capital, envolve conhecimento científico e despesas para reproduzir a força de trabalho”* (SAVAGE;WARD;2002:48).

A tal mote entendi não dar seguimento na medida em que as especificidades da agricultura alentejana⁶³ são de forma a transmitir desde logo a ideia que a posse da terra não tem aqui⁶⁴ qualquer função relevante no processo de circulação do capital, mas sim funções simbólicas de exercício do poder. As influências da terra no processo de desenvolvimento urbano têm de ser entendidas sob outras perspectivas, nomeadamente culturais e simbólicas⁶⁵.

Até agora, nas diversas perspectivas abordadas, as questões do espaço - a par das de ordem temporal - têm sido dominantes, independentemente de variáveis diferentes e de diferentes explicações das “razões”⁶⁶ subjacentes às diversas formas da sua ocupação.

Em muitas delas há uma dominante do modo de análise próprio à economia. Em oposição (sem negação das virtudes que lhe estão associadas) partilho da convicção que *“Para a sociologia urbana, mais importante do que a segregação do uso da terra é a segregação de grupos sociais. A desigualdade social tem expressão no espaço”* (SAVAGE;WARD;2002:67).

⁶² Embora não sejam descuráveis algumas influências pontuais, nomeadamente as resultantes das indústrias alimentares.

⁶³ O predomínio quase asfixiante do latifúndio atribui-lhe essas especificidades.

⁶⁴ Tomar em atenção o intervalo de tempo a que submeti a observação do objecto. Provavelmente hoje, findo o processo da Reforma Agrária, construída a Barragem de Alqueva, e quando prolifera a divisão da propriedade em “quintinhas urbanas”, quando surgem de raiz aldeamentos (condomínios) turísticos, campos de golfe e “resorts”, talvez (quase garantidamente) já não faça pleno sentido esta afirmação.

⁶⁵ Sem deixar de ter presente que os latifúndios se “encostavam às muralhas” e eram entrave para o crescimento da malha urbana.

⁶⁶ Industrialização, circuitos do capital, deslocalização e reestruturação empresarial, lógicas de desenvolvimento desigual, etc.

Serão as cidades, e no caso concreto será a cidade de Évora um espaço de distribuição de benefícios? E de igual forma não será também um espaço de distribuição de desigualdades? Ou será antes espaço para “esbatimento” público dessas desigualdades?

“Por outro lado, a cidade gera as suas próprias questões. Mas a cidade, lugar de centralidade é igualmente lugar privilegiado da expressão, da difusão das ideias, e também da luta, capital, ela tanto organiza as dominações como propaga as revoluções” (GRAFMEYER,1994:19), citação que de alguma forma uso, para corroborar o entendimento de que para além de espaço de distribuição de benefícios, ela é também espaço de expressão de desigualdades e por isso geradora de lutas sociais diversas e desta forma respondo às interrogações formuladas.

Apesar de simplista, afigura-se-me a ideia que, acima de tudo, a cidade (qualquer uma) é um espaço de oportunidades. Grafmeyer fala de centralidades e funções centrais e um pouco por essa forma associa ao que entendo como o campo das possibilidades.

Já referi, citando, que a sociologia não tem um domínio teórico único – ou um quadro de referência «obrigatório» - e que antes, ela permite que no seu seio – por razões também já citadas – coexistam corpos teóricos distintos. São conhecidos e Giddens sintetiza-os como os grandes dilemas que percorrem todo o corpo teórico da Sociologia⁶⁷ (GIDDENS,2004).

A sociologia urbana não lhe ficou incólume. Em torno do que confronta (o dilema), acção humana e estrutura social, encontramos posicionamentos no âmbito dos estudos sociológicos da questão urbana, que nos remetem para um e para outro dos dois campos. Os que, partilhando de Weber, valorizam as componentes activas e criativas do comportamento humano e os que, na senda de Durkheim realçam a natureza constrangedora das influências sociais sobre as nossas acções (GIDDENS,2004).

Mas parece consensual - sem que tal aqui signifique a tomada de partido - o entendimento que a sociedade é o conjunto das acções individuais, tal como a cidade será então o reflexo dessa pluralidade de acções e opções dos indivíduos.

No âmbito do confronto posicional entre consenso e conflito, sendo que os se situam no primeiro realçam a harmonia das sociedades humanas e consideram que continuidade e consenso são as características mais evidentes da sociedade (integrar-se-á aqui a aceitação que a cidade é um espaço de distribuição de

benefícios , tal como defende Weber) e os que se situam no segundo, tal como Marx, e que põem em evidência a consideração que a sociedade é marcada por profundas divisões de interesses que em qualquer altura se podem transformar em conflitos activos. (GIDDENS,2004). A cidade como centro propagador de revoluções.

O dilema em torno do género encontra também na sociologia urbana espaço significativo de expressão, embora neste domínio os contornos dos dois campos não apareçam traçados de forma tão distintiva. Haverá características que superam homens e mulheres, em torno da sua identidade e comportamento social, em todas as culturas? Ou as diferenças do género deverão ser explicadas principalmente em torno de outras diferenças que dividem a sociedade? (GIDDENS;2004).

Por último, aquele que talvez, com maior frequência, ocorre no seio da sociologia urbana: o debate sobre se o mundo moderno foi moldado pelos factores económicos ou se em alternativa foi moldado por exemplo, por factores sociais, políticos ou culturais? (GIDDENS,2004).

A par das incursões pelos diversos posicionamentos presentes nestes dilemas, a sociologia urbana foi ainda marcada por um longo e controverso percurso de discussão teórica sobre o seu real objecto, face ao qual já aqui ficaram algumas notas.

Se a controvérsia em torno dos dilemas sociológicos constituiria sem dúvida factor de fortalecimento epistemológico e da capacidade de intervenção, já a discussão “existencial” parece ter conduzido a um certo “abandono da cidade” por parte dos estudos sociológicos.

Actualmente, parece assistir-se ao estancamento desse alheamento e ao retorno à cidade, assim pelo menos comunga Rodrigues: *“Verifica-se hoje um “retorno à cidade” por parte da análise sociológica, após o seu abandono, ou pelo menos supremacia de outras áreas temáticas ou níveis analíticos, como a região, o espaço, o território, na sequência de longos debates sobre o problema da especificidade do objecto da sociologia urbana* (RODRIGUES;1992:91).

Para esse regresso, salvaguardadas distâncias, procuro dar o meu contributo. Importando, para que este possa ser útil, proceder à clarificação do posicionamento teórico com que o pretendo fazer.

Até agora, procedi a incursões (sintetizadas) naquilo que poderá ser designado por percurso da sociologia urbana, tendo como ponto de partida⁶⁸ as ideias principais

⁶⁷ E que vimos presentes no percurso histórico da sociologia urbana, a que já aludi, nomeadamente quando cito Mela.

⁶⁸ Partilhando das ideias de outros, nomeadamente dos autores que então citei.

oriundas da Escola de Chicago e pronunciando-me sobre algumas das críticas de que estas foram sendo objecto.

Trouxe também para presença o debate sobre a pertinência da necessidade de existência ou não de uma disciplina que tenha o “urbano” como objecto. Foi evidente que para este percurso constituíram referências autores como Savage, Ward, Giddens, Grafmeyer e Mela.

De uma ou de outra forma, as referências até agora aduzidas integram-se no que pode ser designado por uma determinada perspectiva clássica da sociologia urbana. A preocupação foi meramente a de procurar proceder a um necessário enquadramento, na medida em que o percurso teórico a que me proponho insere-se no campo dos que questionam esta visão clássica e defendem uma ruptura epistemológica que conduza a novo paradigma.

Partilho da ideia que se deve proceder claramente à individualização dos conceitos de urbano e cidade. O urbano de abrangência mais alargada, refere-se a um determinado padrão, padrão esse que a sociedade moderna se tem encarregado de difundir à escala planetária. A este propósito cito: “O urbano transcende largamente as cidades e identifica-se com as forças mais dinâmicas e expressivas das sociedades contemporâneas” (LOPES;2002:40).

Giddens, citando Whirt, observa: *“O grau em que podemos considerar o mundo contemporâneo como “urbano”, não depende, inteira ou exactamente da proporção da população total que vive nas cidades. A influência que as cidades exercem sobre a vida social humana é maior que o rácio da população urbana indica, pois a cidade não é só o local de habitação e de trabalho do homem moderno, como constitui o centro de fomento e de controlo da vida económica, política e cultural que levou as comunidades mais remotas do mundo para a sua órbita e transformou num cosmos lugares, pessoas e actividades diversas”* (GIDDENS;2004:577).

Separem-se então significados e formas de análise, mesmo tendo claro que a cidade será sempre o “berço” do urbano. E será para este de criação (“o berço”) que talvez importe virar as atenções analíticas da sociologia, não dando primazia às preocupações descritivas sobre a forma de ocupação do espaço, mas realçando as formas, relações e práticas sociais que nele ocorrem. Esta preocupação analítica deve ser associada a uma perspectiva proponente e interventiva, quero dizer, que pode ser marcada pelo objectivo de *“construir uma cidade que corrija os principais erros da cidade de hoje e se mostre uma cidade justa, imaginativa, ecológica, tão compacta, como policêntrica, com memória e sentido de lugar, de fácil contacto*

social, culturalmente diversa e, acima de tudo, uma cidade bela" (FORTUNA;2002:141).

Uma cidade que não seja "idilicamente" um espaço de distribuição de benefícios, mas antes um espaço proporcionador de possibilidades, integrador e ao mesmo tempo respeitador e acarinhador de diversidades.

Tais pressupostos são passíveis de considerações sobre se não serão eles "meros princípios ideológicos" destituídos de qualquer capacidade analítica.

Carlos Fortuna - na base de cujas ideias encontro a fundamentação para a posição que estou a assumir - também reflecte sobre esta vertente: *"Admito que todas as considerações - as minhas e as de que me fiz eco - tenham por detrás um imaginado e, porventura, romanceado espaço público, enquanto espaço de co-presença, transclassista e solidarista, garante de direitos, de acesso livre e democrático, histórica e culturalmente denso"*. (FORTUNA;2002:141).

Não vejo porque razão não poderá o paradigma da sociologia das cidades basear-se nestes pressupostos "eventualmente romanceados". As análises que permitiria seriam necessariamente efectuadas com base nos princípios de neutralidade axiológica, na observação, na recolha e interpretação dos dados, na preocupação descritiva rigorosa e na busca das causas e explicações para os enigmas dos diversos fenómenos sociais ocorridos nas cidades e fazendo para tal uso das técnicas e da metodologia próprias à sociologia.

Já antes havia afirmado que a aceitação da diversidade teórica não pressupunha nenhuma intenção de neutralidade, assim, tomando «partido» e tomando como conselho: *"...eis porque uma das tarefas mais importantes de todo o investigador sério, nos parece residir no esforço para conhecer e fazer conhecer aos outros, as suas valorizações, indicando-as explicitamente"* (PIAGET;1981:338), posiciono-me como partilhando da ideia dos que defendem esta ruptura epistemológica como necessária.

Mas voltando ainda à questão sobre a definição do objecto, não vejo o porquê da centralidade de alguns discursos em torno da prévia definição do objecto próprio da sociologia urbana (ou das Cidades). Se é um facto que toda a ciência tem que ter um objecto, não é menos certo que o que diferencia as diversas disciplinas é a perspectiva própria a cada uma de os analisar e de em torno deles reflectir.

E é esta diversidade que provoca a difícil delimitação conceptual, à qual se adicionam as dificuldade de delimitação "física".

Sobre as dificuldades nas delimitações conceptuais e “físicas” Teixeira Lopes considera: *“A fragmentação do espaço e o estilhaçar dos limites e das fronteiras encontra correspondência, no campo conceptual. (LOPES;2002:37).*

Não bastará aqui afirmar que o objecto da sociologia das cidades, será a cidade. É simplista e inoperante tal afirmação. Mas creio já fazer algum sentido que concentre a sua atenção no conjunto das relações que ocorrem no espaço público e que grosso modo se relacionam com a governação política da sua cidade, com questões referentes à participação cívica e ao exercício dos direitos de cidadania, ao ambiente, às práticas, ofertas e consumos culturais, à solidariedade, às formas de convivência e relacionamento intergeracional, às questões patrimoniais na interacção entre conservação e usufruto. Para enumerar algumas.

Julgo que é tempo - partilhando da opinião de vários - de às cidades dedicarmos mais da nossa atenção sociológica. Até porque outras áreas parecem querer “dominar” hoje o tema - paisagistas, urbanistas, arquitectos - assumindo a elaboração de um discurso sobre a cidade, como matéria da sua exclusividade.

Mas não será concerteza a postura destes que terá contribuído para a escassez de discursos sociológicos sobre as cidades, mas antes as próprias insuficiências da Sociologia. O debate é necessário mas não pode constituir-se como factor conducente a uma certa esterilidade.

Analisarei as questões do espaço destituído de preocupações analíticas sobre a distribuição social que nele ocorre. Em Évora⁶⁹, é frequente na linguagem comum o uso de imagens estereotipadas na base das quais se criam alguns estigmas, sobre as origens e condições sociais de residentes de determinados “espaços”. Assim, ouvir-se-á que a «Tapada do Ramalho» é bairro de «gente rica», que «as Fontanas» é zona de ciganos e “tendeiros” e ainda há quem vá mais longe e procure determinar em função dessas considerações, determinados «territórios políticos». Não assume relevância para o que me proponho, deter-me na análise deste «espaços fragmentados».

Até porque a este propósito partilho: *“rejeita-se assim, a existência de qualquer laço mecânico, determinista ou linear entre uma estrutura espacial e um quadro de vida ou conjunto de práticas sociais. Nisso se enganou a Escola de Chicago” (LOPES;2002:74).*

Espaço e tempo estão necessariamente presentes, mas não será em seu torno que incidirei a atenção. Estes foram na opinião de Fortuna, dois fundamentos centrais da

⁶⁹ Estou certo que não será acontecimento que lhe é exclusivo.

clássica sociologia urbana, profundamente afectados na sua significancia filosófica, dizendo a este propósito: *“Nestas circunstâncias, pode dizer-se que a sociologia urbana clássica não dispõe hoje de instrumentos analíticos, teóricos e interpretativos capazes de escrutinar e compreender cabalmente a cidade contemporânea. Tal decorrerá do facto de assentar em dois fundamentos tópicos e epistemológicos – o tempo e o espaço – que foram profundamente abalados no seu significado filosófico”* (FORTUNA;2002:128).

Tempo e espaço serão tópicos contextualizadores da análise mas não podem assumir-se como formatadores de comportamentos. Interessa-me mais verificar destes últimos e principalmente dos que ocorriam e ocorrem “contra o tempo e contra o espaço”. É de novo em Fortuna que encontro fundamentação para assim poder opinar: *“...nem o espaço é monolítico, nem o tempo é linear...”* (FORTUNA;2002:134). É por isso que não encontrei um “espaço” para as elites (sejam estas de situação ou de acção), nem a composição destas teve um comportamento linear ao longo do tempo que me proponho analisar.

As elites - velhas, novas ou com qualquer outra adjectivação - intervieram e intervêm na cidade, viram a(s) sua(s) composição(ões) sofrer diversas alterações e importa, para além de descrever essas alterações, verificar como agiram e agem no sentido de influenciar a vida pública. Será pois em torno de outros tópicos que já referi - governação política da cidade, participação cívica e exercício dos direitos de cidadania, ambiente, práticas e consumos culturais, relacionamento intergeracional, questões patrimoniais na interacção entre conservação e usufruto - que vou dedicar atenção analítica e, em simultâneo, procurar dar aos tópicos espaço e tempo outra *dimensão* que não aquela que lhe é atribuída pela sociologia urbana clássica.

Em síntese, afirmo que pretendo analisar o fenómeno proposto sob a perspectiva teórica aqui traçada - no que concerne à “questão urbana” - de alterações expressivas aos paradigmas clássicos da sociologia urbana e partilhando da ideia já identificada, de que se torna necessário construir uma “nova sociologia das cidades”. Creio fazer mais sentido seguir este caminho do que continuar a assumir ou partilhar da ideia de que, extravasando o urbano, as cidades, sendo de legibilidade difícil, então a sociologia urbana deve incidir sobre o fenómeno urbano, independentemente do local da sua ocorrência, como parece deduzir-se em Grafmeyer, quando este afirma: *“Transversal a outras divisões em campos especializados (a família, a educação, o trabalho, o lazer...) esta disciplina debruça-se sobre a dimensão urbana dos diversos aspectos da vida social. Interroga-se em particular sobre a maneira como estes últimos se desdobram, se ajustam e interagem num contexto urbanizado,*

o qual todos ajudaram a formar, mas que os engloba, ao mesmo tempo, numa espécie de envelope comum” (GRAFMEYER;1994:9,10).

Já afirmei considerar, partilhando de ideia alheia, ser a cidade o berço – o espaço gerador – do urbano. A partir daqui se difunde o fenómeno, mas também creio que este se projecta de formas diferenciadas, em função de factores muito variáveis. Na citação a que já procedi, Giddens, por sua vez citando Wirth, refere a defesa que este faz do urbanismo como modo de vida e a primazia que atribuía a este fenómeno em detrimento da análise à diferenciação interna das cidades.

Daí talvez interrogar se não fará mais sentido que a sociologia das cidades se debruce sobre o espaço gerador do fenómeno e sobre as circunstâncias associadas à sua difusão. O urbano vai difundir-se - a partir da cidade - mas não vai só “moldar”, ele vai também sofrer adaptações várias em função do meio para onde se difunde (aglomerados em meio rural, fábrica, oficina, lares, etc.).

Mas insistir em centrar a análise neste “habitus”, pode conduzir a insuficiências nas análises e a dificuldades em perceber por exemplo, algumas das direcções actuais de fluxos migratórios, ou seja em perceber as razões que podem estar na origem de alguns “retornos” ao rural. Se o urbano já extravasou a cidade e já está em todos os locais de residência humana, para alguns poderá já não fazer sentido residir nesta. Até porque algumas das possibilidades que justificaram a primeira opção - cidade - podem agora ser facultadas com maior probabilidade num ambiente urbanizado em meio rural - tome-se como exemplo as questões de segurança e outras de ordem ambiental.

O “rural” como espaço facultador de alguns pressupostos, junta ao urbano outras potencialidades que podem justificar certas mobilidades.

A difusão do fenómeno, fica a dever-se em grande parte, às interacções resultantes das mobilidades cada vez mais facilitadas entre espaços rurais e urbanos⁷⁰, aos esbatimentos das suas fronteiras e às dinâmicas integradoras (unificadoras) difundidas pelos modernos meios de comunicação.

4.2 Sobre o uso do conceito de elite.

As elites de “situação” e as elites de acção.

Para uso do conceito elite parto do sentido mais lato que se lhe atribui, ou seja, recuo às suas significações primárias para o construir e operacionalizar.

⁷⁰ Talvez seja mais apropriado falar de campo e cidade.

Do dicionário⁷¹ retiro. *“Elite: a flor; o escol; o que há de melhor na sociedade; minoria prestigiada a que pertencem os mais aptos”*.

Em torno desta aproximação semântica parto da ideia, (sem que esteja “muito agarrado” às adjectivações) que estas - as elites - são constituídas por homens e mulheres que têm - pelas razões mais diversas - uma excepcional apetência para agirem e procurarem influenciar a forma de vida colectiva.

Do âmbito deste entendimento retiro, naturalmente, as questões valorativas, nomeadamente as referentes a “produto de excepcional qualidade”, ou “grupo social superior”, derivação semântica para onde evoluiu posteriormente, por razões que são desde logo evidentes⁷², no que diz respeito ao uso original e porque - no referente à evolução semântica - a definição de grupo social superior arrastaria necessariamente a discussão para terrenos de grande densidade e problemática teórica que em nada contribuiria para a clarificação a que me proponho.

De ponto similar⁷³ partiu Giovanni Busino, que confrontado com : *“A acumulação de designações múltiplas e contraditórias, e bem assim de conotações muito díspares acerca do mesmo vocábulo, carregaram as palavras «elite»; «elitismo», «elitário» (s) de noções, significados e conteúdos tão opostos que, mesmo a nível da sua utilização corrente, ela suscita dúvidas e desconfianças, gerando inevitavelmente interpretações erróneas, até mesmo discussões metodológicas, filosóficas e ideológicas infundáveis”*. (BUSINO, sd:5)

Tal como para a questão anterior - cidade e urbano - também aqui se insinua uma dicotomia, ou até mesmo um eventual antagonismo entre elite e democracia, *“a oposição entre a noção de elites e de democracia pode ser expressa de duas formas distintas: primeiro a insistência, nas teorias das elites, na desigualdade de atitudes individuais choca-se com um elemento fundamental do pensamento político democrático, o qual prefere acentuar a igualdade básica dos indivíduos, e segundo, a ideia de uma minoria governante, contradiz a teoria democrática de governo de maioria”* (BOTTMORE;1974:17).

Na exposição sobre o percurso histórico dos estudos sobre elites, a que procede Busino em “Elites e Elitismo”, ficam claros os diversos posicionamentos em face desta dicotomia e as conexões que permite entre «elite» e «massa», por parte de

⁷¹ Dicionário de Língua Portuguesa; 8ª Edição revista e actualizada – Porto Editora; 1998.

⁷² Não são as pessoas um produto, ou não o são de certo, nesta perspectiva..

⁷³ Ou, seja , recorrendo para introdução ao tratamento do conceito, a uma primeira incursão pelo sentido lato do termo.

diversos autores clássicos. O próprio Rousseau⁷⁴ se situará no primeiro campo, onde se incluirão Pareto e Mosca. É Mannhein que provoca a ruptura e é com base nos seus trabalhos que “a teoria das elites deixou de ser antitética da filosofia política da democracia” (BUSINO;sd:43).

A teoria das elites nasceu “indubitavelmente como crítica ao regime parlamentar representativo, à suas práticas, ao seu funcionamento real, bem como ao igualitarismo socialista, (...) foi concerteza utilizada ideologicamente, nomeadamente para refutar a ideia de progresso, para temperar as crenças nos benefícios da democracia e das massas populares, para promover enfim uma visão pessimista da natureza humana e uma visão cíclica da história enquanto obra exclusiva das minorias activas” (BUSINO;sd:35).

Este não é certamente o enquadramento que atribuo ao percurso a que me proponho. E não o é porque para tal posso ser conduzido por imperativos de ordem ideológica, mas porque rejeito a ideia de que as elites são o contraponto à incapacidade do “povo” em exercer directamente o poder e partilho da opinião de todos os que assumem que não há aqui incompatibilidades insanáveis.

Julgo que me aproximo do que já vi definido como democracia de elites - quando a análise coincide com o período democrático.

O governo de elites, que os regimes autoritários contrapunham ao governo democrático, pode constituir-se como temática própria para a sociologia política, mas não é esse o caminho que percorro.

A este propósito Fernandes, explica-nos o que o fascismo entendia sobre a matéria: “O governo de elite (ou por elite) é um principio que (...) se opõe à “ilusão democrática” de que o povo é capaz de se organizar a si próprio. Segundo este principio, apenas uma pequena minoria da população, qualificada pelo nascimento, instrução ou posição social, é capaz de compreender o que é mais conveniente para a sociedade em geral, e de pôr em prática essa compreensão. Só a elite tem capacidade para governar, e a massa inorganizada deve submeter-se aos ditames da sua governação” (FERNANDES;1995:259).

Não são estas elites políticas o cerne da atenção. O que procuro é uma compreensão sociológica para a existência de elites, as suas formas de intervenção e as mudanças nas suas composições, decorrentes de processos de mudança social e cultural.

⁷⁴Citado por Busino afirma, por exemplo: “é contra a ordem natural que a maioria governe e a minoria seja governada” (BUSINO,sd: 8)

Poderia simplesmente falar de grupos de líderes e desta forma afastar artificialmente toda esta controvérsia em torno do conceito de elites. Não o faço, apesar da tentação, na medida em que dessa forma estava a desvirtuar pensamento próprio sobre a temática.

A delimitação temporal do objecto, ao incluir no intervalo dois períodos de governação distintos, leva a que sobre esta dicotomia ou oposição, proceda às necessárias clarificações de posicionamento teórico.

Os primeiros 14 anos do intervalo - 1960/1974 - são caracterizados pela existência em Portugal de um regime autoritário e pela negação da forma democrática de governação, enquanto que após esta última data⁷⁵ se recuperam as liberdades e a democracia. Portanto esta oposição coloca-se necessariamente na análise.

Também por isso, as razões para operacionalizar de forma diferente o conceito, tal como me proponho.

Nessa operacionalização não me deterei muito sobre as mobilidades eventualmente existentes entre elites e não elites, assim como vou procurar evitar as interligações que tal implica com conceitos como classe social, ou com processos de estratificação e mobilidade social.

Também não contribuí para a operacionalização, procurar ou proceder a delimitações entre elites e “massas”.

Tenho assim presente, que nesta matéria, estou na presença de um dos dilemas já referidos com que se confronta a sociologia, ou seja, haverá os que se posicionarão do lado dos que interpretam sob o olhar do consenso e os que se colocarão no campo do conflito.

Mas se à significação original do conceito prometi ir buscar muita da fundamentação para a sua operacionalização e se não pretendo assumir⁷⁶ que *“as elites são grupos de pessoas que exercem directamente o poder político, ou que estão em condições de influir sobre o seu exercício”*(BOTTOMORE⁷⁷;1974:11) não é possível assumir delimitações de campos de forma tão distinta.

Se é um facto que as mudanças políticas, económicas e sociais que - de forma bastante acentuada - ocorreram no período em observação conduzem a mudanças de “campo” nas composições das elites, creio que as mudanças mais significativas não se verificam como resultado dessas transferências, mas mais em função da mudança de protagonismos e da capacidade de influir colectivamente, de cada um

⁷⁵ Com maior precisão, após 25 de Abril de 1974.

⁷⁶ Não, na perspectiva tão reducionista.

⁷⁷ Que nesta passagem se estava a referir ao entendimento que tinham Mosca e Pareto

dos dois campos distintos em que as procuro dividir - elites de acção e elites de situação.

Na definição que procuro construir e para a operacionalização a que me proponho não faz muito sentido aceitar que *“dentre os grupos sociais que se tornaram proeminentes em meio às tremendas mudanças sociais e políticas do século XX, três elites - os intelectuais, os gerentes da indústria e os altos funcionários governamentais – têm sido frequentemente destacadas como herdeiras das funções das antigas classes dominantes e como agentes vitais na criação de novas formas de sociedade”* (BOTTOMORE;1974:63).

Tal aceita-se, se se admitir que estamos a falar só dos que exercem o poder ou dos que têm a possibilidade de o influenciar directamente e assim excluir todos os que agem e influenciam por formas indirectas a vida colectiva e a forma de exercício do poder, ou do contrapoder. Aqui posiciono-me claramente no campo teórico dos que aceitam o conflito como inerente à sociedade.

As elites entendidas, como alguns parecem querer fazer⁷⁸, só em torno das formas de exercício do poder político (delimitando assim dois campos elites e não elites) enquadram-se numa perspectiva que recusa ao conflito um papel gerador de mudanças sociais e dessa forma propiciador de recomposições várias nos seus campos específicos.

Se partilhasse deste ponto de vista, ao analisar a composição e papel das elites, limitar-me-ia à identificação das alterações nos grupos de exercício do poder (ou com capacidade de influência neste) e deixaria de fora todos os que, de forma mais ou menos activa, intervieram a cada momento, ou para alterar a forma desse exercício ou para introduzir nele significativas transformações. Aqueles que integro no que designo de elites de acção.

Não partilho pois, para a análise a que me proponho, dos pontos de vista integrados no que se denomina de teoria das elites e que tem como mentores principais Pareto e Mosca.

As elites cujos percursos e alterações procuro identificar não são em exclusivo correspondentes a quem exerce e influencia o exercício do poder. Assim como também não são os intelectuais, os gerentes da indústria e os altos funcionários governamentais.

⁷⁸ Mesmo quando admitem, como fazem, que existem mobilidades internas no seu seio.

Em determinada fase do processo, as elites que designo por elites de situação, podem corresponder de forma aproximada a estas designações⁷⁹.

Mas o que afirmo é que existem outras elites e que estas não são só as que Pareto ou Mosca⁸⁰ identificaram.

E estas outras elites que afirmo existirem são o reflexo das dinâmicas sociais (ou o motor dessas dinâmicas⁸¹).

Elites de situação, onde se integram os grupos e indivíduos que intervêm no sentido de evitar que um determinado estado de coisas – que lhe é favorável – possa ser alterado. Não são “amorfos”, antes intervenientes no sentido da consolidação e perpetuação das situações vantajosas de que são usufrutuários.

Aqui se poderão integrar tanto os grandes proprietários agrícolas que protestavam e intervinham contra o Plano de Rega do Alentejo - em pleno regime fascista - como o director de finanças ou outro qualquer alto dirigente da administração pública nos dias de hoje, em plena democracia, que zela para que o sistema burocratizado que o sustenta, não seja alterado.

Elites de acção, quando compostas por grupos ou indivíduos, que com base numa determinada tomada de consciência, intervêm no sentido de mudar um estado de coisas que consideram desfavorável aos seus interesses, ou contrária à sua maneira de pensar e agir.

Tanto podem ser constituídas pelo sacerdote que queria “humanizar” o regime fascista, sem que no entanto tivesse a menor intenção de questionar a ordem estabelecida, como o sindicalista que intervém para obter para si e para os seus pares melhores condições remuneratórias e melhores condições de trabalho.

Os exemplos trazidos, tanto para um como para outro dos tipos expostos, são de molde a poder afirmar pela natureza um tanto ou quanto interclassista desta tipologia. No entanto, as condições sociais – que levam à estratificação em classes – estão de certa forma subjacentes na distribuição por estes dois tipos de elites. Para explicar este processo seria necessário percorrer os planos teóricos associados aos conceitos de consciência colectiva, social e de classe.

Não o fazendo por economia discursiva, retenho-me⁸² no entanto nas explicações de Tonnies sobre vontade orgânica e vontade reflectida com base nas quais este autor

⁷⁹ Procedendo a algumas adaptações, retirando por exemplo os gerentes da indústria e fazendo-os substituir pelos grandes proprietários agrícolas.

⁸⁰ Sendo que este admite a existência de mais que uma elite, mas que em nenhum caso admite que estas possam ser expressão de contra poder.

⁸¹ De novo no cerne de outro dilema sociológico (primazia no individuo ou na sociedade).

⁸² Salvaguardando o necessário distanciamento teórico.

identificou dois tipos básicos de grupos sociais: “*um que existe porque a simpatia entre os membros que os compõem lhes faz sentir que as suas relações são um valor e o outro que surge como meio reflexo para alcançar um fim*” (SILVA;2003⁸³).

O primeiro tipo dá origem ao que designou o autor por comunidade e o segundo dá origem à sociedade / associação.

Julgo fazer sentido afirmar que as elites são o resultado, por um lado da própria condição social do indivíduo e por outro, da acção reflectida em torno da forma de atingir os fins que deseja.

Tal poderá contribuir para explicar o enigma mais central que se me coloca no momento, ou seja, como se constituem as elites? Porque existem indivíduos que se empenham de forma mais destacada na vida colectiva?

As pertenças sociais originam processos de tomada de consciência diferenciados. Mas isto acontece em escala grande ou seja afecta a sociedade em geral e assim não se explica que surjam indivíduos, amplamente minoritários, que assumam papel de destaque.

Para a fase inicial do processo que tenho em observação, as explicações assumem um grau de relativa facilidade. As *elites de situação* eram compostas pelos indivíduos que tinham, por força do seu status e da acção reflectida a que procederam, maior consciência da necessidade de intervir, para salvaguarda dos interesses - económicos, morais e políticos - que consideravam inerentes à sua “classe”. Os seus pares reconheciam-lhes “dotes” e maior “destreza” para o exercício dessas funções. Aqui se incluem os grandes proprietários agrícolas, o alto clero, os altos funcionários do governo, os militares de patentes elevadas⁸⁴.

Esta elite corresponde genuinamente à definição de elite a que Pareto procede. Existia no entanto uma outra, menos visível, que actuava - por vezes clandestinamente - no sentido de conseguir garantir para si e para os seus “pares”, a satisfação dos seus interesses. Importa dizer que por interesses considero um conjunto alargado de “bens” que não só os bens materiais. A motivação para a acção é neste plano bem mais a expressão de uma vontade reflectida do que propriamente derivada da condição social detida. A confiança dos seus “pares” foi sendo “conquistada” como resultado da intervenção e não lhe foi “concedida” previamente.

⁸³ Apontamentos extraídos de aula na disciplina de História do Pensamento Sociológico, na parte lectiva do Mestrado.

⁸⁴ A acção destas elites era fundamentalmente desenvolvida em torno da Igreja e das iniciativas por esta promovidas, em salões e “tertúlias” de tipo taurino ou “marialva”.

Aqui se incluem alguns intelectuais, empresários e comerciantes de pequena ou média dimensão económica, operários e mestres de ofícios⁸⁵.

A meio do período de observação - o correspondente a uma fase de grande agitação social e política resultante da Revolução - embora se registem “recomposições” os contornos da divisão por estes dois campos ainda são bastante nítidos. O que mudou foi o poder e como resultado dessa mudança, começa a verificar-se também a mudança de papéis por parte das elites - as velhas elites de situação perdem “pujança” e começam a definhar - as “vitoriosas” elites de acção iniciam a preparação para a mudança de papéis.

Na fase final - a situação actual - torna-se difícil distinguir os contornos entre os campos. Haverá ainda elites de acção? O que pretendem transformar? Quem as compõe hoje? E elites de situação? O que pretendem conservar? Quem as compõe? O que ressalta da observação é um claro desinteresse geral pela “coisa pública”, o regresso ao lar, onde temos à mão todo o mundo, a escolha de condomínios para local de residência, numa clara “negação da cidade”. Seria quase mais apropriado chamar a este vasto leque de indivíduos - a que muitos chamam “classe média” - elites de resignação.

A gestão da cidade está cada vez mais entregue a lógicas profissionalizadas e a “lobies” diversos. As “velhas” elites - de *situação* e de *acção* - reformaram-se.

Tal como parece necessária a ruptura epistemológica que conduza a uma nova sociologia das cidades, também me parece necessária uma ruptura com o uso dado ao conceito de elite.

Às elites, independentemente do campo, associo uma lógica de interesses subordinadas ao “bem comum”. Havia nelas, apesar das diferentes perspectivas, uma preocupação com a “cidade”. Os lobies e os mecanismos de suporte ideológico nos quais considero residir hoje a “governança” da cidade, são destituídos dessa lógica valorativa e a sua análise não se enquadra na lógica que tracei.

As elites - sejam elas quais forem - subordinam a sua acção a normativos de natureza ideológica, enquanto os lobies têm única e exclusivamente como fundamentação para a sua acção, razões meramente económicas e utilitaristas.

Diferem ainda na forma como agem ao nível público. Enquanto as elites se dão a conhecer, os lobies intervêm subterraneamente.

A “reforma das elites” a que fiz referencia enquadra-se no denominador geral que caracteriza a actualidade e que passa pelo que se designa de «normativismo

⁸⁵ A acção destas elites, era fundamentalmente nas colectividades de cultura e recreio e

instrumental». A este propósito, volto a Fernandes: *“Entretanto depois da 2ª Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico subjacente à terceira revolução industrial criou condições à afirmação do «normativismo instrumental» que se traduz na superação do idealismo político pelo utilitarismo material”* (FERNANDES;1995:264).

É esta real ou aparente situação de «morte das ideologias» e de vitória da tecnocracia, ou como alguns dizem, a vitória da «demotecnocracia», que caracteriza o período do final do intervalo que analiso e que contribui para uma certa “descaracterização” das elites, tal como aqui as expus.

É o tempo da crise da modernidade e da emergência de vários prefixos que se lhe colam. Assim como parece ser tempo para ocorrerem rupturas epistemológicas diversas no seio da sociologia.

4.3 Algumas notas sobre o enquadramento das questões das cidades e das elites com a discussão actual em torno da modernidade.

Este processo de crise da sociologia urbana a par das dinâmicas sociais que conduzem ao surgimento de novas elites - ou à sua extinção - ocorre em simultâneo, e interliga-se necessariamente, com o debate que se trava em torno da modernidade. Verificar quem são as elites, como agem e influenciam a vida colectiva no intervalo proposto, deve passar pela observação e verificação do grau de cumprimento do que são os padrões da modernidade.

Em que medida o crescimento económico verificado em Portugal na década de sessenta – que alguns atribuem e associam à adesão à EFTA - teve impacto em Évora? E será que este contribuiu para eliminar - ou mesmo atenuar - as situações de pobreza e de exclusão social? Como intervieram neste processo as elites? Para a observação encaminho a resposta a estas questões, tendo como objectivo verificar do grau de execução de um dos principais pressupostos da modernidade. Outros pressupostos desta também terão de ser confrontados com a observação empírica, para que possa então afirmar ou infirmar, que a modernidade ainda está inacabada.

A radical mudança de regime – o regime autoritário e de contornos fascistas é substituído através de uma revolução por um governo de cunho democrático – é razão para verificar que, apesar de inúmeras vicissitudes, passou a existir uma

tinham quase sempre uma capa lúdica ou cultural.

participação democrática dos cidadãos na vida política, cumprindo-se assim outro dos pressupostos da modernidade,

Do observado constato também, que se verifica um significativo crescimento das populações com profissões técnicas e científicas, que cresceram os níveis habilitacionais e académicos, que há uma nova e mais respeitadora forma dos direitos de igualdade e de participação das mulheres - pelo menos no plano do direito positivo - que há uma urbanização do espaço minimamente planeada e subordinada a uma visão de conjunto, que existem novas, diversificadas e participadas formas e práticas culturais, que a família - mantendo importantes funções no processo de sociabilização - não tem já o exclusivo no desempenho de determinados papéis.

Mas também constato que estes processos ocorreram no período exactamente coincidente com o intervalo que me propus estudar⁸⁶ e que por isso, os seus graus de concretização apresentam um atraso muito significativo face ao verificado na generalidade dos países que são parceiros de Portugal na União Europeia.

Estamos portanto na presença de um processo de modernidade tardio e em vários aspectos, inacabado. Mas como já foi dito, a verificabilidade remete-se para a observação e nesta fase, o objectivo é afirmar que ela se fará com base na análise destes padrões.

Aceitando-se que foi tardia e que está inacabada, não significa ficar a “aguardar” o seu pleno cumprimento⁸⁷ e assim recusar o debate em curso, sobre insuficiências e erros de alguns dos paradigmas que lhe estão fortemente associados.

Interligando os padrões referidos com a temática da cidade e das elites, realço as influências da modernidade na forma da ocupação urbana do espaço, de uma cidade empurrada para dentro dos seus “muros” pela ruralidade e pelo latifúndio, passámos a uma cidade que ultrapassa os muros e expande o urbano pelos campos vizinhos.

As elites – “elites esclarecidas” segundo Touraine – têm um papel importante no processo do triunfo da razão e na destruição das tradições e das crenças. Mas é ainda Touraine que explica que todas as categorias submetidas ao domínio dessas elites esclarecidas, acabam por se revoltar e procurar assumir a individualidade que lhes recusam (TOURAINÉ;1994).

E desta forma entramos no domínio da crítica da modernidade. O esbatimento do papel das elites e a substituição do papel por elas desempenhado no governo da cidade - a que já aludi - pode inserir-se nesta “revolta” das “massas” contra as “elites

⁸⁶ A escolha do intervalo também não aconteceu por mero acaso...

⁸⁷ A ficarmos, teríamos pelo menos o contributo das experiências alheias, para evitar percorrer alguns caminhos errados

esclarecidas” e constituir-se como um processo de afirmação da individualidade e afirmação dos direitos de cidadania. Importará verificar se esta redefinição exclui em definitivo o papel e a “razão” de ser das elites.

“Se a modernidade associava o progresso e a cultura, opondo culturas ou sociedades tradicionais a culturas ou sociedades modernas, explicando qualquer facto social ou cultural pelo seu lugar no eixo tradição → modernidade, a pós modernidade dissocia o que tinha sido associado. Se o sucesso económico já não depende da racionalidade do engenheiro, mas sim do realismo do estratega, se já não é um efeito da ética protestante ou do serviço da nação, mas sim do talento de um economista ou da audácia de um jogador...” (TOURAINÉ;1994:221), passarão a constituir as novas elites, o estratega e o economista talentoso?

Por outro lado, a afirmação do sujeito - temática por excelência do pós modernismo - parece negar a possibilidade da existência de condições ou até mesmo necessidade para a existência de elites, *“A sociedade deixou de ser unidade e, por conseguinte, nenhuma personagem, nenhuma categoria social, nenhum discurso detém o monopólio do sentido”* (TOURAINÉ;1994:221).

Estas perspectivas, a par do entendimento crítico sobre elas, percorrerão em certa medida a forma de observação.

Reconhecendo como facto⁸⁸ *“...as três grandes tendências do nosso tempo, o triunfo de uma instrumentalidade tornada acção estratégica, o refúgio na vida privada e a globalização ecologista dos problemas levantados pela tecnologia, formam em conjunto, um campo pós social onde se separa as relações sociais propriamente ditas, orientadas para outros agentes sociais, das relações consigo próprio e com a natureza”* (TOURAINÉ;1994:224), acho oportuno trazer também para o objecto teórico da observação, estas considerações, sem que no entanto se deixe de estar atento para submeter à observação alternativas ou formas diferentes de analisar o novo tipo de relações sociais - ou o pós social aqui falado - que se estabelecem.

Coloca-se desde já a necessidade de formular a dúvida, sobre se algumas das análises não incidirão em demasia em torno de uma classe média dominante e maioritária e descurando do campo das hipótese uma juventude, que parece querer recuperar a irrequietude.

Nas citações de Touraine, bem como ao próprio campo teórico dos pós modernistas, não pode deixar de ser tido em consideração o facto de estes não serem dominados

⁸⁸ Já me havia referido “ao regresso ao lar” quando da interrogação sobre o papel das elites na actualidade.

por um pensamento homogéneo e de se apresentarem em campos distintos, ora designados ultramodernistas, ora designados antimodernistas.

É uma corrente teórica a que não se pode ficar incólume, apesar de eventualmente não se partilhar dos seus pressupostos ou de alguns deles.

Partilho da ideia de que a existência humana não tem uma directriz e que assim, se *“Nos séculos XVIII e XIX, a razão identificava-se com a liberdade (...) presentemente a razão parece ter adquirido uma nova forma e residir, já não no indivíduo, mas em instituições que, mercê das suas previsões matemáticas e burocráticas, privam da razão e da liberdade os homens que nelas se encerram”*(BUSINO, sd:63).

O normativismo a que já se aludiu e a cuja temática julgo que se justifica o regresso, tem de certa forma uma forte interligação com esta perda de razão e de liberdade do homem encarcerado dentro dos «edifícios» institucionais.

Algumas das vertentes a abordar na temática do urbano e das elites, entrecruzam-se obviamente nestes planos de discussão.

Outras correntes teóricas poderão também contribuir para uma melhor percepção do objecto. Giddens traz à presença o pensamento de Beck e a defesa que este faz do que designa de 2ª modernidade. Giddens, referindo-se a Beck afirma: *“Observamos a emergência de um novo campo a que Beck chama «subpolítica», termo pelo qual designa as actividades de grupos e agências que operam fora dos mecanismos formais da democracia política – tais como os grupos ecológicos, de direitos dos consumidores ou de direitos humanos. A responsabilidade da gestão do risco não pode ser deixada apenas aos políticos ou aos cientistas: é necessária a participação de outros grupos. Contudo, grupos e movimentos que se desenvolvem na arena da subpolítica podem ter uma grande influência nos mecanismos políticos ortodoxos”* (GIDDENS;2004:680).

As elites em que focalizo, podem ser enquadráveis nestes novos tipos de movimentos e de participação dos cidadãos na vida pública. Principalmente aquilo que por facilidade discursiva defini como “elites de acção”, têm neste plano da subpolítica um terreno privilegiado de intervenção.

Importará verificar quais são, em que áreas se inserem e como dinamizam o espaço público da cidade.

Para o objecto teórico que tracei, não deixei de ter em conta os novos campos teóricos da sociologia⁸⁹. Abreviadamente a eles me referi: aos críticos da modernidade (e.g.TOURAINE) e às suas integrações divergentes - ultramodernistas e

⁸⁹ Para o que foi importante fonte de consulta a obra de Giddens que tenho citado.

anti modernistas - no seio do que se designa por pós modernismo (BRAIDILLARD), defensores da ideia de uma 2ª modernidade, a percepção em torno da “sociedade de risco” (BECK) ou da “sociedade de fuga” (GIDDENS).

A construção do objecto teórico a que me propus e sem o qual não seria possível partir para a observação do objecto real, impôs uma abrangência e corresponde a uma densidade que muitas das referências não puderam deixar de ser meras notas de síntese. Optei por essa forma por assim considerar melhor conseguir a imagem de conjunto e de diversidade que considero associada ao objecto, quer na sua componente teórico, quer real.

4.4 A síntese do objecto teórico a partir do qual parto para a observação

Em síntese, parto para a observação e visando a análise às formas de acção, composição e alterações verificadas nas elites em Évora, entre 1960 e 2000, através do seguinte objecto teórico:

A sociologia urbana serve de fio condutor a toda a análise que procuro efectuar e dentro desta aceito a ideia de uma necessária ruptura epistemológica que conduza a uma sociologia das cidades em detrimento da sociologia urbana clássica, ideia na qual encontro suporte nas posições de Carlos Fortuna.

Na construção dessa perspectiva partilho da ideia dos que valorizam o espaço público como escolha para a focalização da observação – e neste (o espaço) realçarei as relações e interacções associadas à governação da cidade, as iniciativas que visam o aumento da participação dos cidadãos na vida colectiva, as questões ambientais, as novas práticas e consumos culturais, a diversidade e a multiculturalidade.

Tempo e espaço serão tratados com as devidas contextualizações e partindo do princípio que não há linearidade para o primeiro nem homogeneidade política ou social no segundo (FORTUNA).

O urbano, do qual há uma certa dissociação, é entendido como modo gerado na cidade e difundido a partir desta.

É com este enquadramento que procurarei verificar como agem e influenciam a vida colectiva na cidade, as elites.

Afastar-me-ei da concepção de elites construída com base nas teorias de elites de Pareto e Mosca e procurarei operacionalizar o conceito com base no que, por razões de facilidade discursiva, apelidei de “elites de situação” e “elites de acção”.

Afasto-me da dicotomia elite versus democracia e partilho da ideia da existência de elites em democracia e até mesmo da existência de elites democráticas em situações de inexistência de democracia.

Há para esta forma de operacionalização a aceitação implícita do paradigma do conflito, como instrumento interpretativo.

As elites que procuro analisar não correspondem a elites no sentido mais atribuído ao conceito e que de certa forma é usado em ciência política, mas sim a uma vertente que considero mais sociológica.

Elas são o resultado da tomada de consciência de alguns e correspondem de certa forma a enquadramentos de natureza ideológica. Apesar dos processos de tomada de consciência serem reflexo de uma determinada condição social, há uma certa marca interclassista associada às elites de que falo.

Distingo elites de lobies, para procurar compreender a situação actual. As elites têm por característica uma determinada carga valorativa a marcar as suas atitudes, fundamentam estas com base em pressupostos ideológicos e actuam de forma pública, enquanto que os lobies são unicamente compostos com base em interesses económicos individuais ou de um determinado grupo e movimentam-se “subterraneamente”.

Há no entanto que ponderar, face à existência de dois períodos políticos distintos dentro do intervalo - regime autoritário de contornos fascistas e regime democrático - como se comportam os dois tipos de elites e para a parte final do intervalo cuidar-se-á de verificar se ainda faz sentido falar de elites face ao contexto “fragmentado” que desde já se insinua como caracterizador desse período.

Transversal ao percurso é a questão em torno da modernidade e à observação do grau de execução dos seus pressupostos principais.

Para a análise actual – que corresponde à parte final do intervalo – o objecto teórico não pode deixar de incorporar as novas formas de observação do real, oriundas de novas correntes e novas teorias sociológicas.

Por último a certeza que a pluralidade e diversidade teórica, que são marcas distintivas da sociologia, são inerentes a este próprio objecto teórico através do qual parto para a observação.

5. O conceito operativo de cidade.

Traços distintivos gerais.

Segundo previsões expostas por Giddens, na obra que já citei, haverá um crescimento da população residente em espaço urbano à escala planetária. Segundo este, em 2025 é previsível que 2,5 biliões de pessoas residam neste tipo de espaço.

Por outro lado, em relatório recentemente publicado pela Agência Habitat, da ONU, prevê-se que dentro de 25 anos (2029/30) residirão em cidades cerca de 5 mil milhões de pessoas, ou seja, cerca de 60 por cento da população mundial.⁹⁰

Apesar das questões resultantes às formas diferenciadas de tratamento dos conceitos (cidade e urbano) e já objecto de abordagem, não deixa de ser extremamente significativa a expressão da dimensão da população das cidades à escala planetária.

Ainda segundo o relatório citado, em 2003 existiam 39 cidades com mais de 5 milhões de habitantes e 16 com 10 milhões ou mais⁹¹.

Estamos claramente no cenário que Castells definia como de megacidades.

Apesar das grandezas, a Habitat calcula que o crescimento da população urbana será de menor intensidade para o período objecto do cenário projectado, do que aquele que se verificou nos últimos 25 anos. Calcula que para os países mais ricos o crescimento será (nos próximos 25 anos) de 0,6%, face aos 0,9% verificados nos 25 anos anteriores. Nos países mais pobres de 2,2% face aos 3,2% registados entre 1975 e 2000 (Jornal Público).

“Entre 1960 e 1992 o número de habitantes urbanos no mundo cresceu cerca de 1,4 biliões”(GIDDENS;2004:574).

Em Portugal, o crescimento da população urbana é semelhante, embora marcado por outras dimensões.

Em 1960 nos aglomerados urbanos com a denominação de Centro Urbano⁹², residiam 2017148 habitantes (22,75% da população total).

⁹⁰ In Jornal Público, 14/09/04 – sob informação veiculada pela Lusa.

⁹¹ In Jornal Público

⁹² Ao todo 50, segundo dados do INE. O quadro legal que então regia a elevação a cidade, surgiu-me disperso por alguns artigos do Código Administrativo e não consegui apurar com precisão se existiria diploma ou diplomas específicos. O INE trabalhou o conceito com o conteúdo seguinte: “Centro Urbano - a capital de Distrito e a localidade qualquer que fosse a sua categoria legal (cidade – vila, etc.) que na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva, contasse 10000 ou mais habitantes.(INE;1960)Existem portanto, fora deste universo, cidades que não estão a ser consideradas, sendo Estremoz um desses exemplos.

Em 2001, em 134 cidades (INE;2002) residiam 3981636 habitantes (38,45%) da população total. Um crescimento que quase duplica (97,4%) a população das cidades em 1960.

Lisboa é, tanto em 1960 como em 2001, a maior cidade⁹³ em Portugal, no entanto, ao invés do crescimento verificado no contexto nacional, esta cidade vê a sua população decrescer assinalavelmente, de 802230 (1960) para 564657 (2001) habitantes⁹⁴.

Em 1960 a cidade de menor expressão populacional - ter em atenção o uso do conceito, a que já fiz referencia - era a Horta (7109 hab.) e em 2001 é Santana (1336).

Estes dados acarretam a necessidade de procurar perceber os aspectos legais e identitários que levam, ou permitem, que um determinado aglomerado urbano use a designação de "cidade".

"A "elevação" à categoria de cidade é uma prerrogativa da Assembleia da República. A lei 11/82 de 2 de Junho estipula: "Uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores superior a 8000, em aglomerado populacional contínuo, e possua pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espectáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimento de ensino preparatório e secundário; estabelecimento de ensino pré-primário e infantários (art.º 13.º) No entanto, "importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitetónica poderão justificar uma ponderação diferente destes requisitos (art.º 14.º)" (INE;2002:VII).

Quer pela dimensão populacional de Santana - já referida - quer pelo facto de no conjunto das 134 cidades portuguesas (INE;2002)⁹⁵ se encontrarem 28 com menos de 8000 habitantes - e repare-se que a lei fala em eleitores - logo se conclui que as excepções do art.º 14.º já foram utilizadas algumas vezes...⁹⁶

Apesar das referências a que já aludi - quer no plano teórico, quer na aplicabilidade ao objecto "real"- os conceitos de "cidade" e "urbano" foram objecto, por parte do INE,

⁹³ Considerando sómente a população.

⁹⁴ Para a compreensão deste dado deve levar-se em linha de consideração o processo de autonomização em novas cidades, de aglomerados urbanos da periferia e ao deslocamento de população do "centro" para esta.

⁹⁵ Remeti para apêndice a este Relatório, um quadro no qual constam as cidades portuguesas em 2001 e os respectivos comportamentos em termos de crescimento demográfico dentro do intervalo delimitado. (Cfr. Quadro n.º 5 de Apêndices).

da necessidade de procedimentos adaptativos. As cidades nem sempre são “unidades” claramente definidas e nem em todas, os seus limites geográficos são perceptíveis, ou porque algumas ainda não têm definidos os seus perímetros urbanos, ou por consequência da divisão administrativa em Freguesias, que em inúmeros casos não coincide com a divisão em “espaços urbanos” e “espaços rurais”. No que diz respeito às cidades, adoptam como procedimento criar três grupos para a delimitação: i) Cidades em que já existiam PDM (s) e em que já estavam definidos os perímetros urbanos⁹⁷; ii) Cidades onde estavam em curso os processos de aprovação dos PDM (s) nas quais se levou em linha de consideração as plantas de ordenamento já elaboradas e iii) Cidades onde não havia PDM, levou-se em linha de consideração os “lugares-cidade” considerados nos Censos de 1991, com as adaptações resultantes das sugestões das Câmaras Municipais (INE;2002).

Os portos e zonas industriais foram incluídos para esse tratamento, dadas as relações funcionais que estabelecem com as cidades e nas adaptações produzidas foram levadas em linha de consideração as subsecções estatísticas do INE – BGRI - Bases Geográficas de Referenciação de Informação (INE;2002).

De tais factos é legítimo admitir que resultem apuramentos nos quais existam pequenas distorções.

Para os centros urbanos – e está sobejamente claro que não são a mesma “coisa” que cidades – o mesmo Instituto procedeu também a clarificações do uso que dá ao conceito: *“Considerou-se um centro urbano como o contínuo das freguesias que preenchem individualmente pelo menos um dos seguintes requisitos: i) Densidade populacional superior a 500 hab./ Km²; ii) Integrem total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5000 habitantes e onde pelo menos um dos rácios “População da intercepção do lugar e da freguesia / População da Freguesia” ou “População da intercepção do lugar e da freguesia / População do lugar” seja igual ou superior a 50% e iii) Conttenham fisicamente a presidência da Câmara Municipal”* (INE; 2004:12).

Desta forma apuraram 317 centros urbanos em Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira, (INE;2004) número expressivamente superior ao número de cidades, como já foi demonstrado.

⁹⁶ Não se pode fazer uma leitura demasiado simplista, na medida em que poderá haver situações que correspondam a cidades “históricas” ou seja, que foram objecto de elevação a cidade antes de vigorar esta legislação.

⁹⁷ Mesmo nestas situações há que ter em linha de consideração que, trando-se de situações dinâmicas e considerando que os PDM (s) são revistos de cinco em cinco anos, podem por isso ocorrer alterações.

Em 1960 a generalidade das cidades não ultrapassa os 50 mil habitantes. Só Lisboa e Porto se destacam desse cenário genérico.

Em 2001 são 8 as cidades que ultrapassam os 100 mil habitantes, sendo que 4 destas ultrapassam este patamar, mas por poucas centenas.

Estes dados não devem ser interpretados numa perspectiva comparativista. A realidade europeia é também ela, neste capítulo, bastante diferenciada.

Trabalhando o conceito de cidade média⁹⁸, ou intermédia – bastante em voga até recentemente – e aceitando como dimensão populacional que estas se situem na casa dos 15 mil aos 50 mil habitantes⁹⁹ (noutros contextos a dimensão populacional situa-se entre 15 e 500 mil)¹⁰⁰ (CASCAIS;2000b) e associando-lhe também outros indicadores na base das “funções”, julgo que Évora, com os seus 41164 habitantes, se poderá incluir na listagem das cidades médias.

Deixando a “plasticidade” do conceito de cidade média e cingindo-me à quantificação, existem em Portugal, em 2001, 14 cidades com mais de 50 mil habitantes.

Importantes centros administrativos, como sejam algumas “capitais de Distrito”, não atingem este patamar populacional: Faro; Beja; Évora; Portalegre; Santarém; Castelo Branco; Leiria; Guarda; Vila Real; Viseu; Bragança; Viana do Castelo (12 em 18).

A urbanização em Portugal ocorre no litoral ou numa estreita faixa que lhe está subjacente (onde estou a incluir Coimbra; Guimarães e Braga). Não há no interior uma única cidade que tenha 50 mil ou mais habitantes.

As cidades de maior dimensão - utilizando aqui como patamar mínimo os 40 mil habitantes - situadas no interior, são Évora e Viseu.

Se o estudo se destinasse a aferir a temática da competitividade das cidades, estes dados teriam que necessariamente ser objecto de reflexão, a par da verificação da dimensão populacional das cidades fronteiriças de Espanha e a capacidade competitiva que demonstram possuir, por exemplo: Salamanca; Cáceres; Badajoz e Huelva.

⁹⁸ “As cidades médias parecem ter-se instalado definitivamente no contexto urbano da Europa. Pelo menos, parecem ter-se fixado na mente dos políticos e na produção dos teóricos.” (CASCAIS;2000b:569)

⁹⁹ É efectivamente restrito e passível de condições de solidariedade, de partilha e de participação, o ambiente de uma cidade com 15 mil ou 20 mil habitantes, eventualmente até com 50 mil” (CASCAIS;2000b: 571)

¹⁰⁰ “Na Europa, as cidades médias podem hoje ter entre 15 mil e 500 mil residentes” (CASCAIS;2000b:570).

6. O objecto empírico¹⁰¹ em si

A cidade de Évora - 1960 - 2000. Traços identitários gerais.

O município de Évora - onde está inserida a cidade que lhe dá o nome - tem uma área de 1306,3 Km² e representa 1,42% da área do território nacional (91151,8 Km²). A densidade populacional variou entre os 38,35 em 1960 para 42,8 em 2001 (INE 1960;2002).

O município é constituído por 19 freguesias, sendo 7 urbanas e 12 rurais. As 7 freguesias urbanas totalizam 44627 habitantes¹⁰² (CME;2002).

A população do município, variou entre 50095 (1960) e 55958 (2001).

Em 1960, a população do município corresponde a 4,5% do total da população residente no Alentejo e em 2001 essa percentagem é de 10,56. Tal facto deriva mais da perda populacional da região, do que do crescimento verificado em Évora.

Ocorre em Évora um processo de crescimento populacional contínuo¹⁰³ ao invés do que se verifica na Região em que em igual período regista perda de efectivos.

A população da cidade varia entre 24144 (1960) (INE;1960) e 41164 (2001), o que se traduz num crescimento de 70%, no decorrer do intervalo (INE;2004). A relação entre a população da cidade e o total da população do concelho é de¹⁰⁴ 48,2% e 73,5% respectivamente. São mais perceptíveis as ordens de grandeza se disser que em 1960 em cada 4 habitantes do concelho, 2 residiam na cidade e que hoje são 3 em cada 4.

No decorrer do intervalo que está a ser objecto de análise, ocorreram algumas transformações administrativas, que podem influenciar algumas leituras estatísticas – como as que referi em nota de rodapé para o parágrafo anterior- em 1960 a então

¹⁰¹ Embora parecendo ser uma opção um tanto ou quanto “contra a corrente”, vou proceder neste capítulo à apresentação de dados quase só exclusivamente tratados na perspectiva quantitativa – o objectivo é construir a “moldura” do objecto, para depois partir para a aplicação da grelha analítica. Concentro-me em dados referentes ao território, população, distribuição territorial da população, situação etária, níveis de habilitações académicas e situação profissional.

¹⁰² Existem portanto 3463 habitantes, que não estão incluídos na população da cidade, embora residam em Freguesias Urbanas. Tal resulta dos critérios operativos do conceito de cidade a que já aludi. Assim a taxa de urbanização para as freguesias urbanas é de 92,24%. Das freguesias urbanas, só S.Mamede; Sé e S. Pedro e St.º Antão – todas confinadas ao Centro Histórico - têm uma taxa de 100%.

¹⁰³ Dentro do intervalo em análise.

¹⁰⁴ Não falo de taxa de urbanização propositadamente, visto que na maior parte dos casos e das fontes contactadas esse cálculo é efectuado considerando como população urbana o conjunto dos habitantes das freguesias urbanas e tal poder contribuir para em comparações futuras se poderem gerar algumas confusões.

freguesia da Sé correspondia a toda a área envolvente do Centro Histórico¹⁰⁵. Esta foi objecto de uma primeira desagregação (1985¹⁰⁶) que deu origem à freguesia dos Canaviais - suburbana - e em 1997 são criadas as freguesias urbanas de Malagueira; Horta das Figueiras; Sr^a. da Saúde e Bacelo.¹⁰⁷

6.1 Alguns indicadores sócio-demográficos¹⁰⁸ comparados, 1960 - 2001.

Em 1960 em cada 100 indivíduos, 45 eram homens e 55 mulheres. Em 2001 verificam-se ligeiras oscilações – em cada 100 indivíduos, 47 são homens e 53 são mulheres.

A distribuição por sexos, dentro da população activa¹⁰⁹, apresenta valores díspares entre os dois períodos. Em 1960 a taxa de feminização da população activa era de 27% e em 2001 47,4%¹¹⁰.

No que diz respeito a algumas categorias isoladas (1960) – que assumem importância para a análise das elites – a taxa de feminização era de 0% no que diz respeito aos agricultores (patrões); 30,5% nos industriais e 52% nas profissões liberais e similares.

No que diz respeito à situação etária, as comparações baseadas nos pesos relativos dos grandes grupos etários¹¹¹, são as expressas no quadro seguinte:

¹⁰⁵ Também havia uma pequena parcela de território dentro do Centro Histórico.

¹⁰⁶ DL 110/85 de 4/10/85 publicado no DR. I Série n.º 229.

¹⁰⁷ O território da freguesia da Sé incluído no centro Histórico, é anexado ao da freguesia de S. Pedro e esta passa a designar-se de Sé e S. Pedro.

¹⁰⁸ Tratarei em exclusivo os dados recolhidos sobre a cidade, para evitar a dispersão analítica que resultaria do seu tratamento em dois planos: concelho e cidade. Se para os dados referentes a território e população procedi à separação de planos, fi-lo com o objectivo de contextualizar a cidade.

¹⁰⁹ Para 1960, de entre a população activa vou retirar os efectivos «domésticas», como farei para a distribuição por sectores económicos, por razões a que procederei em seguida à explicação.

¹¹⁰ O tratamento estatístico das «domésticas» como população activa parece inserir-se no facto de o trabalho doméstico ser considerado uma obrigação legal das mulheres, para o que nos chama a atenção Vergínia Ferreira: *“...no caso português, é necessário ter em conta que vivemos até há pouco mais de 20 anos numa sociedade regulada por uma ordem jurídica que fazia do trabalho doméstico uma obrigação legal das mulheres”*. (FERREIRA;2004 (WWW).

¹¹¹ A este propósito é oportuno considerar que a construção clássica a que hoje se procede para agrupar idades, faz pouco sentido quando aplicada à situação verificada em 1960, tendo

Quadro n.º 1 (Comparação por grandes grupos etários 1960 - 2001)

Grande grupo etário	1960	2001
< 14 anos	21,28%	14,77%
15 < 25	16,53%	14,63%
25 < 65	53,39%	53,34%
> 65 anos	08,79%	17,21%

Fonte; INE (1960) – Recenseamento Geral da População; INE (2004) As Cidades em Números

São desde logo observáveis as marcas do duplo envelhecimento demográfico. Em 2001 o peso dos primeiros grupos etários, no conjunto da população, é inferior ao que se verificava em 1960, ao passo que nos grupos etários do topo da pirâmide o fenómeno tem expressão inversa.

No que diz respeito à composição da população activa¹¹², salvaguardadas as questões inerentes às diferentes idades (e situações) que conduzem à definição do intervalo etário para esta classificação e considerando de forma simples, a sua distribuição pelos “clássicos” sectores económicos – primário; secundário e terciários – a situação comparativa é a expressa no quadro seguinte:

Quadro n.º 2 (Comparação por sectores de actividade 1960-2001)

Sector actividade	1960	2001
Primário	08,82% (814/9226)	1,3%
Secundário	39,70/% (3662/9226)	28,4%
Terciário	51,49% (4750/9226)	70,3%
Situações indefinidas ¹¹³	(45,68%) (7288+376/16984)	-----
Total face à população	38,38% 9226/24144	60%.

Fonte; INE (1960) – Recenseamento Geral da População; INE (2004) As Cidades em Números

As interpretações que possam ser feitas com base na comparação dos dados do quadro anterior (n.º2) devem levar em linha de consideração: i) Os “ajustamentos” de profissões e actividades várias pelos três sectores clássicos da economia, são dados às distorções resultantes de opções que por vezes são tomadas com base exclusiva no livre arbítrio; ii) O intervalo de tempo entre as duas origens de dados é suficientemente dilatado pelo que é natural que ocorram alterações significativas nos critérios.

em conta que, por exemplo, a idade mínima para se ser incluído no âmbito do conceito de população activa, era a esta data, de 10 anos.

¹¹² Incluem-se: população empregada por conta de outrem, patrões e trabalhadores por conta própria.

¹¹³ (7288+326) Aqui vou incluir, para evitar distorções aos pesos relativos, as 7288 “domésticas” consideradas em 1960 como população activa e que se somadas ao sector dos serviços, contribuiria para distorções de leitura. Ao total da população activa, para efeitos de

Apesar destas advertências, julgo ser inquestionável que: i) se verificou um forte crescimento das actividades terciárias da economia – a ponto de o seu contributo para a criação de emprego ou como fundamento para a existência de uma actividade – ser quase totalizador, ii) Que de uma baixa participação do sector primário no ponto de partida, se chega a uma situação de quase total inexpressividade e iii) Que o sector secundário, apesar de também em perda, ainda representa em 2001 quase um terço do emprego – ou do contributo para uma actividade.

Para que mais adiante – quando da aplicação da grelha analítica – possa dispor de dados, analiso em seguida a condição perante o trabalho das populações activas procedendo para o efeito ao agrupamento em quatro grandes grupos: i) trabalhadores por conta de outrém; ii) patrões e trabalhadores por conta própria; iii) Profissões liberais e directores de empresas e iv) militares:

Quadro n.º 3 (Situação quanto à forma de emprego – Comparação 1960-2001)

	1960 ¹¹⁴	2001
Trabalhadores por conta de outrém	7472	16400
Patrões e trabalhadores por conta própria	704	2614
Profissões liberais e directores de empresas	859	n.e ¹¹⁵
Militares	188	191

Fonte; INE (1960) – Recenseamento Geral da População; INE (2004) As Cidades em Números

Para a problemática das elites, em torno da qual vou incidir grande parte da preocupação analítica, destaco: i) Embora não expresso no quadro, a taxa (em 1960) de masculinidade no grupo - patrões e trabalhadores por conta própria - é de 85%¹¹⁶, ii) O quadro reforça a indicação já anteriormente dada, ou seja, há um claro crescimento relativo¹¹⁷ da população activa, de 1960 para 2001 e iii) Também não constante no quadro, em 2001 existem 1218 quadros superiores da Administração Pública e 3046 com profissões intelectuais e científicas¹¹⁸.

Outros indicadores úteis, para interpretação e análise posterior:

identificação do peso de cada um dos sectores, será deduzido este valor assim como 376 “não activos com rendimentos”. Em 2001 as domésticas são consideradas população inactiva...

¹¹⁴ Pelas razões já expostas não considere: 7382 domésticas e 376 não activos com rendimentos.

¹¹⁵ Estão incluídos segundo a condição, ou seja, como patrões, trabalhadores por conta própria ou por conta de outrém.

¹¹⁶ No que se refere a “patrões agrícolas” ela é mesmo de 100%.

¹¹⁷ E também absoluto, como é óbvio.

¹¹⁸ A procura de identificação e caracterização das “novas” elites passará necessariamente, também por aqui.

Quadro n.º 4 (Desempregados e estudantes – Comparação 1960 e 2001)

	1960	2001
Desempregados	247	1124
Estudantes	2502	3535

Fonte; INE (1960) – Recenseamento Geral da População; INE (2004) As Cidades em Números

Por último, neste capítulo quase exclusivo aos indicadores, alguns dados sobre ensino e níveis académicos obtidos. **Em 1960:** i) 26,5% não sabiam ler nem escrever; ii) 22,5% sabiam ler e escrever mas não tinham frequentado qualquer grau de ensino; iii) 15,7% frequentavam um ensino ou curso e 35,2% possuíam um ensino ou um curso – sendo que destes 75,8% era um curso “primário”, 20% secundário e 4% de nível superior. **Em 2001:** i) 6,7 % não sabiam ler nem escrever; ii) 8,9% sabiam ler e escrever mas não tinham frequentado qualquer curso ou ensino; iii) 50% tinham o ensino básico; iv) 16% o ensino secundário; v) 1,1% um curso de ensino médio e vi) 10,5% um curso superior.

As questões do ensino, formação e qualificação apresentam-se ao objecto como questões centrais.

6.2 Uma síntese em torno da clarificação do conceito operativo de cidade e desta enquanto objecto empírico para a observação

i) O crescimento da população residente em espaço urbano, é fenómeno que ocorre à escala planetária, embora com dinâmicas e intensidades diversificadas, tendo assinalável dinâmica em Portugal onde a população a residir em cidades passa de 22,75% (1960), para 38,45% (2001). Em 1960, 2 em cada 4 habitantes do concelho de Évora residiam na cidade e em 2001, essa proporção passa a 3 em cada 4; ii) A distinção entre os conceitos “urbano” e “cidade” começa a ter expressão nos seus planos operatórios - sai do plano estrito do teórico - o que permite proceder a recortes distintos dos objectos de estudo. O INE procede à clarificação dos atributos de cada um e trabalha informação, com base nessas definições, o que se traduziu em fonte importante para a análise presente, iii) Ocorreram profundas transformações políticas que propiciaram expressivas mudanças sociais e culturais, que vão produzir reflexos na composição, papéis e status das elites, iv) O crescimento populacional da cidade (Évora) não pode ser interpretado à luz de qualquer consideração com base na envolvente territorial, na medida em que é fenómeno quase exclusivo em todo o contexto do que

designamos por região Alentejo; v) Destacam-se como elementos extraídos da breve caracterização sócio-demográfica os factores seguintes: um processo de duplo¹¹⁹ envelhecimento demográfico, a “desmasculinização” da população activa, melhorias nos níveis habilitacionais atingidos ou frequentados, o aumento da “densificação social” ao invés de uma sociedade facilmente enquadrável na estrutura clássica de classes sociais – situação existente no início do intervalo que está em observação.

6.3 O necessário enquadramento histórico

Para além dos contornos identificados, quer para o plano teórico, quer para o plano empírico, é necessário proceder ainda à necessária contextualização histórica, sem a qual não será possível perceber os fenómenos em observação.

Assim, de forma concisa, são “marcos balizadores” principais os seguintes traços: i) No início do intervalo (1960) o regime político em Portugal era marcado por características próprias de regimes fascistas, não existiam liberdades - de expressão, de opinião, de manifestação, de associação - havia um forte estado policial e pidesco, não havia eleições livres¹²⁰ e toda a organização política do Estado era baseada num partido único e nas suas organizações corporativas; ii) Tal regime e tal política gerava, numa Europa libertada e acabada de sair do trauma de uma guerra causada por pressupostos políticos semelhantes aos que imperavam em Portugal, um quase total isolamento do país face à comunidade internacional; iii) Caseiramente, o regime vangloriava-se desse isolamento e valorizava a ruralidade e as formas de vida a ela associadas; iv) Na década de sessenta inicia-se também a luta armada dos povos das “colónias ultramarinas”, contra a política imperialista e colonizadora e pelo direito à autodeterminação - estas lutas dão lugar ao que se denominou de guerra colonial, para a qual a juventude portuguesa em massa era mobilizada; v) Apesar deste contexto, começam a surgir, em meados da década de sessenta, importantes acções e movimentos contra a ditadura; vi) No plano económico, a adesão à EFTA veio contribuir para que comesçassem a surgir algumas brechas no paredão do isolamento, para as quais também contribui o movimento emigratório, que apesar de clandestino e reprimido, assumiu grandes proporções; vii) Este cenário proporcionou as condições para o desenvolvimento de um processo revolucionário, que culminou a 25

¹¹⁹ Diminuição da proporção da população nos primeiros grupos etários e aumento nos grupos etários do topo da pirâmide.

de Abril de 1974 com a queda do regime e a restauração da democracia e das liberdades; viii) Reconquistada a liberdade e a democracia, procedeu-se à institucionalização do novo regime democrático, através de eleições livres e pela aprovação do quadro constitucional de referência, ix) Quebrado o isolamento Portugal assume o seu lugar no plano internacional – em 1986 aderiu à então CEE; **Em Évora, a par dos referidos, são também traços distintivos:** a instalação do ISESE - Ensino Superior privado - (1966), a criação do Instituto Universitário de Évora (1973), a (re) fundação da Universidade de Évora (1979) e a classificação do seu Centro Histórico como sítio integrado na lista dos sítios classificados como Património da Humanidade, por parte da UNESCO.

Feita a síntese, definidos os contornos, recortado que está o objecto, quer nos seus planos teóricos quer nos seus aspectos empíricos, feito que está o necessário enquadramento histórico, estão criadas as condições para, aplicando a grelha analítica a que já fiz referência e subordinando-me aos princípios metodológicos e teóricos assumidos, iniciar agora a análise do fenómeno.

7. Aplicação da grelha analítica

7.1 Os factos - o primeiro momento de observação (1960-1974)

“Eram dias felizes. Em 1963 sentiam-se já os efeitos positivos da reconstrução do após – guerra (...) As economias estavam prósperas, quase todos os ditadores tinham caído, as sociedades respiravam com renovado vigor. Perante o assentimento generalizado, o primeiro-ministro inglês MacMillan anunciava, nos finais dos anos 50, que jamais se tinham conhecido tempos tão bons” (MÓNICA;1996:9). Infelizmente este não é o cenário correspondente à situação vivida em Portugal. Neste cantinho ocidental da Europa seria necessário ainda esperar uns bons pares de anos para que os relatos pudessem ser semelhantes.

Os valores

O texto citado refere muito a propósito que *quase todos os ditadores haviam caído.* Portugal constituía então excepção e o nosso ditador caseiro, enaltecia a pobreza como virtude, *“devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna, nem falta me fizeram nunca lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar, na modéstia a que me habituei e em que posso viver, o pão de cada dia...”* (MÓNICA:1996:22) ao mesmo tempo que

¹²⁰ Em sua substituição, promoviam-se sazonalmente umas farsas.

traçava imagens idílicas da monotonia rural e detestava as “depravações” urbanas, *“Febril e materialista, a vida urbana parecia-lhe detestável”* (MÓNICA;1996:23).

Para os jornais instituiu a censura e para os portugueses criou uma forte estrutura policial para os “censurar” e se esta ainda assim não fosse eficaz, havia sempre mais um lugar nos calabouços para quem ousasse.... Nada podia ser publicado que não fosse previamente censurado e nada podia ser dito que pudesse ser censurável – à luz da moral e dos bons costumes do regime, obviamente. Do léxico da imprensa *“desapareceram, de um dia para o outro, os suicídios, as barracas, os operários, os emigrantes, os abortos, os homossexuais, os enterros civis. Por maioria de razão, nada se podia publicar sobre presos políticos, manifestações, atentados ou a omnipresente pobreza* (MÓNICA;1996:11).

O episódio da Coca - Cola¹²¹ (atentado dos atentados à “cultura”, aos bons costumes e à produção nacional ... vinícola), se hoje é anedótico, para a época constituía-se como “postal ilustrado do regime”, no qual se poderia integrar a “negação com base científica” de que os Russos tinham colocado um satélite no espaço¹²². Os sócios do Benfica, deixarem de ser designados de «vermelhos» e passarem a denominar-se «encarnados» (MÓNICA;1996).

O tempo que hoje nos distancia, pode levar-nos a encarar tais episódios meramente na perspectiva anedótica que encerram, mas a verdade é que são só pequenos traços dum regime e de uma cultura que marcou gerações de portugueses, com consequências que provavelmente ainda não estão totalmente identificadas e que não é garantido que ainda hoje não se manifestem em muitos pensamentos e atitudes¹²³.

E de forma a não proporcionar que o traço distintivo do regime se possa eventualmente gizar em torno das questões dos costumes, hábitos e práticas culturais, retenha-se que estes provinham dos mesmos que ordenavam a prisão e a tortura a todos os que ousassem desafiá-los (mesmo que no plano estrito das ideias); que submetiam a generalidade dos portugueses a situações de grandes carências e de fome, que negavam à mulher o direito à cidadania mais elementar¹²⁴, que forçou mais de 1,5 milhão de portugueses para a emigração (ao mesmo tempo que a

¹²¹ Cujá comercialização e consumo estava proibida em Portugal.

¹²² Declaração do astrónomo «patriota» Varela Cid

¹²³ Não é difícil encontrarmos ainda hoje, quem no seu juízo perfeito, afirme peremptoriamente que o homem não foi à Lua.

¹²⁴ “Na entrevista que deu a António Ferro (Salazar), explicava: «nos países ou nos lugares, onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos, como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, ameaça ruína” (MÓNICA; 1996:19).

repremia ferozmente) e que enviava por ano 200 000 mil jovens para uma guerra que decorria a milhares de quilómetros da sua terra - com o propósito de manter artificialmente o “seu” império (NUNES).

A questão política e administrativa

Como “máscara” o regime organizava processos que denominava de eleitorais e que mais não eram do que tentativas de procurar legitimar o ilegítimo. Para se poder ser eleitor - nesses processos - o cidadão tinha que reunir, entre outros, os atributos seguintes: *«Se do sexo masculino - maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português¹²⁵; que embora não saibam ler, nem escrever paguem ao estado quantia não inferior a 100\$00¹²⁶; Se do sexo feminino - Maiores ou emancipadas, com as seguintes habilitações mínimas: Curso Geral dos Liceus, Curso do Magistério Primário, Curso da Escola Superior de Belas Artes, Curso do Conservatório Nacional ou Curso do Conservatório de Música do Porto ou Curso dos Institutos Industriais e Comerciais¹²⁷. Não podem ser eleitores (entre outras razões): os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, (...) os falidos ou insolventes enquanto não forem reabilitados, os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como estado independente e à disciplina social, os que notoriamente careçam de idoneidade moral»¹²⁸.*

São notórias as “excepções” em função da situação económica, bem como as discriminações de género¹²⁹. A acrescer a este facto, a condição de o estatuto de cidadão eleitor ter que ser previamente requerido ao sr. Presidente da Comissão Recenseadora.

¹²⁵ Na cidade de Évora e de acordo com os dados já aqui trazidos, ficam automaticamente de fora, pois não sabem ler nem escrever, 6399 cidadãos (26,5% do total).

¹²⁶ De contribuição predial; contribuição industrial; Imposto profissional ou de imposto sobre aplicação de capitais

¹²⁷ Requisitos muito difíceis de reunir, bastando para o efeito olhar de novo para os dados da cidade de Évora, sobre níveis habilitacionais da sua população e agravados com a situação a que a mulher era exposta na sociedade.

¹²⁸ De acordo com Edital publicado no Notícias de Évora n.º 18138 de 21/12/1960).

¹²⁹ Sobre estas e socorrendo-me de novo de Filomena Mónica: *“Quando, em King’s Road, as saias subiam, no Estoril, as adolescentes eram obrigadas a usar fatos de banho com largo e longo saiote. Quando nas caves de Paris, a escuridão era tal que o reconhecimento do parceiro era difícil, as mães portuguesas vigiavam a proximidade entre os corpos dos jovens com atenção maníaca”* (MÓNICA 1996:10). E em Évora, em particular, podia ler-se, a propósito desta “temática”, no Notícias de Évora de 24/09/60, em editorial sob o título “A mulher moderna” assinado por J. Conceição Junior: *“(…) mas a mulher moderna, sem atender a esse facto fisiológico, fascinada pela independência do homem, procura macaqueá-lo.. Por isso mesmo – apesar de se reconhecer a igualdade de direitos – não compreendemos a pretensão da rapariga de hoje, de calças aperreadas e melenas escorridas, em abandono existencialista, perdendo perigosamente os encantos próprios, para utilizar os hábitos masculinos”*

Em termos de recenseamento e de “capacidade” eleitoral, existiam então duas situações distintas. Os eleitores com capacidade eleitoral em actos eleitorais nacionais (Eleições para a Assembleia Nacional) e para actos eleitorais locais (Juntas de Freguesia). Se para os primeiros a situação é a que corresponde aos requisitos a que já aludi (Edital n.º 18138), para os segundos, existem ainda outras particularidades, nomeadamente a que estipula que compete privativamente às famílias, representada pelos seus chefes¹³⁰, o direito de eleger as Juntas de Freguesia.

As Juntas de Freguesia eram consideradas como o Corpo Administrativo da Freguesia e eram compostas por três vogais, eleitos quadrienalmente pelos Chefes de Família¹³¹ (PAIXÃO et al; 1986).

Em cada Freguesia existia um Regedor, nomeado pelo Presidente da Câmara, que tinha como funções: Executar e fazer executar todas as ordens e deliberações municipais que lhe forem comunicadas pelo Presidente da Câmara e velar pela observância das posturas municipais e paroquiais e regulamentos de policia¹³². (PAIXÃO et al; 1986).

Continuando a utilizar a mesma fonte, identificada nos parágrafos anteriores, destaco que as Câmaras Municipais eram por sua vez eleitas por um processo indirecto. O Presidente e o Vice Presidente eram nomeados pelo Governo e os Vereadores eleitos quadrienalmente pelo Conselho Municipal. No Conselho Municipal tinham assento: O Presidente da Câmara; Os representantes das Juntas de Freguesia até ao máximo de 4; Um representante das Misericórdias do Concelho; Um representante (concelho) das Ordens; Um representante de cada Sindicato Nacional; Representantes das Casas do Povo ou dos Pescadores até ao limite de 2; Um representante de cada Grémio, ou outro Organismo Corporativo, até ao limite de 3.

É com base neste quadro geral, que se deve então interpretar os quadros sobre o recenseamento verificado na cidade de Évora em 1969¹³³, ¹³⁴

¹³⁰ De acordo com o Código Administrativo (Artigo 200.º) : são Chefes de Família: “1) O cidadão português com família legitimamente constituída que com ele viva em comunhão de mesa e habitação e sob a sua autoridade; 2) A mulher portuguesa, viúva, divorciada ou judicialmente separada de pessoas e bens, ou solteira, maior ou emancipada, quando de reconhecida idoneidade moral, que viva inteiramente sobre si e tenha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais; 3) O cidadão português, maior ou emancipado, com mesa, habitação e lar próprios”. (PAIXÃO et al , 1986)

¹³¹ De acordo com o Art.º 247 do Código Administrativo.

¹³² Cfr. Art.º 277.º do C.A.

¹³³ Para o efeito deve ser considerada a seguinte alteração legislativa: “São eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e que não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na Lei, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015 de 28 de Maio de

Quadro n.º5 -Freguesias Urbanas (Recenseamento - 1969)

	N.º Eleitores (Chefes de Família)	% dos eleitores face à pop. > 21	% mulheres recenseadas	N.º Eleitores (AN)	% dos eleitores face à pop. > 21	% mulheres recenseadas
Total	3777	15,71	4,58	6192	25,76	21,46

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados constantes do recenseamento Geral da População (1960) – INE e Registos de Recenseamentos Eleitorais (1969) – Arquivo Documental da CME.

Tantas condicionantes, não podiam ter outra expressão que não a que o quadro expressa.

Apesar do empenho na pesquisa documental visando encontrar actas eleitorais ou outros documentos que expressassem o comportamento eleitoral – mesmo considerando o quadro limitativo que o recenseamento demonstra – tal não se mostrou exequível. Constituiu excepção o conjunto de dados tornados públicos na obra coordenada por Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria: “As Eleições de 58”, em que é apresentado o seguinte quadro de resultados:

Quadro n.º 6 Resultados das «eleições» Presidenciais em 1958

Eleitores	Votantes	Américo Tomaz	Humberto Delgado
5431	3676 (67,7%)	2623 (71,4%)	1046 (28,5%)

Fonte: “As Eleições de 58” pg.525

Julgo que os dados apresentados são referentes a todo o concelho de Évora e não sómente à cidade. Os autores não procederam a qualquer diferenciação, o que permite tal dedução.

Deus, Pátria e Família

Os valores do Estado Novo¹³⁵ consubstanciavam-se em: Deus; Pátria; Família e Autoridade. Vejam-se a propósito alguns dos «pensamentos» sobre eles, expressos por Salazar: *“Às almas dilaceradas pelas dúvidas e negativismo do século procuramos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; Não discutimos a Pátria e a sua história; Não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”* – extrato de entrevista que é citado por (CAPELO;2004:www).

Sobre a escola e o seu papel, dizia (de novo a fonte é a autora referida no parágrafo anterior): *“Nós não compreendemos - nós não poderíamos admitir que a escola,*

1946. (Base I da Lei n.º 2137 de 26 de Dezembro de 1968). A maioria obtinha-se aos 21 anos, excepto se emancipados. Esta alteração face aos requisitos constantes por exemplo no Edital de 1960, expressa ligeiras alterações positivas que alguns enquadraram no que por vezes se denomina de Primavera Marcelista e que mais não foi, segundo testemunhos recolhidos, que uma tentativa final para impedir o desmoronamento do regime do Estado Novo.

¹³⁴ Remeto para o apêndice informação mais completa sobre as questões do recenseamento.

¹³⁵ Período que vai de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974.

divorciada da Nação - não compreendesse o altíssimo papel que lhe cabe nesta hora de ressurgimento, na investigação e no ensino, a educar os portugueses para bem compreenderem e bem saberem trabalhar”.

A escola para o regime era um mero instrumento transmissor de recados¹³⁶ e fazia-o através de frases curtas, fáceis de compreender e de reter, de que são exemplos : i) “obedece e saberás mandar”, ii) “Na família o chefe é o pai, na escola, o chefe é o mestre, no estado o chefe é o Governo” e iii) “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias de obedecer toda a vida” (CAPELO;2004:www).

Évora

A vida em Évora - pacata cidade do interior - rural e «obediente» decorria «normalmente» e não constituía excepção ao quadro geral. Aqui, na cidade amuralhada, o regime dispunha duma fiel e aguerrida guarda avançada que, colocada perante a “ameaça à integridade territorial” consubstanciada na decisão condenatória da postura ultramarina do Governo Português, tomada pela ONU¹³⁷, resolveu agir, *“Legião Portuguesa manifestou a sua repulsa contra os detractores de Portugal na ONU” e “toda a juventude escolar vai hoje protestar contra a campanha de descrédito a Portugal, na ONU”*(NOTÍCIAS DE ÉVORA;18 e 25/10/60).

Este mesmo jornal, em editorial da sua edição de 09 de Setembro, desenvolvia um conjunto de atozes críticas contra a mendicidade, considerando esta actividade como vergonhosa e deturpadora da “imagem da cidade” perante as visitas¹³⁸. Ser pobre era uma virtude, não podia ser apresentado como condição de inferioridade.

...dois patamares de observação dentro do «1.º momento». As elites em cada um deles...

É pois neste contexto - do qual não podem estar desassociados os indicadores sócio demográficos a que já fiz referencia¹³⁹ - que procuro analisar quem são e como intervêm as elites locais. Para o efeito há que considerar, dentro do período de análise que integra todo o intervalo que vai de 1960 a 1974 (a que chamo primeiro momento), dois patamares: um correspondente aos primeiros anos da década de sessenta e um outro que se inicia em meados dessa mesma década e que vai durar até aos acontecimentos revolucionários de 25 de Abril de 1974.

No primeiro patamar, as elites quase correspondem ao entendimento consubstanciado na teoria das elites, ou seja, eram compostas pelos indivíduos que

¹³⁶ A autora remete-nos para o decreto lei n.º 21014 de 19 de Março de 1932.

¹³⁷ ONU aprova três resoluções contrárias à política colonial portuguesa. (www.iscp.utl.pt)

¹³⁸ NOTÍCIAS DE EVORA;09/09/1960

detinham o poder ou tinham formas de o poder influenciar. É as estas elites que chamo “elites de situação” na medida em que a sua acção é pautada pelo interesse de garantir a estabilidade do regime e da moral e costumes associados. Quem são? “São em 90% os proprietários agrícolas, o arcebispo e os cónegos, um ou outro industrial ou comerciante”, segundo um dos entrevistados (Entrev. C). Neste primeiro patamar são ainda muito incipientes aquilo que designo por “elites de acção”, as quais são compostas por indivíduos “não conformados” e que actuam - mesmo que não tenham o objectivo de “mudar” - de forma um tanto ou quanto em conflito com a acção das “elites de situação”.

Já afirmei não fazer sentido falar de elites políticas, intelectuais, industriais ou com outros adjectivos usuais e confirmo-o com os resultados da observação ou com base no recolhido com as entrevistas. Poderia fazer sentido falar de elites agrárias - porque dominantes - mas não me parece correcto o reducionismo.

Afirmei a natureza de certa forma interclassista da composição das elites que assim designo, no entanto, neste primeiro patamar, essa característica tem expressão pouco significativa, ou seja as elites situacionistas são, no princípio da década de 60, quase exclusivamente compostas por indivíduos da classe “alta” – proprietários latifundistas, alto clero, patentes militares elevadas, abastados comerciantes e industriais e representantes políticos e administrativos do regime, na cidade.

Nas embrionárias elites de acção incluíam-se alguns intelectuais (para aqui deslocados), alguns sacerdotes (estrangeirados)¹⁴⁰, técnicos com formação superior, alguns mestres de ofícios e operários especializados. Apesar de patente aqui alguma transversalidade, no que às classes sociais diz respeito, não deixa de ser “marca” um certo predomínio de intelectuais e quadros superiores.

Outra característica que associei às elites – tanto umas como outras – foi a sua condição ideológica. Convém salvaguardar que esta é interpretada com a leitura adequada ao conceito e não com a forma que o senso comum normalmente lhe atribui. Assim, quando afirmo que por detrás de cada uma das elites está um plano ideológico, não estou a afirmar que cada uma delas corresponde a uma forma ou corrente de pensamento político (neste plano haverá heterogenidade), mas sim que, para os posicionamentos, estão subjacentes partilhas teóricas condicionadas pela forma organizada de compreender e explicar os acontecimentos reais.

¹³⁹ Bem como aspectos da vida diária retratados na literatura a que já aludi quando da definição do estado da questão.

¹⁴⁰ Segundo expressão usada por um dos entrevistados (Entrev. A)

Para a distinção tenho em linha de conta que as elites de situação estarão subordinadas a ideologias de cariz conservador e que as elites de acção estarão subordinadas a ideologias de cariz reformador ou até mesmo revolucionário.

Os posicionamentos publicamente assumidos, por parte dos proprietários das grandes propriedades agrícolas, face ao projectado Plano de Rega do Alentejo e a outros projectos, como seja o que previu a instalação em Évora de unidades fabris de montagem de veículos automóveis, são de molde a justificar a argumentação que uso, para os integrar na definição de elites de situação.

“Os grandes proprietários agrícolas, confrontados com a possibilidade de serem instaladas em Évora fábricas de montagem de automóveis¹⁴¹, viram nesse facto uma ameaça à existência de uma ampla mão de obra disponível e à manutenção dos seus baixos custos (Entrev. A).

Perante projectos reformistas sobre a estrutura fundiária em Portugal – apresentados entre 1958 e 1964 – que começaram por preconizar, primeiro uma reforma agrária, depois reorganização agrária, para no final falarem em orientação, exerceram desde logo, os grandes proprietários fundiários, uma oposição activa, tendo alguns afirmado: «primeiro emparcelam o minifúndio e depois acabam com o latifúndio».

“Debaixo da superfície lisa corriam águas vivas” (Aquilino Ribeiro)¹⁴²

Ainda no enquadramento que designei por primeiro patamar, começam a observar-se atitudes e posições críticas contrárias à acção obstaculizante do «progresso» conduzidas por esta elite detentora do poder ou que sobre ele está em condições de exercer influência decisiva.

“Eram os sinais de novos tempos. Quem lê as revistas de então, onde se recolhiam os resultados do labor intelectual e cultural, tanto dos intelectuais leigos, como dos sacerdotes do Alentejo, não pode deixar de notar que se alarga o leque dos assuntos abordados e o âmbito das preocupações” (SILVA;1987:10).

É ainda Augusto da Silva que apresenta causas para esse despertar crítico: *“Para esta viragem terão contribuído, por um lado, os ensinamentos da Igreja universal, assimilados e difundidos a nível local, sobretudo pelos diversos organismos da Acção Católica (...) e por outro a mística do desenvolvimento, tão característica dos anos 60, e que também se repercutiu no Alentejo e sobretudo em Évora” (SILVA;1987:10).*

“Documentos Papais como a Encíclica Mater et Magistra de 15 de Maio de 1961, ao tratarem das exigências de justiça entre os sectores produtivos (agricultura, indústria,

¹⁴¹ Que acabaram por serem instaladas em Vendas Novas

serviços) contribuíram para se cair na conta das situações objectivas de injustiça que se viviam, nacionalmente (internacionalmente) e localmente” (SILVA;1987:10).

Alguns padres – principalmente os padres estrangeirados, como já referi citando expressão de um dos entrevistados, e que correspondem a padres que tinham feito a sua formação no estrangeiro - assumem atitudes que, contrárias às posições das elites de situação e mesmo que só preocupados com “algumas” injustiças sociais e de forma alguma defensores de rupturas ao nível do regime, se podem justamente enquadrar (estes padres) nas elites de acção.

“A doutrina social da Igreja e o papel dos católicos na sociedade eborense na década de sessenta foram tópicos dominantes” (Entrev. A).

Nas elites de acção emergentes - onde estou a incluir os padres com preocupações sociais - devem incluir-se também alguns intelectuais, professores liceais e técnicos de formação superior para aqui destacados pelo Governo.

A obra de Vergílio Ferreira - *Aparição*¹⁴³ - traça um quadro, naturalmente romancado, que de certa forma se ajusta à distinção entre elites que optei por assumir. O Moura e a sua família¹⁴⁴ integrados nas elites de situação e o «Chico» e o Alberto¹⁴⁵ nas elites de acção.

A passagem já citada de *Aparição*, sobre o número de porcos - que cada um deveria ter para “ser considerado” - e as habilitações académicas - que não deveria possuir, sob o risco de ser “desconsiderado” - parece não ser só mera criatividade literária...

Creio mesmo que este período é aquele onde mais claramente se pode proceder à distribuição e à identificação de papéis, pelos dois planos classificatórios.

São também traços distintivos da composição das elites: i) Serem quase exclusivamente masculinas e ii) Nas elites de situação encontrarem-se maioritariamente os que são naturais de Évora ou do Alentejo e nas elites de acção, predominarem os que são oriundos de outras paragens.

Ao verificar da forma de construção da amostra (através da qual procurei compreender as atitudes das elites eborenses face à industrialização) que serviu de

¹⁴² Em entrevista ao Diário de Lisboa de 2 de Junho de 1958, citada por Fernando Rosas in Prefácio a “Eleições de 58”.

¹⁴³ A propósito desta obra e da sua publicação e como resposta a críticas diversas que a apontavam como uma obra injuriosa e ofensiva do bom nome dos eborenses, surge publicado no Jornal Democracia do Sul, de 10/01/1960 a nota seguinte: “Quanta ignorância! Vergílio Ferreira não escreve para brutos! Por acaso não estará ele dentro da razão, quando afirmou que em Évora não se «pode ter mais que a 4ª classe e menos de 300 porcos»?

¹⁴⁴ O Moura, é médico conceituado e devidamente “instalado na sociedade eborense e um seu genro – personagem com destaque na trama – é um proprietário agrícola abastado.

¹⁴⁵ O primeiro, engenheiro destacado para um serviço governamental sediado em Évora e o segundo professor destacado para o liceu de Évora.

base para a análise a que Quadros procedeu¹⁴⁶, encontro indicadores que dão sustentabilidade a estes traços. Em 70 inquiridos (o total da amostra que construíu) seis são mulheres (8,5%) e 34 (quase metade) não são oriundos de Évora (estes últimos são maioritariamente sacerdotes, docentes e técnicos superiores).

Os primeiros anos de 60 - o primeiro patamar do período em análise é essencialmente marcado pela acção das elites de situação, mas surgem já alguns indícios de roturas. *“A elite da terra começa a ser confrontada com uma nova elite intelectual. A estrutura social começou a tremor em resultado da acção de uma elite intelectual emergente”* (Entrev. A).

Mas os sinais não emergem só de entre os sacerdotes seguidores da doutrina social da igreja e de intelectuais. Em 1962 ocorrem um pouco por todo o Alentejo greves de trabalhadores agrícolas que reivindicavam a jornada de oito horas de trabalho diário e contra a jornada escravagista de trabalhar de sol a sol.

“Em Maio de 1962, os assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo, enfrentando o aparelho repressivo fascista e uma feroz onda de perseguições, prisões, assassinatos, articulando a luta por reivindicações imediatas (melhores salários e trabalho) com a luta pela liberdade, puseram fim ao sistema de trabalho de sol a sol, impondo o horário de 8 horas diários nos campos” (GERVÁSIO;1996:12)¹⁴⁷.

Não são estas, acções que se possam considerar, como de genuinamente urbanas, mas as suas repercussões na cidade não são de molde a não serem consideradas. Pelo que já se demonstrou, na cidade estão sediados os senhores das terras e o que nestas acontecia, produziria inevitavelmente reflexos naquela. Um dos quais e o principal, consubstanciar-se-ia na quebra do seu estatuto de “intocável”. Por arrastamento, estas lutas tinham repercussões na forma de pensar e agir de vastos sectores de descontentes, que residiam e trabalhavam na cidade.

Por outro lado, apesar de estas lutas dos operários agrícolas serem concertada o corolário de um amplo e demorado processo de tomada de consciência por parte de amplas camadas de trabalhadores, por detrás destas acções organizadas estavam, certamente, líderes e estes integravam-se numa elite emergente. Pode esta ter outras designações e ser campo cuja análise e apreciação é mais apropriada noutros domínios, mas para o caso que analiso e na linha de raciocínio inúmeras vezes já exposto, integro-a naquilo a que chamo elites de acção.

¹⁴⁶ A cuja abordagem e respectiva citação procedi quando da análise ao estado da questão.

¹⁴⁷ Este autor é um dirigente do PCP e actor directamente envolvido com papel de relevo, nos acontecimentos que relata.

Os primeiros anos da década de 60 correspondem sociologicamente a uma situação dominada pelas elites de situação, mas é já evidente, que há quem não partilhe de valores iguais aos que estas defendem e que começa a intervir, em alguns casos de forma conservadora, em outros de forma mais dinâmica e visando mesmo a sua eliminação. Começam a emergir as elites de acção.

A emergência das elites de acção

A partir de meados de 60 - no que vou designar como o 2.º patamar do período não democrático - há uma explosão de acontecimentos, que vão produzir significativas transformações e que se vão constituir como o germen das mudanças sociais e culturais.

Ao conceito de mudança cultural atribuo - partilhando de ideia alheia - o conteúdo de um conjunto de transformações que vão permitir novas formas de pensar, de sentir, avaliar e agir (SILVA;1987).

Referirei principalmente os acontecimentos que tiveram lugar na vida associativa, na introdução de novas práticas culturais, nas transformações ao nível do ensino, na introdução de novas formas de planeamento, associadas a novas concepções dos processos de desenvolvimento.

Os desenvolvimentos históricos a que já procedi, nomeadamente os que estão associados à guerra colonial, à dinâmica emigratória, a uma certa "flexibilização" do regime que ocorre com a "substituição" de Salazar em 1968, à introdução do ensino superior na cidade - primeiro em 1964 com a criação do ISESE e posteriormente com a criação do Instituto Universitário de Évora em 1973 - são causas possíveis, às quais não é desajustado incluir a instalação em Évora da fábrica Siemens¹⁴⁸, para as mudanças que ocorrem e fundamentalmente para as grandes transformações que se projectam.

Ecos na imprensa local...

Na imprensa local - por mais paradoxal que possa parecer tendo em conta a censura que sobre ela era exercida - faz-se eco desse processo.

"Fechados no seu mundo antigo, senhores feudelistas da aldeia, ainda agora agem impunes (...) mas a marcha do tempo do progresso é inexorável. Oh senhor dos campos! O teu misoneísmo é danoso para a Nação e até para til Estrebucha aí na agonia do teu mundo antigo, porque um novo mundo, mais justo, melhor, acabará um

¹⁴⁸ Que ocorre no final de sessenta (1969) e que vem introduzir novas formas nas relações de produção, "novos" operários e acima de tudo, proporcionar mais elevados níveis remuneratórios.

dia por surgir", podia ler-se no Jornal Democracia do Sul de 20/06/69 em artigo assinado por Justo Lopes.

Ao mesmo tempo, e principalmente neste jornal, surgiam notícias não muito comuns para a generalidade da imprensa nacional da época: relatavam os êxitos soviéticos na conquista espacial, davam notícias das dificuldades americanas na guerra do Vietnam indicando números de baixas...

Num outro artigo de opinião – este não assinado – e publicado a 17/06/69 também pelo Democracia do Sul, podia ler-se: *"Há de facto, grande entusiasmo pelos planos de rega. Muitos lavradores estão já a abrir os olhos, muitos técnicos agrícolas têm-nos convencido a mudar o curso dos trabalhos de lavoura (...)"*.

Estávamos em plena discussão sobre o Plano de Rega do Alentejo¹⁴⁹, da mecanização da agricultura, das novas concepções sobre os modelos de desenvolvimento decorrentes quer das discussões em torno dos Planos de Fomento, quer como consequência da criação da Região Plano Sul, sediada em Évora e que originou a vinda para a cidade de muitos técnicos. Era intensa a discussão sobre o papel - que muitos consideravam crucial - que a indústria deveria desempenhar no processo de desenvolvimento.

Nestas discussões, as elites eborenses partiam para dois planos distintos: os que recusavam porque temiam a mudança - as elites de situação - e os que a defendiam como meio para ultrapassar o estado de estagnação - as elites de acção.

Em nenhuma fase do processo em análise assumiu a indústria qualquer preponderância no seio da economia local; no entanto, durante a década de 60 e 70, ela assume expressividade que não pode deixar de ser tida em consideração, tal como creio ter demonstrado quando procedi à apresentação dos indicadores sócio - demográficos. Por outro lado a importância da industrialização não pode ser entendida só na perspectiva quantitativa do produto ou da contribuição para o emprego. A industrialização era, para a época, o novo, o elemento decisivo para a mudança, o caminho a percorrer para vencer atrasos e isolamentos era, em suma, um vector cultural.

Um dos entrevistados afirmou: *"No início, o desenvolvimento industrial esteve muito associado à necessidade de corresponder às solicitações da agricultura – o tractor estava a chegar em força aos campos, surgem assim várias oficinas de manutenção e reparação e unidades produtoras de alfaias"* (Entrev. C).

¹⁴⁹ Cujas 1ª fase se iniciou em 1963 com os aproveitamentos de Mira, Caia, Roxo e Divor – este às "portas" de Évora e a 2ª fase em 1968, com os empreendimentos de Alto Sado e Odivelas.

Escola e formação profissional

Para este desenvolvimento devem ser considerados dois factores: i) A mecanização da agricultura, processo para o qual intervêm decisivamente os novos técnicos agrícolas, maioritariamente oriundos das Escolas de Regentes Agrícolas, alguns deles filhos dos proprietários agrícolas. A escola começou a ser entendida como necessária à agricultura - a transmissão do «saber fazer» de pais para filhos - começava a ser insuficiente para fazer face aos novos desafios; e ii) A escola - neste caso a Escola Industrial – tem uma contribuição decisiva na formação dos operários e mestres que vão trabalhar nas oficinas.

“A Escola Industrial e Comercial tem um importante papel no desenvolvimento industrial verificado. O ensino que lá era ministrado tinha uma grande ligação com o tecido empresarial. Os alunos que frequentavam o ensino nocturno, eram aprendizes nas oficinas e nas pequenas unidades industriais e os professores, para além da sua actividade docente, desenvolviam, eles também, actividade profissional em diversificados sectores da economia” (Entrev. C)

“A formação profissional dos jovens processava-se através da formação no local de trabalho. Os aprendizes completavam a formação na oficina com a formação na escola. Havia então uma «sofreguidão» para a aprendizagem. E havia correspondência para essa «sofreguidão» por parte das empresas. Os alunos do ultimo ano do curso técnico já tinham todos colocação garantida, havendo inclusive uma grande procura por parte de empresas da periferia de Lisboa (CUF; SOREFAME, Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica). Estas praticavam melhores salários do que os que se praticavam em Évora, por exemplo, enquanto estas pagavam 40 escudos por dia e asseguravam o pagamento para a Segurança Social, as empresas de Évora pagavam 24 escudos” (Entrev. C).

Com base ainda nas informações recolhidas por recurso à entrevista que cito, é detectável pelas razões expressas sobre a diferenciação salarial, a existência daquilo que o entrevistado considerou como um processo migratório em duas etapas. Os melhores salários praticados em Lisboa constituíam razão para a deslocação para aí dos jovens aprendizes e estes posteriormente emigravam para França ou Alemanha (em busca de melhores condições remuneratórias). Acrescento uma terceira etapa ao processo, a que consistia na vinda para Évora, dos jovens das aldeias limítrofes para trabalhar aqui nas oficinas e pequenas unidades fabris (se os jovens aprendizes recebiam aqui 24 escudos dia, um «homem adulto» recebia pelo seu trabalho no campo - e quando havia trabalho - entre 20 e 25 escudos dia).

Este processo trietápico poderá constituir-se como explicativo para algumas das dinâmicas demográficas já quantificadas (por exemplo o crescimento populacional de Évora - cidade - ao invés do decréscimo verificado no meio rural deste município, assim como o verificado na generalidade da «Região» Alentejo).

A Siemens e a industrialização

Recorrendo-me de novo ao entrevistado, retenho: *“No final da década de 60 a instalação em Évora da fábrica da Siemens vem agitar todo o tecido industrial e principalmente o sector da metalomecânica. Oferece bons níveis remuneratórios e aliciantes programas de formação – sendo esta prestada na Alemanha. Nesta fábrica passa a trabalhar a “elite” operária de Évora. Emprega mão de obra da cidade, mas contribui para a fixação aqui, de muitos jovens das aldeias. Na órbita desta unidade criaram-se ainda ou desenvolveram-se outras empresas e por isso o impacto na criação de emprego tem de ser encarado com toda esta amplitude”* (Entrev C).

São estas, de entre outras, as razões para considerar que a importância da industrialização em Évora não pode ser exclusivamente analisada quer na base das questões estatísticas do produto, quer pelo contributo directo para a criação de emprego. Assume-se (este processo) como um vector cultural com incidências em vastas áreas da vida social e cultural da cidade.

A par desta área industrial - oficinas e pequenas unidades industriais (a que se adiciona uma unidade de média dimensão como a já referida Siemens) existem na cidade outras unidades, como as ligadas às indústrias alimentares - Leões; Fomento Eborense¹⁵⁰ - e à indústria corticeira - Severinos; Ferreira. Outras, nas áreas da prestação de serviços à produção - Transportes Anibal Tavares - ou na distribuição alimentar - Artur da Silva Barreiros - constituem o cenário de um sector industrial em Évora que contribui para a existência de uma classe operária detentora de outros níveis remuneratórios e de outras condições de vida que não as que eram prática comum aos que trabalhavam nos campos circundantes, e que lhe vai permitir ter outras práticas sociais, de consumo e culturais.

É também esta classe operária que integra muitos dos que constituem as elites de acção. Estes vão manifestar-se principalmente nas colectividades de cultura e recreio - os sindicatos eram «propriedade alheia» - e encontram “abrigo” preferencial na Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar¹⁵¹.

¹⁵⁰ Onde eram produzidas várias guloseimas que marcam o imaginário de gerações e de entre as quais se destacam as famosas pastilhas elásticas «Pirata».

¹⁵¹ «Velha» colectividade da cidade, fundada em 1900 (a 8 de Dezembro) sob a denominação de Grupo Recreativo Operário Joaquim António de Aguiar e surge como resultado de uma

Colectividades de cultura e recreio

Sobre esta e no contexto da actividade geral das colectividades da cidade, um dos entrevistados afirmou. *“A vida associativa era repartida por colectividades elitizadas¹⁵² e outras mais populares – a da «ganga» era activa”* (Entrev. A).

Entre os da “ganga” devem incluir-se artistas e intelectuais. *“Nessa altura (década de sesenta) participavam e colaboravam com a Joaquim António de Aguiar, alguns intelectuais, como por exemplo o António Palolo, que depois chegou a ser pintor de renome, o Armando Gusmão - que era na altura Director da Biblioteca Pública - e até Manuel Ferreira Patricio que é actualmente Reitor da Universidade e que colaborou com o Manuel Peres, por exemplo na selecção das músicas...”* (Entrev. B).

Em torno desta colectividade pode em boa medida avaliar-se a actividade cultural e associativa desta época. Apesar do seu cunho “operário”, aqui se reuniam, para além destes, também alguns intelectuais e de igual forma, aqui se conseguia criar um ambiente intergeracional.

No final da década, e ainda de acordo com o entrevistado, a cidade “borbulhava”, expressão sua, de actividade. Bandas de garagem, teatros de escola, projectos jornalísticos juvenis, palestras e debates, ocorriam com frequência na cidade.

Na Revista do Centenário - com que se pretende comemorar o centenário da S.O.I.R. Joaquim António de Aguiar - pode ler-se *“Eis-nos chegados à década de 60/70¹⁵³, década de ouro do Grupo Cénico da S.O.I.R, que sob a direcção cénica de João Galopim, depois Manuel Peres e ainda Armando Gusmão (...)”¹⁵⁴.*

Em 1965 tem lugar o 1.º Festival de Teatro Amador – iniciativa que ainda hoje perdura. Merece ainda destaque a actividade desenvolvida pela Trave, associação apostada na divulgação das artes plásticas.

dissidência com outra colectividade eborense (A Sociedade Harmonia Eborense) que teve por base o entendimento de que os operários seriam objecto de tratamento discriminatório por parte desta. Não será por acaso que assumiu nos seus estatutos a natureza “operária” e que impôs regras com ela relacionada, nomeadamente para a composição dos seus órgãos sociais e em determinada altura mesmo para a condição de sócio. A sociedade era uma escola de operários e para operários. (Revista do Centenário – Joaquim António de Aguiar).

¹⁵² Cujas actividades se cingiam a organizar três bailes por ano (Entrev. A)

¹⁵³ A propósito, uma “local” no Notícias de Évora de 09/09/60 “ S.O.I.R.J. António de Aguiar leva a palco “Como se faz uma peça de teatro em 3 dias, com encenação de Alexandre Rosado”. Um dos entrevistados, destaca a importância do teatro na época anotando que os espectáculos eram com ingresso pago e que mesmo assim tinham sempre as salas cheias. Outras colectividades - algumas em meio rural - solicitavam a presença do grupo Cénico, assumiam todas as despesas com a deslocação e mesmo assim, os espectáculos serviam para financiar a sua actividade.

¹⁵⁴ (BILOU;2000)* In Revista do Centenário – S.O.I.R.J.A. - *Dirigente associativo da colectividade que desde meados da década de sessenta desenvolve aí intensa actividade, quer como dirigente associativo, quer como “homem de teatro”.

A imprensa tem então um peso não subestimável. Na cidade são publicados quatro títulos, para só falar de semanários e diários: Notícias de Évora¹⁵⁵ ; Democracia do Sul¹⁵⁶; Defesa e Jornal de Évora¹⁵⁷. No Democracia do Sul - que assumia editorialmente o seu cariz de “jornal republicano, defensor dos interesses regionalistas”- encontrei textos cuja publicação dificilmente se suporia possível para a época, como por exemplo os integrados numa rubrica denominada “*De todo o mundo*”. Dois exemplos: i) “*Cientistas Soviéticos de projecção têm louvado o êxito da missão «Apolo 10»*” e ii) “*A conferencia sobre racismo levada a efeito pelo Conselho Mundial das Igrejas, terminou em Londres com um Relatório apelando para que as Igrejas apoiem como último recurso – revoluções e movimentos de resistência que lutem contra o racismo*” (27/05/69).

É esta actividade que porventura justifica a existência na cidade de um número significativo de operários tipógrafos, com um nível participativo e crítico na sociedade, que merece destaque principalmente no que diz respeito à actividade nas colectividades, como por exemplo Miguel Segurado, “ponto” do Grupo Cénico da S.O.I.R.J. António de Aguiar e um destacado dirigente desta.¹⁵⁸

As iniciativas de cariz político tinham já uma grande aceitação. A JOC era aqui activa. O debate em torno da guerra colonial era vivo e originava perante os jovens, a criação de dois campos distintos: os que a defendiam como acto patriótico e os que a consideravam um absurdo¹⁵⁹.

A guerra colonial assumia-se como o principal ponto de “fractura” entre os que integro nas elites de acção. Havia “slogans” do tipo: “Colonialista Não; Colonizador Sim” (Notícias de Évora, 1960) e “Colónias Não, Provincias Ultramarinas Sim” (Democracia do Sul, 1969). E em torno desta suposta dicotomia, havia posicionamentos que eram transversais quer às elites de situação - que quase em exclusivo se situavam nos que aceitavam a condição de colónias e de colonialistas - e às elites de acção¹⁶⁰ - em que se integravam os que defendiam a posição de colonizadores e o estatuto de provincias ultramarinas.

A acção política

Ainda no que diz respeito à acção política, no Democracia do Sul de 18/05/69, noticiava-se: “*A projecção do II Congresso Republicano de Aveiro, que ontem*

¹⁵⁵ Cujá edição é interrompida já depois de 25 de Abril de 1974

¹⁵⁶ Que é publicado até Agosto de 1971.

¹⁵⁷ Em 1969 diz-se, é substituído pelo Diário do Sul, que ainda hoje se publica.

¹⁵⁸ De acordo com declarações de um dos entrevistados (Entrev. B).

¹⁵⁹ Constitui suporte para estas afirmações, o relato do entrevistado que já citei (Entrev. B)

terminou, constituiu uma inesquecível jornada da democracia portuguesa e projectou-se para além fronteiras”.

Num misto de acção cultural e política, é organizado pela S.O.I.R.J. António de Aguiar um concerto com José Afonso. A este propósito o “Democracia do Sul” exortava, a 13/06/69: *“Que a cidade saiba receber um homem e um artista que tão bem tem cantado em baladas inolvidáveis as aspirações do povo português”.*

Também como “fusão” entre cultura e acção política realiza-se em Évora, em data que o entrevistado não conseguiu precisar, um cortejo de tipo etnográfico, organizado pela Câmara Municipal, que vinha na senda de cortejos etnográficos anteriores e cujo sucesso vinha decaído anualmente. O último cortejo com algum destaque tinha-se realizado ainda na década de 50 e tinha tido como “tema” a reconquista cristã¹⁶¹.

“Em 1971 ou 72 – não consigo precisar – para procurar “reavivar” os cortejos etnográficos, a C.M. contratou o actor Carlos Avilez para o encenar e organizar. Este actor veio para Évora e desenvolveu um trabalho intenso entre os grupos de teatro, associações e grupos informais. É nesta época que “surgem as brincas”¹⁶². Toda a cidade foi envolvida na preparação e o cortejo constituiu um grande êxito. Só que o encenador, a abrir o desfile, colocou para aí uma centena de jovens, com farda militar e dentro de sacos da CUF – numa clara analogia com a guerra colonial. Foi um escândalo para a época. Nunca mais se organizaram esses cortejos (Entrev. B).

Com recurso à mesma fonte, foi relatado um outro acontecimento de clara acção política: *“Em Évora, em 1973, foi organizada pela oposição uma sessão de esclarecimento na antiga fábrica da bolota onde estiveram milhares de pessoas, a PIDE já não conseguia controlar a situação”*(Entrev. B).

Estes e outros acontecimentos são indícios claros que estava em marcha um significativo processo de mudança cultural e social.

Num outro plano, merece também anotação a realização de debates e iniciativas diversas. Em Maio de 1966 ocorrem os dias de Estudo sobre o Desenvolvimento Regional – em que participam como conferencistas, por exemplo Francisco Pereira Moura¹⁶³ e Carlos Portas¹⁶⁴.

¹⁶⁰ Sendo que a maioria dos que integravam estas eram abertamente contra a existência dessas “colónias”.

¹⁶¹ Com base em declarações de entrevistado (Entrev. B)

¹⁶² Grupos informais de crítica social através da poesia e da música.

¹⁶³ Que afirma: *“Ora a dolorosa verdade, que a todos nós responsabiliza, e mais ferozmente áqueles que assumem mais projecção na vida social e política do país, é que são milhões e milhões os portugueses do continente que não atingem ainda esses mínimos de bem estar, nem padrões de consumo e rendimento além de um nível meramente vegetativo – isto no*

Em 1968, a propósito do III Plano de Fomento, realizam-se em Évora uma série de conferências¹⁶⁵.

O ISESE – Instituto Superior de Estudos Sociais e Económicos – experiência pioneira de ensino superior particular em Évora, é consequência de “*uma acção benemérita do conde de Vilalva (Eng.º Eugénio de Almeida) e da acção da Companhia de Jesus*” (Entrev. A). Inicia as suas actividades em 1964 e “*tinha cerca de 35 professores – embora nem todos fossem professores universitários – e cerca de 300 alunos. O ensino era gratuito e não havia exame de acesso. Ministrava Administração de Empresas e Sociologia*”¹⁶⁶.

“O ISESE procurou manter um certo grau de isenção e por isso era possível ocorrerem no seu âmbito atitudes e tomadas de posição que não seriam permitidas - seriam mesmo reprimidas - no seio da sociedade laica; tenha-se como exemplo um artigo de um dos professores do ISESE (Pires Lopes), que foi publicado na Revista Brotéria, sob o título «O Alentejo entrou na curva» e que se constitui como importante libelo acusatório contra o regime”. Enquadra-se também nessa tentativa de isenção, a promoção de iniciativas como as Semanas de Estudo do Desenvolvimento e outros seminários e colóquios, onde participavam intelectuais católicos progressistas, como Pereira de Moura e João Salgueiro (Entrev. A).

Para além do ISESE são estabelecimentos de ensino na cidade nesta altura: a Aliança Francesa, Escola do Magistério Primário, Escola Agrícola de Évora, Liceu Nacional de Évora, Escola Industrial e Comercial de Évora e Escola de Enfermagem

século XX, das descobertas técnicas e científicas e da consciencialização universal para a promoção dos homens (MOURA;1967:32)

¹⁶⁴ Que diz: “*Um Alentejo, onde os centros urbanos não crescem significativamente, é um Alentejo, sem capacidade de atracção para os seus filhos que se vão evidenciando nos diversos domínios da técnica e da cultura (...) Em 1960, para uma média, no continente de 5,36 profissionais liberais, técnicos e equiparados, Beja tinha 2,16; Évora 3,63 e Portalegre 3,18. Os três distritos aparecem-nos portanto mal dotados do ponto de vista daquelas profissões – engenheiros, advogados, directores de empresas, médicos – que são chave para o arranque económico e cultural da sociedade alentejana*” (PORTAS;1967:67,73).

¹⁶⁵ Numa das quais, participa Jacinto Nunes que faz uma resenha sobre os diversos Planos de Fomento: o I Plano de Fomento (1953) através do qual se inicia a experiência portuguesa de planeamento; o II Plano de Fomento (1959-64), que traduz uma evolução assinalável na experiência portuguesa de planeamento, quer no que respeita à explicitação de objectivos, quer no seu âmbito; III Plano de Fomento (1968-1973) através do qual se procurava uma aceleração do ritmo de crescimento do produto e uma repartição mais equitativa do rendimento (NUNES;1968).

¹⁶⁶ A introdução do ensino da Sociologia no ensino superior em Portugal ocorre pois em Évora e por força da acção do ISESE. Outros dados, habitualmente tornados públicos que anunciam esse pioneirismo ao ISCTE, são correctos na medida em que se referem ao ensino público e em Évora como já se viu, trata-se de ensino particular – retirada esta “nuance” a criação do primeiro curso de sociologia de nível superior em Portugal ocorre em Évora.

S. João de Deus. E é nestes que ocorrem alguns dos acontecimentos já referidos e onde já se destacam muitos dos que vão integrar as elites de que falo.

É também aqui que vamos encontrar raparigas a vestirem calças de ganga e - provocatoriamente - a fumar o seu cigarro. Algumas outras “heresias” são praticadas, como por exemplo - já no final da década de 60 - os finalistas do ISESE agendam festejos académicos a coincidirem com o período da quaresma...

A campanha eleitoral de 1969 (mesmo considerando o que sobre esta matéria era a prática do regime e a que já fiz referência) conduz à intensificação do debate. *“Com as eleições de 69, o debate político chegou até às escolas. A oposição tinha apresentado uma lista encabeçada por Mário Ventura Henriques e que era uma equipe «cinco estrelas», muito dinâmica e com grande prestígio na cidade”* (Entrev.B).

Quer no contexto nacional, quer em termos locais, este «acto eleitoral» pode em boa medida ser considerado um importante «marco» de viragem na situação política *“(…) “Ano de eleições que a oposição democrática, sem existência legal, decidiu utilizar ao máximo para se afirmar, para romper à plena luz do dia, desafiando as proibições do regime, com vista à criação de um vasto e diversificado movimento popular de base que perdurasse para lá das eleições e que pudesse vir a constituir uma alavanca que abalasse o fascismo e abrisse portas a uma nova consciência democrática no País”* (CARVALHO;2000:17).

É este mesmo autor que nos traz à memória um conjunto de acontecimentos que tendo por base as eleições, tiveram lugar em Évora ou tiveram a participação de cidadãos daqui: *“Em Évora dez cidadãos anunciaram a sua constituição em comissão democrática eleitoral” e “Em 21 e 22 de Março de 1970 realizava-se uma reunião nacional dos Movimentos de juventude com a presença de delegados provenientes de Viana do Castelo (...); Évora (...)”* (CARVALHO;2000;66,105).

Também integrado na acção política mas não em período eleitoral, a oposição marca para Viana do Alentejo, um espectáculo - sessão de esclarecimento, com José Afonso. Para este deslocaram-se dezenas de jovens de Évora, que foram a pé pois a polícia tinha bloqueado os acessos (Entrev. B). O espectáculo acabou por não ser permitido (apesar de ter sido previamente autorizado) pela polícia política, e as pessoas que enchiam o Cine –Teatro foram afastadas pela força (Entrev. D).

Expostos factos, para cuja descrição não tive uma especial atenção à sua sequência cronológica, tendo preferido agrupá-los, em “áreas” específicas: traços principais do regime político, usos e costumes, associativismo e práticas culturais, ensino e formação, actividade política - tendo para o efeito distinguido dois patamares neste

primeiro tempo, dos dois em que se divide o período em observação - período sem liberdades democráticas (1960, 1974) e período democrático (1974, 2000) . O 1.º patamar que se situa entre 1960 e 1965 - pouco expressivo - e o 2º patamar de 1965 a 1974 - bem mais dinâmico.

O «governo» da cidade

Para completar a apresentação dos acontecimentos mais marcantes e que considero influentes para a análise proposta, ocorridos neste 2.º patamar do primeiro tempo, considero ainda útil trazer para a colação, alguns relacionados com a gestão política da cidade – será mais correcto falar de “pequena” política, na medida em que as competências próprias das Câmaras Municipais eram então muito reduzidas. O presidente da Câmara era nomeado pelo Ministro do Interior (SÁ 1986). A autonomia local como hoje é conhecida, não existia então. Portugal era um país de centralismo burocrático, como catalogou o autor a que fiz referência e que explicitava a propósito: *“A tutela administrativa dos órgãos centrais sobre os órgãos locais, não delimitando responsabilidade e fazendo depender a eficácia das deliberações destes, da aprovação da administração central, a remissão de numerosas questões para a deliberação casuística das autoridades administrativas, de modo a favorecer o arbítrio, o compadrio, a criação de clientelas e as dependências, são algumas das expressões do centralismo burocrático”* (SÁ;1986:145).

Com base na consulta a actas de reuniões de Câmara, desse período, constatei que, quer os pelouros quer o conteúdo das discussões, se centravam na gestão dos cemitérios, na limpeza urbana, no matadouro, no mercado municipal e mesmo assim, de forma um tanto ou quanto “consultiva” e num ou noutro caso “lamentativa”.

As grandes questões da cidade essas, a serem discutidas, eram-no a outro nível.

Fazendo de novo eco da comunicação social, apresento de forma ilustrativa, uma local publicada no “Notícias de Évora” do dia 28/09/60: *“ Reunião de Câmara, presenças: João Luis Vieira da Silva (Presidente); Carlos Garcia Fialho (Vice-Presidente); Joaquim Maria Torres (Pelouro da Higiene); Francisco Gutierrez (Turismo); Custódio Alves Alfacinha (Matadouro), Dr. Luis da Costa Marçal (Jardins e arborização) e Mário Silvano Campos de Melo (Mercados e Feiras). Nesta reunião foram tratados os assuntos seguintes: Parque de merendas; Necessidade de um Parque de campismo; Construção de um pontão; Passagem superior sobre linha de caminho de ferro (...)”*. Em 1969 (9/05), o Jornal “Democracia do Sul” relatava. *“Sobre o problema do aspecto das entradas de Évora, pronunciou-se o Vereador, Sr. Dr. João Pisco, afirmando que «a cidade está condenada a ter em cada entrada um*

espectáculo pouco edificante, citando os cemitérios de automóveis que se situam nas estradas de Reguengos e de Montemor e da “aldeia de porcos” situada na estrada de Reguengos”.

Estas duas breves ilustrações, a que poderia juntar inúmeras outras, elucidam sobre as reais competências das Câmaras Municipais de então na governação das cidades e do território.

Para o período entre 1960 e 1974 identifiquei através do recurso às actas de reuniões de Câmara uma listagem de 25 «autarcas». Só uma mulher consta desta relação, o que a par de outros dados a que já aludi, não deixa margem para dúvidas poder afirmar que as mulheres não entravam no “mundo das elites”, principalmente no que diz respeito às elites de situação.

Uma nota final - no que concerne aos acontecimentos do 1.º período - sobre a questão do património. A sua monumentalidade, associada ao elevado grau de conservação, são dois dos itens principais que vão estar na base da decisão classificatória da UNESCO, tendo para esta última, uma acção preponderante, o Grupo Pró Évora que consegue catalisar uma vasta opinião pública em defesa do património arquitectónico da cidade.

Mesmo o avassalador e marcante “estilo estado novo” não consegue descaracterizar a “imagem da cidade”, não a deixando no entanto incólume. O Edifício dos Correios e do Tribunal Judicial têm as suas marcas e marcam o Largo das Portas de Moura e as Ruas de Menino Jesus e Olivença.

Os acontecimentos a que fiz referência¹⁶⁷ e que tiveram lugar no 1.º período da observação proposta, dividem-se, dentro deste, por dois patamares de natureza e conteúdos distintos: i) 1960-1965 - caracterizado pelo marasmo, pelo discurso da ruralidade e pela tacanhez de ideias do regime – as elites de situação têm neste período a “situação” sob controlo e só esporádica e quase isoladamente surgem opiniões e atitudes que questionam a “ordem” estabelecida e ii) 1965 -1974 - no qual ocorrem acontecimentos marcantes e que corresponde à afirmação de uma elite emergente - a que designo por - elite de acção.

Na educação deve ser realçada a criação do ISESE e do Instituto Universitário de Évora.

¹⁶⁷ Quero chamar a atenção para o facto de não ter tido – propositadamente – nenhuma preocupação do tipo cronológico – por ter entendido que para o que me proponho tal sequenciação não ter utilidade e preferi apresentar os acontecimentos agrupados por áreas temáticas, por considerar que tal vai facilitar a análise.

Na vida associativa merece realce a intensa actividade das colectividades, o papel do teatro e outras iniciativas que se assumiam como uma determinada afirmação do direito à cidadania.

Na economia deve ser dada alguma atenção à discussão em torno da industrialização - e mesmo à “timida” industrialização que se verifica na cidade - bem como a questões derivadas dos Planos de Fomento, do Plano de Rega do Alentejo, da criação da região Plano Sul (com sede em Évora).

No plano da acção política estão em foco as eleições de 1969 e a participação popular.

Não querendo antecipar a análise a que vou proceder mais adiante, sou levado a afirmar que os meados da década de 60 corresponderão ao despertar para os padrões da modernidade por parte de intelectuais, alguns padres, técnicos e operários e que estes dão corpo às designadas elites de acção. Às elites de situação ainda correspondiam os que detinham ou influenciavam o poder político, mas as elites de acção começam a exercer um poder e uma capacidade de influência crescente sobre os que questionavam a natureza desse poder político.

7.2 Os factos - o segundo momento de observação (1974-2000)

A Revolução de 25 de Abril de 1974 altera por completo todo o cenário descrito anteriormente. Tenha-se presente, por exemplo: i) Fim do regime autoritário e repressivo e restauração das liberdades individuais e colectivas; ii) Fim da guerra colonial; iii) Democratização do acesso ao ensino; iv) Organização legal de partidos, sindicatos e outras associações de natureza similar; v) Eleições livres e universais para os órgãos de soberania; vi) Instauração de autonomias regionais e autonomia autárquica, com a conseqüente realização de eleições para os seus órgãos; vii) Abertura política ao mundo e fim do isolamento internacional; viii) Fim da censura e garantia da plena liberdade para os artistas e criação artística; ix) Libertação de todos os presos políticos e fim dos crimes por delito de opinião.

São por isso quase inenarráveis todos os novos acontecimentos a que esta nova situação deu lugar, dada a vertiginosa rapidez com que eles ocorreram em toda a sociedade portuguesa. Concentrar-me-ei em procurar descrever os que ocorreram estritamente no seio do objecto e que de alguma forma, mais directamente se podem associar à compreensão do fenómeno e responder ao objectivo proposto.

Tenho presente aviso cuidado: “As mudanças de regime não transformam por si e imediatamente a natureza dos homens”¹⁶⁸ e vou segui-lo, principalmente quando mais adiante me dedicar à parte analítica dos factos.

Tal como o fiz para o período anterior, não seguirei qualquer tendência para proceder à descrição linear dos acontecimentos, até porque, como também já citei, o tempo não é linear (FORTUNA).

Procurar perceber quem são as novas elites deste tempo novo, passa pela necessária confrontação com os campos em que as tenho dividido (situação e acção), assim como identificar das formas da sua intervenção. As questões ligadas ao ensino e à generalização do acesso aos seus diversos níveis, à emergência de novas profissões, à forma como é preenchido o espaço público da cidade e como é feita a governação política desta, assim como as formas de exercício da cidadania, ao processo de globalização em curso, às novas fruições culturais, ao património e à destradicionalização, centralizarão a minha atenção em detrimento de uma narrativa sequencial de acontecimentos.

Não impede no entanto tal opção, que não proceda a um enquadramento geral em termos da enunciação de alguns tópicos que considero principais: i) Évora é palco dos mais significativos acontecimentos integrados no que comumente se considera o período revolucionário, tendo servido de espaço de projecção pública e mediática para os associados ao processo da Reforma Agrária¹⁶⁹, anotando a propósito que todas as Conferências¹⁷⁰ da Reforma Agrária aqui se realizaram. Algumas marcas perduraram até hoje, como sejam os chamados “Pavilhões da Reforma Agrária¹⁷¹”, pintura mural¹⁷² e grafitis diversos¹⁷³; ii) Em 1975 é criada uma Companhia de Teatro

¹⁶⁸ Apontamento que extraí de uma aula da parte lectiva do VIII curso de Mestrado em Sociologia – Variante Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, proferida pelo Professor Augusto da Silva.

¹⁶⁹ Se já afirmei que os proprietários das terras fizeram de Évora o seu templo e a sua cidadela, faz todo o sentido referir agora que os dirigentes da Reforma Agrária, ao canalisarem o grosso das suas acções públicas (quer nas fases de ascensão, quer nas fases de declínio e queda) para aqui, transformaram a cidade no seu espaço de “ligação ao mundo” - o seu palco, por excelência.

¹⁷⁰ Iniciativas anuais de balanço e análise, de grande projecção mediática, quer nacional, quer mesmo internacionalmente. Realizaram-se ao todo 12, sendo a 1ª em 1976 e a última em 1989 (em 1979 e 1988 não se realizaram).

¹⁷¹ Estruturas pre fabricadas instaladas no Rossio de S. Bras que serviam - na ausência de uma estrutura capaz para congressos - para a realização das citadas conferências. Serviam depois também para apoio a iniciativas diversas, como para a realização de concertos. Só em 2002 é que estas estruturas foram desmanteladas e mesmo assim tal ficou a dever-se à mudança política verificada na administração da Câmara Municipal que ocorreu com as eleições autárquicas de 2001 – O PS passou a deter a Presidência da CM, quando anteriormente esta tinha presidência CDU (comunista).

¹⁷² Como o que foi pintado em frente ao Edifício de St. Agostinho – Serviços Académicos da Universidade de Évora e que hoje se encontra em perfeito estado de degradação.

Profissional, que fixa residência na cidade; iii) Em 1979 é (re)fundada a Universidade de Évora; iv) Também neste ano (1979) é aprovado o Plano Director Municipal, que se vai constituir como importante instrumento de gestão urbanística e ordenar todo o crescimento urbano “fora de portas”; v) Em 1986 a UNESCO classifica o Centro Histórico como Património da Humanidade, facto que vai proporcionar um crescimento vertiginoso do número de visitantes e turistas e abrir as portas à “internacionalização” da cidade; vi) A cidade assume-se crescentemente como centro administrativo e financeiro da região, originando uma crescente terciarização do seu tecido económico e do seu emprego e vii) Associações, colectividades e a vida associativa em geral e formas de exercício da cidadania.

Tópicos aos quais - na perspectiva de fornecer elementos para a análise - entendo dar o desenvolvimento seguinte:

i) Os acontecimentos que se seguiram ao período imediatamente posterior ao 25 de Abril e que se integram no contexto revolucionário - nos quais os associados à Reforma Agrária¹⁷⁴ assumem destaque - produzem efeitos diversos na cidade para além dos já mencionados em notas de rodapé. Se na cidade não estava sedeadada nenhuma UCP (por razões óbvias), já um conjunto de associações e serviços conexos aqui se instalaram (apoio técnico, administrativo, jurídico, logístico) contribuindo dessa forma para a deslocação e fixação de técnicos e outros quadros.

A democratização dos sindicatos, a eleição democrática das suas direcções, o recrutamento de funcionários e de técnicos diversos para apoio à sua actividade, a par da implantação de estruturas regionais dos partidos políticos, são também factores para mobilidades de diversas origens dirigidas para cidade. A própria configuração urbana e a vivência social repercute estes factos. Inúmeros edifícios passam a albergar sedes de partidos e sindicatos, algumas destas põem aí funcionar pequenas bibliotecas, bares e salas de convívio, levando a uma sectorialização das sociabilidades.

ii) A criação do Centro Cultural de Évora – hoje CENDREV – que ocorre em 1975, corresponde à primeira medida de descentralização teatral que ocorre no país. Só no ano da sua criação monta 5 peças e promove 147 sessões a que assistem 50910

¹⁷³ Um dos mais emblemáticos é o que está inscrito em plena muralha, num dos antigos acessos ao interior da cidade, na Rua Cândido dos Reis – antes Rua da Lagoa. Um círculo circunda um “amassamento” e depois foi escrito «isto é fogo da GNR» - corresponde à fase de declínio.

¹⁷⁴ Esta será concerteza uma das mais controversas consequências da Revolução. Consistiu na apropriação das propriedades agrícolas por parte de colectivos de trabalhadores que se constituíram nas denominadas Unidades Colectivas de Produção (UCP(s)) e que se integrou

espectadores. Neste mesmo ano e para a produção descrita, estão envolvidos 28 actores, para além de encenadores, cenógrafos e figurinistas. Em 1976 cria a Escola de Formação de Actores .

Actores, encenadores, cenógrafos, professores, músicos, costureiras de guarda roupa, carpinteiros e eletrecistas de cena, entre outras profissões - mesmo que alguns não em permanência - contribuem objectivamente para alterações assinaláveis na vivência na cidade.

Numa cidade de teatro - como já ficou demonstrado - uma companhia profissional e residente não só é um produtor, como se assume como factor estimulante para esta prática cultural. A Companhia (profissional) Pin ta aí – para a infância e juventude - é um projecto que em parte se pode considerar nascido da Escola de Formação.

Novas práticas e consumos culturais resultantes da existência de companhias de teatro profissionais com residência na cidade, são factor a não descurar.

iii) Em 1979 a Universidade volta a Évora¹⁷⁵. Ao ter decidido que o seu campus era o próprio Centro Histórico da cidade, contribui para uma diversidade de novos tipos de utilização deste. A maioria dos edifícios e residências universitárias ocupam edifícios sediados no Centro Histórico, o que contribuiu para estancar, mesmo que só o faça sazonalmente, o processo de desertificação que o núcleo central vem observando¹⁷⁶.

O crescimento da população estudantil tem tido expressão significativa. Em 1981 estudavam na Universidade aproximadamente 1000 alunos, enquanto que o seu número situar-se-á hoje na casa dos 7000 e todos os anos ingressam cerca de 700 novos alunos. Residem na cidade 334¹⁷⁷ professores universitários e muitos outros desenvolvem aqui a sua actividade profissional, mesmo que não tenham aqui o seu local de residência habitual.

Hoje ministra 41 cursos de licenciatura, vários outros de pós graduação (25) e de mestrado (40), bem como de doutoramento. Vários centros de investigação e estudo (14) existem no seu seio. Por outro lado, para além do quadro docente, a U.E. tem ainda um quadro de técnicos superiores, técnicos, técnico-profissionais, administrativos e auxiliares de número considerável, tendo em conta o cenário de

naquilo que os seus defensores consideravam ser a aplicação concreta do princípio constitucionalmente consagrado que apontava para o fim dos latifúndios.

¹⁷⁵ A Universidade de Évora foi criada em 1559 por acção do Cardeal D. Henrique – Em 1537 havia sido criada a Universidade de Coimbra – É extinta em 1759 em consequência da expulsão da Companhia de Jesus às ordens do Marquês de Pombal. (www.uevora.pt)

¹⁷⁶ Em 1960 a população residente no Centro Histórico correspondia a 46% da população da cidade. Em 2001 essa percentagem desce para 12,7%. Neste espaço residiam em 2001, 5661 indivíduos.

¹⁷⁷ A grande maioria dos quais leccionará na U.E.

emprego local. A U.E é em termos de emprego criado, uma das principais unidades do mercado de emprego local.¹⁷⁸

A importância da Universidade para o estudo proposto não se pode medir apenas pelo número de alunos que gera e pelos professores que emprega. Há por outro lado, em seu torno, uma vasta série de actividades que de alguma forma lhe são conexas.

Implicações no tecido económico, na composição da população activa, nos hábitos de consumo e nas práticas culturais, são alguns dos itens que merecem aprofundamento e cuja interligação com o objectivo do trabalho é manifesto.

iv) Novos instrumentos de planeamento e a gestão urbanística constituem uma das principais preocupações e pedras de toque dos novos poderes autárquicos, os quais prefiro designar por governação da cidade. A autonomia autárquica é uma garantia constitucional¹⁷⁹ e daqui resultam as primeiras eleições autárquicas, que tiveram lugar em Dezembro de 1976. O PCP, como elemento central de coligações que foram ao longo dos anos assumindo diversas designações (FEPU; APU; CDU), assumiu desde então a presidência da Câmara Municipal e em quase todos os mandatos, detinha mesmo a maioria absoluta - eleitoral e de mandatos - quer na Assembleia Municipal, quer no executivo camarário¹⁸⁰.

Como salientei, a governação da cidade deu atenção especial às questões de planeamento e ordenamento urbanístico. O Plano Estratégico da Cidade, ao proceder à caracterização da evolução recente da cidade considerou: *"urbanisticamente a cidade foi marcada por uma forte intervenção municipal que se traduziu pela elaboração de diversos planos - de recuperação dos bairros clandestinos, de salvaguarda do centro Histórico, de circulação e transportes, e do Plano Director Municipal - pela construção de infra estruturas básicas de água, esgotos e electricidade e por uma política de solos assente na aquisição de terrenos pelo municipio, para construção de habitação através de vários programas"* (GABINETE DA CIDADE;1994:11).

Sobre a política de solos, aquele que foi Presidente de Câmara entre 1976 e 2001, escreveu: *"Entre os vários factores, que condicionam o crescimento harmonioso das cidades, surge a especulação dos terrenos, como origem de muitos males que*

¹⁷⁸ Com dimensões similares pode-se acrescentar: a Câmara Municipal, O Hospital Distrital, A EPCOS, a TYCOS (estas duas últimas, são unidades fabris, do ramo da produção de componentes electrónicas).

¹⁷⁹ Derivada da Constituição da República Portuguesa aprovada pela Assembleia Constituinte em 2 de Abril de 1976.

afectam a degradação do ambiente urbano e a qualidade geral da vida dos cidadãos, proporcionando avultados e imediatos ganhos aos seus autores e resvalando frequentemente para manobras e negociações de índole duvidosa". (FERNANDES;2003:28). Abstendo-me de qualquer apreciação sobre o êxito ou inêxito na prossecução de uma política de solos, ressalta no entanto que Évora soube preservar o seu património de voragens urbanísticas que percorreram outras paragens e que conseguiu mínimamente ordenar o crescimento urbanístico para além muralhas.

O papel das cooperativas de habitação - através do qual foi possível que milhares de famílias sejam hoje proprietárias das suas residências - é factor que não pode ser escamoteado.

A ter em conta também, independentemente de toda e qualquer perspectiva com que se observe o objecto, é o projecto da Malagueira – construção¹⁸¹ de cerca de 1200 fogos para habitação e também para comércio – que decorre sob “traço” de Siza Vieira. Para o bem e para o mal este projecto marca a cidade extra muros e é ainda hoje razão para as mais controversas opiniões, assim como local de “peregrinação” anual de largas centenas de estudiosos das diversas áreas associadas ao urbanismo.

No contexto da ocupação do espaço urbano deve-se ainda considerar os efeitos resultantes da expansão da Universidade - a que já fiz alusão - bem como a sediação de inúmeros organismos descentralizados da Administração Central. Uma e outra, a par dos outros já sumariamente descritos, originam a atração de população para a cidade e nesta estão incluídos muitos intelectuais e quadros técnicos, cujo comportamento “cidadão” é razão de fixação de observação no prosseguimento do que me proponho.

Ainda sobre o “espaço”: para os habitantes existe um conjunto de representações que lhes permite rapidamente situarem-se. Se noutras cidades tais representações podem passar pelo nome das ruas ou das avenidas principais, em Évora passam por designações um pouco diferenciadas. Os “bairros” - primeiros núcleos de crescimento urbano para fora das muralhas - constituem as principais referências. Sobre alguns deles, e só pontualmente, ainda existem algumas ideias formatadas com base em estereótipos, mas estas tendem a atenuar-se à medida que os “espaços” vazios existentes entre si (interstícios) vão sendo preenchidos com novas construções. Uma

¹⁸⁰ Já fora do intervalo de observação - em 2001 - as eleições autárquicas então realizadas, interrompem este cenário e nelas o Partido Socialista obtém a maioria.

¹⁸¹ Que ocorre na década de 80.

das principais representações consiste na identificação do Centro Histórico, como “cidade”. É frequente, ou melhor é prática corrente, ouvir-se dizer “fui à cidade” comprar o jornal, a um habitante da cidade (não residente no Centro Histórico). A “cidade” é pois uma representação que perdura, está associada ao espaço situado intra-muros, corresponde ao seu Centro Histórico e é o “centro” nevrálgico da cidade no que diz respeito às funções políticas, administrativas e financeiras. Esta “cidade” passa a ser uma outra, “fora do horário de expediente” - à noite - é por norma taciturna e só alguns bares e outros locais de diversão lhe dão algum “alento”.

Em termos gerais e no que à temática do planeamento, gestão urbana e formas de ocupação do espaço urbano diz respeito, se falhas existem na administração (ou gestão urbanística) elas podem ser encontradas na imagem inestética de vários interstícios e no descuidar do arranjo, uso e dinamização de alguns espaços públicos (e muitas outras, dirão alguns - admito que sim - mas o objectivo foi simplesmente traçar um breve cenário...).

v) Em 1986 a UNESCO classifica o Centro Histórico¹⁸² como Património da Humanidade, facto que vai proporcionar um crescimento vertiginoso do número de visitantes e turistas e abrir as portas à “internacionalização” da cidade.

Segundo registos dos Serviços de Turismo da CME, visitaram a cidade em 1986, ano da classificação, 56906 turistas. A afluência que se verifica a partir desta data é crescente. Entre 91 e 95 ocorreram oscilações nesse crescimento - mas em nenhum destes anos atingiu valores inferiores aos verificados em 86 - para atingir nos anos de 97/98 e 99 valores próximos dos 400 mil visitantes ano. Em média, entre 1986 e 2000, visitaram a cidade 120 mil turistas ano.

Esta afluência não pode deixar de ser associada ao “boom” mediático que resulta da decisão da UNESCO. A Europa “comunitária” representa, em 2000, mais de 80% do total de visitantes registados. Os visitantes nacionais representam, no mesmo ano, aproximadamente 18% do total dos visitantes comunitários.

Encontrei em folhetos diversos e estudos pontuais, algumas considerações sobre “o turista tipo” que aflui a Évora, que apontam para a existência de um turismo “especial”¹⁸³, essencialmente caracterizado por ser praticado por “determinadas

¹⁸² Área de cerca de 107 ha circundada pelas muralhas Fernandinas e onde se situam 190 edifícios de valor patrimonial. Fonte: <http://intranet/dpri/Documentos>

¹⁸³ “Também o turismo tem vindo a ter um incremento significativo a partir do final dos anos 70, sobretudo com o aumento de turistas estrangeiros, com um perfil sócio-cultural elevado. A tal facto não será alheia a classificação do Centro Histórico como «património mundial»”. In: <http://intranet/dpri/documentos>

elites”¹⁸⁴. Apontam os mesmos para uma certa distribuição homogénea ao longo do ano, do fluxo registado. As primeiras considerações – sobre as elites – merecem-me as mais sérias reservas e não atribuo fiabilidade ao afirmado, na medida em que me parece que tais desideratos assentam exclusivamente “na interpretação” que quem os escreveu lhe quis dar. Em relação à não sazonalidade verifiquei, na confrontação dos dados sobre afluxo ao Posto de Turismo com os apurados pelo INE para hospedagem nas unidades hoteleiras, que não faz qualquer sentido a negação da existência aqui dessas características sazonais verificadas no País. Em Évora, a distribuição ao longo do ano, do fluxo de turistas, corresponde ao que se verifica no plano nacional geral (CME;2004).

As implicações sociais, económicas e culturais resultantes de um tão grande número de visitas têm expressões várias: i) Na criação de emprego e no surgimento de novas profissões; ii) Na dinamização do sector de restauração e hotelaria¹⁸⁵; iii) Na conversão urbanística de edifícios e espaços; iv) Em marcas de interculturalidade e na adopção de novas apetências culturais; v) Em novas formas de ocupação do espaço público, de que a proliferação de esplanadas são o exemplo mais visível e vi) Na adopção de novos padrões de consumo.

A afluência é no entanto marcada por uma taxa de permanência de pouca expressividade, situando-se esta em 1,4 e a tendência recente é para diminuição deste valor.

Um outro factor de “internacionalização” passa pela institucionalização de relações ao nível de governação política entre cidades de outros países¹⁸⁶. Évora tem acordos de gemação com Suzdal (Russia), Ilha de Moçambique¹⁸⁷ e estabeleceu ainda um pré acordo com Havana (velha) em Cuba¹⁸⁸.

Pertence ainda às seguintes redes de cooperação internacional: OPCM (Organização das Cidades Património Mundial) e Secretariado Regional do Sul da Europa/ Mediterrâneo da OCPM; MECINE (Rede de Cidades Médias da Europa); Associação Les Rencontres; AVEC (Associação de Cidades Europeias Para a

¹⁸⁴ Que catalogam como sendo indivíduos com elevado poder de compra e detentores de formação académica de nível superior e com uma especial apetência para um produto “genuinamente cultural”.

¹⁸⁵ Para além de inúmeros novos restaurantes, snacks, agências de viagens e outros serviços de apoio ao turista, construíram-se em Évora novas unidades hoteleiras, como por exemplo: IBIS, Evorahotel; Hotel da Cartuxa; Hotel D. Fernando. Uma delas – Hotel da Cartuxa – em pleno Centro Histórico, veio permitir o usufruto público de um espaço de grande valor estético e patrimonial.

¹⁸⁶ No plano nacional tem acordo de gemação com Angra do Heroísmo.

¹⁸⁷ Presentemente decorre processo de gemação com Chartres (França).

Cultura) e FMCU (Federação Mundial das Cidades Unidas). Tem igualmente relações de cooperação bilaterais com a cidade de Mérida.¹⁸⁹

vi) A cidade assume-se crescentemente como centro administrativo e financeiro da região, originando uma crescente terciarização do seu tecido económico e do seu emprego.

Em quadro a cuja apresentação já procedi, ficou claro o acentuado crescimento do emprego no sector terciário. Percentualmente esse aumento foi de quase 20 pontos (18,88)¹⁹⁰. Para esta terciarização há no entanto que considerar que se incluem neste sector, tanto os serviços de apoio à produção, como os de apoio social – que geram o que se denomina de emprego social.

O crescimento verificado neste sector ocorre à custa da diminuição verificada nos outros dois sectores (primário¹⁹¹ e secundário) mas, e principalmente, porque o crescimento da população activa que se regista, ocorre quase em exclusivo na área do comércio e dos serviços.

A diminuição percentual da população empregue no sector secundário fica a dever-se, entre outros factores, ao encerramento, neste intervalo, de várias unidades fabris, como por exemplo: FORE (Fábrica de Óleos e Rações de Évora); O Fomento, Moagem os Leões (massas alimentícias); CAPLE (lactínios); Melka (vestuário). Cada um destes encerramentos não é só um dado estatístico - a que aqui faço referência de passagem, por mera estruturação discursiva - mas antes representa - para além das consequências de diversa índole que estão associadas à perda de emprego, que processos de reconversão profissional bastante diversificados tiveram que ocorrer, por força desses encerramentos.

Existe, por outro lado, um conjunto de “marcas” distintas na imagem da cidade, ligadas a estes encerramentos e à perda de funções de importantes edificações. Serão exemplos mais visíveis - ainda hoje - o edifício onde funcionava a Melka e que se situa em pleno Centro Histórico¹⁹² e o edifício de traços de uma industrialidade marcante onde funcionava “Os Leões” a “dois passos” do C.H. e para o qual se projectam agora funções “universitárias”.

¹⁸⁸ Já na fase de revisão deste texto, estabelece acordo de geminação com a cidade francesa de Chartres.

¹⁸⁹ De acordo com informações recolhidas em: <http://intranet/dpri/Documentos/>

¹⁹⁰ Dentro do intervalo.

¹⁹¹ Este assume hoje expressão quase residual – em termos de criação directa de emprego. Em 1960 representava 8,82% da população activa, hoje (2001) representa 1,3%.

¹⁹² E que ainda hoje, passados vários anos, continua abandonado. (Já na fase de revisão final deste texto, iniciaram-se obras visando a adaptação do edifício para unidade hoteleira de luxo).

Para a terciarização referida e numericamente demonstrada, pesa também, para além das questões já referidas, a importância do sector bancário e de seguros¹⁹³.

O Comércio emprega aproximadamente 3000 indivíduos e o peso que representa pode ser interpretado em comparação com a população empregue nas indústrias transformadoras (3400) (INE 2001).

O Hospital, a Universidade, a Câmara Municipal, diversas Direcções Regionais de organismos descentralizados da Administração Pública - com destaque para a Direcção Regional de Agricultura - a par do comércio, seguros e bancos, constituem-se como pólos para a empregabilidade de uma percentagem significativa da população activa da cidade e consequentemente para a sua característica terciária marcante.

Já aludi à importância do emprego social. Existe na cidade uma panóplia de associações e instituições que prestam serviço social de diverso tipo, quer seja no apoio à infância, à velhice, aos cidadãos portadores de deficiências e a outros carenciados.

As transformações ocorridas no peso das distribuições das populações activas entre 1960 e 2000, a que já fiz alusões várias, são ainda razão para o desaparecimento de profissões a par do surgimento de imensas outras, completamente novas.

Alguns exemplos: a) O professor universitário, praticamente só surge em Évora após 1979 (apesar de algumas excepções resultantes da criação do ISESE e do IUE); b) O técnico de informática, operador e todas as actividades similares à informática, são também - por força e consequência do desenvolvimento tecnológico - profissões recentes; c) O mesmo se pode afirmar em relação a profissões no domínio da óptica e da fotografia; d) Às profissões culturais surgidas com a instalação de uma companhia de teatro residente e às dinâmicas neste domínio daqui resultantes; e) Profissões no domínio do apoio social; f) A outras profissões culturais - que não exclusivamente associadas ao teatro - e actividades conexas à produção cultural - sonoplastia, animadores e programadores culturais, e.g.; g) Aumento do número de jornalistas e introdução de novas "variantes" - radiofónicas, televisivas; h) Novas profissões no domínio da saúde, i) E no domínio da indústria turística¹⁹⁴ - agentes de viagens, guias, técnicos de turismo, promotores.

Para as profissões desaparecidas, ou com pouca expressão nos dias de hoje, são exemplos: Ardinas ou vendedores de jornais em bancas nas ruas e praças;

¹⁹³ No conjunto destes dois sectores identificam-se 51 estabelecimentos com cerca de 320 trabalhadores (INE,2001)

¹⁹⁴ Como alguns gostam de designar o conjunto de serviços prestados ao turista.

Vendedores de pão e leite porta a porta; Correeiros; Engraxadores; Latoeiros; Cesteiros e outros artífices de trabalhos em verga; Sapateiros - apesar de não extintos - o seu número é hoje muito pouco expressivo na cidade.

Estas transformações ocorrem em simultâneo com as mudanças dos pesos relativos dos sectores económicos, no conjunto da população activa.

A terciarização do emprego é pois um dado tão objectivamente demonstrado, que qualquer síntese final a este tópico¹⁹⁵ - para evitar dispersão de sentidos - se constituiria como uma verdadeira redundância.

vii) Associações, colectividades, vida associativa em geral e formas de exercício da cidadania. O número de colectividades, associações e outras formas de participação colectiva dos cidadãos conheceu, com a eclosão e posterior institucionalização do regime democrático, um crescimento de tal grandeza que quase se pode adjectivar de explosivo.

Às colectividades “clássicas” anteriormente existentes¹⁹⁶ somam-se hoje largas dezenas de outras, cujos fins extravasam claramente os de natureza recreativa e lúdica, que no essencial caracterizava aquelas.

Existe hoje mais de uma centena de associações na cidade.¹⁹⁷ Foi no campo social que este crescimento de estruturas associativas mais se fez sentir. Às ligadas ao mutualismo¹⁹⁸ (já existentes a 25/04/74) acrescentaram-se associações para o apoio social a cidadãos com deficiências, para o apoio à infância (creches e jardins de infância), apoio aos idosos (lares de terceira idade, centros de dia, associações de reformados, pensionistas e idosos).

No plano desportivo também é significativo o número de novas associações criadas. O futebol perdeu a hegemonia¹⁹⁹ e novos clubes com novas modalidades surgem na cidade. Ganham projecção êxitos desportivos de clubes na natação, no rãguebi e no paraquedismo.

Também na área lúdica e recreativa surgem novas associações, ocupando “espaços” criados pela expansão urbana, o mesmo se podendo dizer para as que se formaram no campo da produção artística e cultural.

¹⁹⁵ Tenho usado do cuidado de no final dos tópicos proceder a uma breve síntese das descrições a que procedi, visando dessa forma, evitar dispersão de conteúdos e sentidos.

¹⁹⁶ Para algumas das quais já fiz referências. Realço que a maior parte – se não a totalidade – tinham então as suas sedes sociais no Centro Histórico. Hoje, muitas delas, acompanhando o processo de crescimento urbano para fora deste núcleo central, sediaram-se “fora de portas”.

¹⁹⁷ Por cada 300/400 habitantes da cidade, existirá uma colectividade ou uma associação.

¹⁹⁸ Legado do Caixeiro Alentejano, por exemplo.

¹⁹⁹ E esbateu-se a dicotomia centrada em torno da rivalidade entre adeptos do Lusitano e do Juventude.

A importância deste amplo movimento associativo tem expressão significativa na existência do mercado de emprego social e nas áreas de produção cultural, bem como no surgimento de novas profissões, a que já aludi.

O exercício da cidadania está ainda muito ligado às formas clássicas em torno de partidos e sindicatos. No entanto é perceptível o aparecimento de novas modalidades de participação, nomeadamente as que aproveitando as novas tecnologias de informação, se consubstanciam no aparecimento de “blogues” e noutras formas de comunicação e participação através de meios eletrónicos.

É também conhecida actividade rotária, através do Rotary Club de Évora, bem como algumas informações recolhidas apontam para uma determinada actividade da maçonaria na cidade.

A intervenção no plano das questões ambientais é ainda muito insípida, assim como a ligada a novas formas de intervenção política – eventualmente inseridas no que se designa por “new politics” . Os casos conhecidos surgiram na órbita partidária e com duração condicionada a determinados momentos eleitorais.

O amplo movimento associativo, que poderia ser indicador de uma cidadania plena, não o é no entanto. A vida destas associações está de tal forma institucionalizada que o seu funcionamento se assemelha ao de “micro empresas”. O relacionamento destas com a governação política da cidade centra-se, quase exclusivamente, no garantir anual dos subsídios à actividade.

O mesmo traço “institucionalizado”, marca também as “instituições”, quer as de surgimento «recente» (desconte-se o paradoxo) como sejam as surgidas com a instauração da liberdade, quer as de maior longevidade, como por exemplo a Igreja Católica.

Os partidos e os sindicatos estão cingidos à participação longa e duradoira dos mesmos líderes e activistas.

A Igreja parece ter-se enclausurado nos inúmeros templos que possui na cidade e viver em exclusivo em si e para si. Não se lhe conhecem posições públicas sobre a vida social – excepção às que tomam, sempre que a temática do aborto assume maior projecção ou quando foi o caso de Timor.

Terminada que está a descrição dos tópicos, através dos quais procurei relatar os principais factos do 2.º período, uma nota, quase que telegráfica, sobre o aparecimento recente de uma nova forma de urbanismo e um novo conceito de residência: os condomínios fechados – a que alguém já chamou de “não lugares”.

Sem que se vislumbrem razões²⁰⁰ - já que a criminalidade e a insegurança não têm na cidade índices que possam justificar um estado de preocupação acrescido - começam a surgir condomínios amuralhados, com controlos electrónicos nos espaços comuns - garagem, jardim, piscina - que constituem uma clara negação da cidade. E esta será para os habitantes dos condomínios “a selva”, onde por razões profissionais têm que se deslocar diariamente.

7.3 A 2ª etapa na aplicação da grelha analítica. Contextos e causas - a forma como ocorreram os factos

Continuando a aplicar a grelha analítica de Giddens, vou procurar analisar se os factos descritos são acontecimentos exclusivos do objecto seleccionado ou se de alguma forma eles são comuns à generalidade das cidades; ou seja, respondida que está a questão **factual**, encaminho-me agora para a questão **comparativa**, que consiste em procurar saber se os factos descritos ocorreram de forma mais geral ou se não são apenas, acontecimentos particulares de um determinado objecto.

Se os factos já descritos são de molde a concluir-se: i) que ocorreu um processo de grande crescimento da população na cidade dentro do intervalo observado, ii) que “urbano” e “cidade” são conceitos operativos de conteúdos e expressões diferenciados, iii) que a modernidade é um processo com expressão tardia e que alguns dos seus pressupostos só têm concretização com a restauração da democracia; iv) que não é correcto situar na revolução²⁰¹ o momento zero das grandes e profundas transformações sociais ocorridas; v) que é necessária uma nova perspectiva teórica para analisar os papéis e composições das elites; vi) que não se verificou um processo de desenvolvimento assente na industrialização e que a terciarização da economia não esteve subordinada à passagem por esse “estádio”; vii) que o ensino e o acesso generalizado que a sua democratização proporcionou gerou novas composições da população activa e que este - o ensino - a par do desenvolvimento científico e tecnológico verificado, proporcionaram o aparecimento de novas profissões e geraram uma “vasta classe média”; viii) que na situação actual, apesar de um discurso e de algumas práticas apontadas para o reforço do exercício

²⁰⁰ Uma das “razões” que normalmente está na base da opção por este novo tipo de residência é a que está associada à existência de um alto índice de criminalidade e de insegurança.

²⁰¹ Ou mais apropriadamente, a 25 de Abril de 1974.

dos direitos de cidadania²⁰², se verifica “um auto enclausuramento no lar, em algumas associações restritas e nos novos condomínios residenciais.

Se assim é, proponho-me agora reflectir sobre a generalização destes fenómenos, principalmente no que à sociedade portuguesa diz respeito, cingindo-me evidentemente ao mesmo período.

O crescimento da população das cidades é fenómeno que ocorre à escala planetária e que teve em Portugal, na últimas décadas do último século, um grande significado. Como já referi, citando relatório da Agência Habitat²⁰³, dentro de 25 anos residirá nas cidades cerca de 60% da população mundial. Apesar deste cenário de crescimento, este não terá um impulso tão expressivo como o verificado no período entre 1975 e 2000.

O crescimento previsto para os próximos anos vai ocorrer de forma diferenciada, quer se esteja a analisar o conjunto dos países mais desenvolvidos, quer o objecto de análise sejam os países sub-desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento²⁰⁴.

Em Portugal a população residente em cidades em 2000, quase duplica a população residente nos centros urbanos²⁰⁵ em 1960. Em Évora esse crescimento é da ordem dos 70%.

O crescimento urbano é portanto, para além do verificado no objecto em análise, um fenómeno que ocorre à escala planetária, embora tenha ocorrido e se preveja ocorrer a ritmos diferenciados, em função das diferenciações espaciais, económicas e sociais.

Por outro lado, o crescimento referido traz também para o plano conceptual novas variáveis e necessidades de ajustamentos, ou mesmo alterações, no plano dos paradigmas. Pelo menos os conceitos de “urbano” e de “cidade” não podem hoje ser tratados de forma igual à que seriam no início do século passado.

Pelo exposto, faz sentido considerar, num plano geral e não meramente localizado, a da necessidade de uma discussão conceptual e paradigmática em torno do conceito de urbano - como modo de vida (WRIGT), e da cidade - como espaço com especificidades nos processos de sociabilidade e socialização - principalmente as decorrentes nos seus espaços públicos. Daí a aceitação da ideia de que a sociologia urbana deve evoluir para uma sociologia das cidades (FORTUNA).

²⁰² Algumas têm inclusivamente expressão legal, como sejam as que estão consubstanciadas no novo Código do Procedimento Administrativo.

²⁰³ Publicado sob informação da LUSA, no Jornal Público de 14/09/04.

²⁰⁴ Continuo a socorrer-me da mesma fonte, ou seja os dados do relatório já citado – Habitat.

²⁰⁵ Cfr. Nota onde se explica o uso para o conceito a que o INE procede para o Recenseamento Geral da População em 1960.

A concretização dos pressupostos da modernidade, sendo um processo de natureza mais ou menos global²⁰⁶, tem no entanto níveis de desenvolvimento bastante diferenciados no tempo. Em Portugal, por razões já expostas, muitos deles tiveram uma execução tardia e alguns mesmo, não terão ainda sido garantidos.

Quando se discute o esgotamento do modelo e quando novos desenvolvimentos teóricos procuram construir modelo alternativo, e ao verificar do grau de desenvolvimento da modernidade em Portugal, concluo que, apesar de significativas diferenças nos tempos em que cada um dos seus pressupostos foram garantidos e da verificação dos grandes atrasos registados em Portugal - face à generalidade dos países europeus - o processo da modernidade não assume nenhuma particularidade distintiva no objecto que analiso, sendo legítimo concluir que ocorre aqui, tal como no resto do país, de forma tardia e que o 25 de Abril de 1974 se constitui como elemento fortemente impulsionador da concretização dos seus pressupostos principais.

Uma outra conclusão, cuja grau de ocorrência geral agora analiso, prende-se com a constatação de que o 25 de Abril não constitui o momento zero para a ocorrência das profundas mudanças sociais e culturais que ocorrem após esta data. Este ítem é obviamente cingido a Portugal, pois trata-se de acontecimento que lhe é particular, mas estou em crer que para este contexto ele assume carácter geral, ou seja, o que concluí com base na observação empírica realizada em Évora é extensível para a generalidade do território português.

A dinâmica dos acontecimentos do pós 25 de Abril e as profundas repercussões produzidas sobre os indivíduos, podem ter originado um certo “encantamento” dos autores que sob diversas perspectivas “escreveram ou escrevem” a história recente o que, de alguma forma, os pode ter induzido a omitir acontecimentos anteriores à revolução. Estaremos certamente todos de acordo que esta não ocorreu por geração espontânea. Antes dela, teve lugar um período de gestação que não pode ser descurado. Só determinados sectarismos, ou posições meramente literárias sem qualquer preocupação de rigor analítico, podem conduzir ao sombreamento de um período tão intenso de actividade e marcante para novas sociabilidades e socializações, como foi o que se viveu em Évora, principalmente entre 1965 e 1974.

Não é difícil concluir - recorrendo inclusivamente a algumas das obras de onde destaquei as particularidades de Évora - que este período e as características que aqui assume é comum ao verificado no país, havendo naturalmente uma

²⁰⁶ O termo (global) tem aqui, principalmente, a dimensão do que se vulgarizou como «mundo ocidental»

disseminação espacial condicionada por diversos factores, um dos quais e marcante, seria o peso da ruralidade.

A industrialização, que em determinada altura assume expressão não desprezível, não foi em momento nenhum do período observado, factor primeiro e dominante do processo de desenvolvimento. Os indicadores - quer os referentes ao contributo para a criação de emprego, quer o seu peso relativo para o produto - são disso testemunha. Creio ser legítimo afirmar que não o foi em Évora, nem o foi - pelo menos no que diz respeito ao emprego criado - no país.

Com base exclusiva no indicador, o sector terciário da economia é dominante em todo o período observado. Existirão aqui algumas diferenças, face ao cenário nacional, mas não no concernente à Indústria, que não ocupará, como disse, em nenhum momento, o lugar cimeiro.

No plano mais geral, mesmo se cingidos ao contexto europeu, encontrar-se-á uma grande diversidade de situações, pelo que não concluo que o fenómeno observado em Évora seja, neste capítulo, generalizável. Existem mesmo particularidades entre a situação observada em Évora e a verificada no plano nacional.

A generalização do acesso ao ensino, bem como o aumento da escolaridade, são dados que a mera consulta dos Recenseamentos Gerais da População facilmente comprova.

Em Évora, a população estudantil correspondia em 1960 a 5,72% da população da cidade²⁰⁷ e a 8,6% em 2001. No País a 12,5% e 20,2% respectivamente.

O crescimento do número de alunos num curso superior cresceu aproximadamente 17 vezes dentro deste intervalo.

Estamos claramente na presença de um fenómeno que não é particular a Évora, mas antes assume características gerais. Este acesso generalizado ao ensino e o aumento da escolaridade, acompanha e influencia um processo de surgimento de novas profissões - principalmente as derivadas das revoluções científicas e tecnológicas, mas não só - e uma "massificação" das camadas da população com rendimentos médios - por facilidade discursiva - a classe média.

Em Évora, em 2001, um em cada 4 trabalhadores detinham um curso superior. Mais de 50% detêm formação de nível secundário ou superior.

Como síntese para este capítulo da verificabilidade da ocorrência geral ou não dos acontecimentos relatados, concluo que são de ordem geral as constatações aqui trazidas sobre a "institucionalização da cidadania", sobre o encerramento no lar e

sobre as novas apetências por condomínios como lugar de residência. Parece haver hoje uma fuga da cidade, dos seus espaços públicos para a “não” cidade e os seus espaços privados.

Os factos, apesar das particularidades que num ou outro “domínio” se identificam, não são exclusivas ao objecto. Eles são comuns à generalidade das cidades do país, ou pelo menos às cidades de dimensão populacional e «funções» semelhantes. Então, se há coincidência nas causas, logo é plausível poder inferir que haverá efeitos idênticos.

7.4 A 3.^a etapa na aplicação da grelha analítica - questões de desenvolvimento

A cidade

A cidade mudou. De uma cidade fechada sobre si, profundamente marcada pela ruralidade circundante e dominada política, económica e socialmente por um grupo restrito de famílias de grandes proprietários agrícolas, chegámos a uma cidade plural, aberta ao exterior, visitada e granjeando do prestígio internacional, assente nos “títulos” e reconhecimentos públicos de prestigiados organismos.

Em 1960 mais de metade da população residia no Centro Histórico, hoje essa percentagem é de cerca de 12%. A expansão não só provoca uma nova forma de ocupação dos espaços, como provoca novas sociabilidades e novas formas de relacionamento dos indivíduos para com estes.

As relações de tipo directo que antes se processavam, na padaria, na leitaria, no café, tendem hoje a ser cada vez mais escassas e são substituídas por outras de outro tipo – mais distantes e impessoais - e só pontualmente se transferiram para os novos locais de residência - os bairros.

A este nível, aconteceu em Évora o que aconteceu para a generalidade das cidades - a secundarização crescente das relações sociais - ou mais apropriadamente a “institucionalização” crescente dessas relações. Os papéis que então eram desempenhados pela família e os que derivavam das relações de vizinhança, são hoje “competência” de inúmeras associações de índole social e produzidas em moldes “profissionais”.

²⁰⁷ Para compreender melhor a grandeza das diferenças temos ainda que ter presente que em 2001, há uma nítida diminuição da população em idade escolar.

A solidão do idoso é colmatada com a ida ao centro de dia (a solidão nocturna, essa continua produzindo os seus efeitos), já quase não existem cafés onde seja possível “bater um papo”, os jardins estão descuidados, os bancos degradados e a frequência nem sempre é a mais “aconselhada”²⁰⁸. As crianças, que antes ficavam à guarda da avó, ou de uma vizinha idosa, quando não tinham aulas, hoje saem das escolas, entram nas carrinhas e vão para os colégios particulares, onde ocupam os seus tempos livres.

Expressões normais das mudanças ocorridas e se aqui faço eco desses exemplos é para através deles contribuir para aclarar a ideia que as sociabilidades e a socialização resultantes dos dois contextos temporalizados são, evidentemente, diferentes. Sem “sentimentalismos”, nem valorações.

A imagem que antes era projectada e que correspondia a uma cidade no interior das muralhas e o “campo” a circundar a envolvente, hoje já não tem essa carga expressiva. A cidade projecta-se muito para além dessa barreira física e o modo de vida por ela gerado, voltando a citar Wrigt – o urbanismo – esse difunde-se por todo o espaço onde há residência humana.

Algumas aldeias em espaço rural projectam-se hoje como meros dormitórios para os que trabalham na cidade e gostam da tranquilidade “rural” para residência²⁰⁹.

A cidade perdeu espaços públicos²¹⁰ - não propriamente em sentido físico, porque esses, regra geral, continuam a existir e muitos outros lhes foram acrescentados - nos quais ela e a sua governação possam ser discutidos.

Os espaços públicos por excelência são hoje os novos espaços de consumo em grande escala, onde ocorrem os encontros esporádicos e breves, que a função permite.

O aumento exponencial de novas associações e a grande diversidade dos fins destas, se em determinada altura correspondeu a uma dinâmica participativa por parte dos cidadãos, hoje tende a institucionalizar-se e as associações funcionam quase como micro empresas.

As elites

Tais alterações, sumariamente resumidas, produziram efeitos na composição e nas dinâmicas das elites. Mantendo a perspectiva teórica inicialmente traçada, importa

²⁰⁸ Na perspectiva dos idosos, claro.

²⁰⁹ O exemplo mais significativo é relacionado com a Freguesia de Graça do Divor, pequena localidade a cerca de 10 Kms do centro da cidade, e que entre os censos de 91 e 2001, foi a única Freguesia em espaço rural a ver crescer o número da sua população residente.

agora verificar composições, atitudes, mudanças e verificar do quadro actual nesta matéria.

Por razões conceptuais e por facilidade discursiva, optei por considerar a existência de dois planos distintos para a integração das elites: um primeiro, que designei por elites de situação e um segundo, por elites de acção.

O primeiro tempo de observação é marcado pelo domínio das elites de situação, cuja acção consistia no assegurar das formas de agir e pensar consentâneas com a ideologia no poder. Aduzi, relatando vários dos seus comportamentos, que sustentam esta interpretação, nomeadamente os referentes aos seus posicionamentos face à discussão de novos modelos para o desenvolvimento que então se iniciava. São elucidativas as posições assumidas face ao plano de rega do Alentejo, à industrialização, bem como face às propostas de reestruturação fundiária.

Moviam-se em torno da Igreja e muito activamente no plano do poder. Nesta primeira fase pouco divergiam do conceito clássico da teoria das elites, ou seja, estas elites de situação correspondiam de facto à elite política no poder. Esboçava-se no entanto a existência de outro tipo de elite, onde se integravam os que partilhavam de posições diferentes nos plano da concepção dos modelos de desenvolvimento, os que perfilhavam dos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja e os que entendiam que só haveria desenvolvimento e mais justiça social, com o fim do regime autoritário e cerceador das liberdades.

Afirmei do carácter interclassista e da heterogenidade ideológica, como transversais aos dois planos das elites. Julgo que os acontecimentos descritos o comprovam.

Apesar disso, no primeiro tempo, as elites de situação são marcadas por uma determinada homogenidade em termos de classe e em termos de orientação ideológica. São constituídas no fundamental pelos proprietários da grande propriedade agrícola e orientam-se pelos valores ideológicos do regime.

Havia então poucas excepções a essas características.

Alguns acontecimentos históricos, vieram trazer para o seio destas a heterogenidade referida, como por exemplo a adesão de Portugal à EFTA e a guerra colonial. Por força destes, nas elites de situação começam a verificar-se posicionamentos ideológicos face à guerra que são diferentes dos que defendia o regime, bem como a estas começam a ter acesso outros que não propriamente os proprietários das grandes propriedades agrícolas.

²¹⁰ O famoso “mercado” das terças feiras na Praça do Giraldo, no qual eram acertados os preços do porco, do borrego e outros produtos pecuários, foi substituído por uma “moderna” bolsa de preços.

Alguns padres e técnicos, integrando-se no que denomino de elites de situação – na medida em que as suas pretensões se limitavam a tentar introduzir ligeiras reformas e nunca em alterar o status quo – têm posições divergentes no plano ideológico.

Ainda no primeiro momento, nas elites de acção – emergentes – incluem-se alguns activistas associativos, técnicos para aqui destacados, por exemplo no âmbito da criação da Região Plano, alguns professores, intelectuais e padres – principalmente os que tinham tido formação no exterior.

O carácter interclassista é facilmente demonstrado pela integração nestas de operários, quadros técnicos, membros do clero e intelectuais.

A heterogeneidade ideológica é visível nas posições diferenciadas sobre temas políticos centrais, como por exemplo sobre a questão ultramarina. Apesar de ser comum, ou praticamente comum, a condenação da guerra, já não havia unanimismos sobre «o destino» a reservar para as colónias. As posições neocolonialistas ainda tinham grande simpatia.

Afirmo considerar ser possível demonstrar que a questão da detenção ou não de graus académicos de nível superior não poderia ser considerada como elemento central constituinte das elites.²¹¹

Assim, creio ter deixado ficar claro que para as elites de situação, no primeiro tempo, o elemento central para a sua composição era a detenção de propriedades agrícolas e não havia aqui a inclusão do item *formação académica* e que na composição das elites de acção - para as quais, como já demonstrei, confluíam diversos estratos sociais - não verifiquei que o requisito habilitacional fosse condição.

Apesar do importante papel desempenhado pela escola e dos inegáveis resultados que a obtenção de níveis de formação superior provocam na estratificação e na mobilidade social - principalmente na intergeracional - não ficou demonstrado que fosse em seu torno - ou seja da posse ou não de um título académico - que girasse a questão associada à composição das elites.

À heterogeneidade de classe e ideológica pode acrescentar-se a heterogeneidade “académica”.

O conflito que perpassa todo o período em observação tem outras causas, que não as que se possam imaginar, centradas na detenção ou não de níveis académicos superiores.

²¹¹ Como insinuava Quadros, no trabalho que já citei.

No período que designei por 1.º patamar do primeiro tempo e que corresponde, grosso modo, ao período compreendido entre 1960 e 1965, as elites numericamente superiores, eram as elites de situação.

Haverá uma inversão a este estado de coisas como resultado dos acontecimentos que terão lugar no 2.º patamar (1965-1974) por força da conjugação de vários factores, nos quais se podem incluir: i) aumento da pressão externa como resultado da guerra colonial; ii) crescimento económico e respectivas consequências nos processos de tomada de consciência individual; iii) consequências públicas da acção crítica crescente das elites de acção; iv) impossibilidade e incapacidade do regime em manter aos mesmos níveis anteriores, a sua acção repressiva; v) vulnerabilidades várias no isolamento defendido, como resultado do amplo movimento emigratório e também por força das possibilidades abertas por novos meios de comunicação; vi) incremento da capacidade crítica como resultado das aberturas ao nível do ensino.

As elites de acção são no 2.º patamar numericamente superiores às de situação e remetem estas para um refúgio defensivo.

No 2.º período (1974-2000), assiste-se primeiro a toda a turbulência própria de um período revolucionário, em que as elites de acção quase são submersas por uma ampla camada da população – a massa - que dá depois lugar a uma situação de maior *serenidade* na qual se processa a “institucionalização” da sua acção.

De tal forma essa institucionalização ocorreu que hoje, salvo raras excepções, se torna difícil delimitar os campos dos dois planos das elites.

Modernidade

Analisando os acontecimentos em exclusivo sobre a perspectiva da via libertadora da modernidade (TOURAINÉ, 1994), constata-se que alguns dos seus padrões centrais tiveram uma aplicabilidade tardia, quer no que concerne em exclusivo ao objecto em análise, quer no plano nacional mais geral.

O desenvolvimento económico inicia-se com a adesão de Portugal à EFTA e marca de forma significativa toda a década de sessenta. Deste facto derivam muitas das questões associadas à industrialização e a cujos factos ocorridos em Évora, faço referência.

A percepção e a análise dos problemas sobre um quadro de leitura lógico e assente na racionalidade instrumental, em detrimento de uma concepção fatalista, de “origens naturais”, começa a dar os primeiros passos em torno das novas concepções e na adopção de novos modelos de planeamento e novas perspectivas e entendimentos sobre os processos de desenvolvimento.

A ruralidade cede à urbanização e modifica a vida dos homens. Uma nova sociabilidade e uma diferente socialização surgem, como consequência da adopção de novos padrões de vida assentes e tendo como causa esse processo.

O ensino alarga-se a amplos sectores da população e provoca novas estratificações e mobilidades sociais.

A liberdade conquistada vai valorizar o indivíduo e transformar a vida pública, fazendo desta uma causa de todos.

A cidade e o país, saiem do isolamento e abrem-se ao mundo.

Independetemente de todas as apreciações críticas de que hoje a modernidade é objecto e aceitando mesmo como correctas algumas delas, a verdade é que no decorrer do período em observação, foi na base da concretização dos seus pressupostos principais, que decorreram todas as grandes transformações observadas.

7.5 A quarta e última etapa na aplicação da grelha - A confrontação com os planos teóricos adoptados.

Importa agora, continuando a aplicar a grelha analítica adoptada, verificar da forma de interpretação dos factos sob as perspetivas teóricas que previamente defini.

Citei Giddens - quando procedi à definição dos enquadramentos teóricos para a análise - e usei essa citação para fazer a defesa da ideia da pluralidade teórica como forma de evitar leituras dogmaticas . Creio ter demonstrado ter sido opção correcta, a par da opção que tomei, esta relacionada com a necessidade de proceder a incursões em outros domínios, que não os exclusivos da sociologia.

Assim, a análise histórica foi fundamental para perceber o sentido das coisas e as dinâmicas conducentes às profundas mudanças culturais e sociais que se verificaram no decorrer do período objecto de análise.

Partindo dessa pluralidade teórica e fazendo uso de algumas incursões noutros domínios, ou de forma mais apropriada, a outras formas de analisar o objecto, procedi ao agrupamento dos factos descritos e analisados em três planos distintos: o plano das **idades**, do urbano e das novas construções teóricas que preconizam uma sociologia das cidades em detrimento da clássica sociologia urbana (FORTUNA), o referente à análise aos papeis (aos efectivamente desempenhados e aos esperados) das **elites** no contexto da cidade e a necessidade de reformulação dos quadros

teóricos para esse efeito e o plano da análise à **modernidade** e ao grau de executabilidade dos seus principais pressupostos no plano local e nacional.

Seguindo esta estrutura, procuro em seguida confrontar cada um destes planos, com os enquadramentos e com as perspectivas teóricas traçadas.

A cidade (quadro teórico e confrontação)

Apesar das diferenças dos conteúdos que se associam aos conceitos de urbano e de cidade, as várias imprecisões de uso que foram e vão sendo feitas ao longo do tempo e nas mais diversas áreas de utilização, criaram dificuldades à leitura do objecto. Tenha-se como exemplo o uso dado pelo INE em 1960²¹² para definir «centro-urbano» - valorizou as funções administrativas e os pesos demográficos - deixando assim de fora, cidades que ou não eram capitais de distrito, ou não tinham mais de 10 mil habitantes - Estremoz é uma das excluídas.

Com base nessas imprecisões de uso, ou por sua causa, torna-se difícil delimitar os objectos, proceder às suas leituras e efectuar comparações.

Estas fragmentações no espaço e as dificuldades em definir fronteiras, têm correspondência no plano conceptual (LOPES;2002).

É nesse quadro, de alguma ambiguidade e de aparente dificuldade de definição de um objecto próprio à sociologia urbana, que assumi identificar-me com a posição daqueles que apontam para a necessidade de uma sociologia das cidades em detrimento da sociologia urbana (FORTUNA;2002).

Excluí do campo das hipóteses a considerar as que se construíram em torno da não justificação da existência de uma sociologia urbana, sustentadas na diversidade e transversalidade geral do objecto de estudo - o urbano.

Com as rupturas defendidas e para cuja necessidade me inclino, julgo haver toda a pertinência para a existência de uma disciplina que descreva e analise a sociedade e a sociabilidade das cidades.

As dificuldades²¹³ sentidas na leitura do objecto real são a prova de que é necessário proceder a uma ruptura no seio da sociologia urbana, de forma a que seja possível separar, no plano conceptual, o que estando junto provoca distorções de percepção

²¹² Pese embora o facto positivo de ter pretendido contribuir para uma leitura mais precisa do fenómeno.

²¹³ A delimitação física (onde acaba a cidade e começa o campo); A comparação no interior do período (população "urbana" em 1960 e em 2001) e com outros objectos similares, como comparar com outras cidades; As imprecisões nos dados demográficos, uns consideram como população urbana a soma da população das Freguesias urbanas, outros, com maior precisão consideram população urbana a que reside dentro do perímetro urbano definido pelo PDM (quando este está definido).

do real. Se urbano e cidade não são a mesma coisa, então faz sentido que se separem claramente.

A leitura com base na cidade demonstrou uma maior potencialidade para compreender os fenómenos que lhe são exclusivos como sejam os que ocorrem na sua esfera pública (FORTUNA:2002).

Insistir numa leitura sobre o paradigma do urbano e centrá-la em exclusivo sobre as formas de ocupação do espaço urbano, ter-me-ia conduzido a uma percepção deturpada do objecto.

Elites (quadro teórico e confrontação)

Se no plano conceptual em torno dos usos dos conceitos de urbano e de cidade me confrontei com a densidade descrita e com as dificuldades referidas, no que diz respeito à questão das elites a questão ganhou ainda maior amplitude.

A teoria geral das elites de Mosca e de Pareto não se me apresentou como quadro de leitura apropriado para a leitura dos fenómenos.

Procurei usar de um maior pragmatismo e distanciar-me das leituras que tal quadro teórico empurra para os campos das sociologias políticas e do poder.

Renunciei à dicotomia que opõe elites e democracia e considerei estas numa perspectiva que entendi mais próxima do significado original do termo, ou seja, trabalhei o conceito de elites como sendo referente aos agrupamentos de indivíduos, que por opção própria ou por resultado de determinados contextos, intervêm de forma mais activa na sociedade²¹⁴, quer essa acção vise a mudança, ou simplesmente a manutenção de um determinado estado de coisas.

Ao desassociar tanto a composição, como a acção das elites da mera esfera política, foi possível compreender melhor a acção destas e descrever e analisar o conjunto dos factos que tiveram lugar no decorrer do período em análise.

As mudanças sociais e culturais ocorridas não seriam devidamente perceptíveis, se tivesse centrado a observação sobre as perspectivas da teoria geral (clássica) das elites.

Não há, assim julgo ter demonstrado, uma oposição clara entre elites e democracia, o que pode haver, e há, é uma maior ou menor capacidade de intervenção destas em função da existência ou não de um regime democrático.

A distinção por dois planos das elites, a que procedi, facilitou o percurso analítico e a descrição dos factos e evitou dispersões que me conduziriam à identificação de elites políticas, económicas, intelectuais, operárias, associativas, sindicais e outras.

O ter procedido à identificação de dois campos distintos: elites de situação e elites de acção, permitiu-me proceder a integrações, sem prejudicar a natural existência de diferenças várias nos planos internos de cada um dos campos. Como concluí, as elites são interclassistas e heterógeneas no que diz respeito à ideologia e aos níveis de habilitação académica.

Nas elites identificadas assim, encontrei tanto os que exerceram em determinada altura o poder, como os que agiram no sentido de alterar profundamente a natureza deste, assim como os que, por outras motivações agiram na prossecução de um fim colectivo, fosse ele de natureza política, económica social ou cultural. E esse fim tanto podia visar transformar, como simplesmente resistir à mudança.

Se tivesse seguido em exclusivo a perspectiva clássica limitar-me-ia a ter “acompanhado” e analisado os que exerceram nestes quarenta anos a governação da cidade e os que mais de perto influenciavam esse exercício de poder.

Julgo que não me confrontaria agora com a conclusão que a análise dos factos me sugere, de que as elites estão em crise e que os seus papéis estão no presente a ser desempenhados por outro tipo de indivíduos e agrupamentos, que não reúnem as suas características - os lobies.

Entendi elites como agrupamentos de indivíduos que, apesar das heterogeneidades referidas, norteavam a sua actividade numa perspectiva do interesse público, embora marcado pela salvaguarda dos seus interesses individuais ou de classe e pela divulgação pública dessa actividade. Para os lobies, não ha interesses públicos e muito menos divulgação pública da sua actividade, a não ser que esta, seja instrumento .

A modernidade (quadro teórico e verificação)

A dinâmica dos acontecimentos, principalmente os que tiveram lugar durante todo o 1º período em que dividi a análise e os primeiros anos do 2.º período, é claramente uma dinâmica marcada pelo cumprimento dos principais pressupostos da modernidade. Poderá dizer-se e com razão, que tal paradigma já apresentava então, no contexto mais geral da Europa, fissuras diversas e que já se travava uma ampla discussão, na qual muitos defendiam a ideia de que era necessária uma ruptura epistemológica com tais paradigmas e que a modernidade era a causa para a eliminação do sujeito, ou pelo menos para a subordinação deste a uma lógica racionalista instrumental.

²¹⁴ Não por razões de ordem natural, mas sim de ordem social como as referentes aos processos de tomada de consciência – a consciência possível.

A sociedade portuguesa em 1960 em geral, e Évora com algumas particularidades que lhe acrescenta, não só estava distante da actividade crítica que então se esboçava ao paradigma moderno, como estava longe, muito longe, de ver cumpridos alguns dos pressupostos desta. Por isso, concentro e oriento a observação, no fundamental, para a apreciação crítica ao grau de cumprimento destes.

O que os factos vêm trazer à evidência é que a transição da sociedade fechada sobre si, ruralizada, pobre, subdesenvolvida e asfixiada sobre um domínio político totalitário, para uma sociedade aberta para si e para o mundo, livre, democrática, trilhando os caminhos do desenvolvimento, com alegria e disposta aos desafios e à aventura, só foi possível porque nesse período se tratou de dar cumprimento ao que a modernidade preconizava como condição.

Não se trata de defender a ideia de que devemos primeiro dar cumprimento pleno aos desideratos da modernidade antes de poder questionar os seus paradigmas – até porque a situação actual é hoje já de tal forma complexa que não permite leituras tão simplificadas – mas de reconhecer que para o período em análise, não faria qualquer sentido questionar o que ainda não era questionável.

O período analisado corresponde pois à afirmação do indivíduo enquanto cidadão com direitos, à possibilidade de este poder expressar livremente as suas opiniões e de se poder associar a outros para a prossecução dos mais diversos fins, de poder eleger e ser eleito, de ter direito ao ensino, à protecção no trabalho, a constituir sindicatos e a sindicalizar-se, a ter direito à saúde, segurança social e à protecção na velhice ou face a imponderáveis.

É também o período do fim da guerra colonial, do estancamento do processo emigratório, da adesão à União Europeia e de participação em inúmeras acções de índole internacional de onde estávamos arredados.

Em suma, é tempo de construção da nossa modernidade.

Mas dessa construção não sobressai só o conjunto destes itens de forte carga valorativa. A pobreza existe, o desemprego exclui a possibilidade de participação na vida económica e desestrutura a vida social a milhares de portugueses, principalmente jovens, o acesso ao ensino tende de novo a ser selectivo e apresenta inúmeras e graves insuficiências, o abandono e o não aproveitamento escolar atingem níveis elevados, os cidadãos estão cada vez mais distantes da governação.

Dirão alguns que tais factos são a demonstração do incumprimento de alguns dos padrões da modernidade, dirão outros que eles são a expressão do falhanço do paradigma.

Não recusei a discussão em torno dos debates actuais sobre esta temática e sobre os diversos prefixos que se vão adicionando ao paradigma vigente, questionando-o. Optei pela postura mais pragmática que consistiu em confrontar com ele os factos, e procurar verificar do grau de exequabilidade.

É um dado adquirido que no final do período em observação há algo que não é possível descodificar com a mesma facilidade com que procedi ao “balanço”.

O encarceramento no lar, os condomínios fechados, as altas taxas de abstenção eleitoral, o abandono dos espaços públicos da cidade, a “institucionalização” da vida associativa, o consumo como padrão de referências, a cidadania meramente exercida numa lógica de satisfação individualizada de um real ou suposto “direito”, os lobies cada vez mais secretos e cada vez mais poderosos, são só alguns dos traços que permitem concluir que de facto algo está errado e que o erro pode assentar no esgotamento de um modelo que levou até à exaustão *a instrumentalidade como acção estratégica* (TOURAINÉ, 1994).

O quase esgotamento²¹⁵ das elites é também expressão desse quadro.

Neste plano, os instrumentos teóricos com que parti para a análise permitiram-me concluir que, se é um facto que em grande medida, no período em observação se tratou de dar “tardiamente” cumprimento aos padrões principais que se associam ao paradigma da modernidade, é também observável e com traços já bem distintos, a existência de uma grave crise social, no quadro de socialização e na sociabilidade, que fundamenta e dá corpo às críticas com que a modernidade se confronta.

8 Discussão, Conclusão e Sugestões

Tendo optado por proceder a sínteses parcelares no final de cada capítulo, nelas constam, no essencial, as respostas para as perguntas derivadas dos objectivos definidos.

Por outro lado, como consequência da aplicação da grelha analítica, resulta que a discussão dos dados obtidos e a sua confrontação com os quadros teóricos de referência, acaba por ser feita quando da aplicação da sua 4ª etapa.

Assim, neste capítulo que pretendo de conclusão e evitando dispersões de leitura, centrarei mais a atenção nas questões que ganharam maior projecção no decorrer da

²¹⁵ Em artigo de opinião recentemente publicado no Jornal Público Sousa Tavares, falava de morte das elites. Ressalvo que não me identifico com a rescuscitação que este defende e com os valores que lhe associa.

pesquisa e que tiveram expressão no corpo deste Relatório, quer seja para acentuar considerações quer para formular novas interrogações.

A cidade e a emergência de um novo paradigma para a observação e acção

O refúgio na vida privada - facto a que aludi por diversas vezes - manifesta-se, entre outras, na forma de (não) viver a cidade. Mesmo numa cidade de reduzida dimensão populacional, como é o caso de Évora - onde todos se conhecem²¹⁶, como é uso do senso comum - os condomínios residenciais fechados são hoje uma tentadora alternativa residencial.

Abandonam-se os espaços públicos²¹⁷ e entrega-se o seu usufruto para fins não muito adequados à vivência colectiva. O alheamento face ao outro é crescente²¹⁸.

A governação da cidade está cada vez mais distante do cidadão e a discussão de importantes instrumentos de planeamento é feita nos gabinetes. Em ano de eleições surgem depois discursos que dão ênfase ao preocupante alheamento da população face «à coisa pública» e estudos - alguns com patente registada de «estudo científico» - que o mostram à evidência. A razão para tal, essa, é sempre dos «outros».

Há um clamoroso paradoxo expresso pelo distanciamento cada vez maior do cidadão, a par da criação crescente de condições «institucionalizadas» para a sua participação (Provedorias de todo o género, Código do Procedimento Administrativo revisto, livros de reclamações nos serviços públicos, gabinetes do utente e um sem fim de outros).

O cidadão tem cada vez mais condições para exercer a sua cidadania assim como também tem, cada vez mais, vontade de se refugiar no seu lar.

É para esta(s) cidade(s) que constatei, fazendo eco e partilhando de opiniões alheias, da existência de um déficite analítico por parte da sociologia urbana.

Esse déficite conduziu a que a temática urbana constituísse território para outras áreas do conhecimento da qual a sociologia urbana, por opção própria e porventura, por excesso de reflexão epistemológica em torno da definição do seu objecto de estudo, tem estado um pouco arredada.

²¹⁶ Quanto muito, muitos reconhecer-se-ão enquanto partilhantes de um mesmo espaço.

²¹⁷ Tome-se como exemplo o mercado das terças feiras, dia de S. Porco na gíria popular - encontro de vendedores e compradores de porcos, ovelhas e outro gado, que faziam do então café Arcada o «escritório» onde se «selavam os contratos» está praticamente extinto e substituído por uma moderna «bolsa pecuária».

²¹⁸ Mesmo perante a morte. Se era frequente até à pouco, a consulta ao placard camarário que na Praça do Giraldo anuncia os óbitos, hoje tal «consulta» só já é própria dos habitantes mais idosos e será hábito que se perderá. E é preciso que se entenda que essa consulta não era baseada, em regra, por curiosidade mórbida, mas sim com um cunho de preocupação e mágoa, sempre que se anunciava a «partida» de um filho da terra.

Tal como identifiquei, há tentativas de voltar a trazer para o campo teórico e metodológico da sociologia o debate sobre as questões urbanas e, de forma mais apropriada sobre as questões específicas das cidades.

Nas citações de Carlos Fortuna, a que procedi, fica claro que este autor partilha da ideia que a clássica sociologia urbana deveria dar lugar a uma nova sociologia das cidades.

Sendo certo que o objecto é encarado sob perspectivas diferenciadas em função das diversas formas de observação próprias a cada disciplina, não fará sentido, continuar a aceitar que a cidade é território exclusivo de uma delas.

A cidade e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes só terá a ganhar com a pluralidade de observações e com a perspectiva de conjunto que deve marcar as propostas que destas resultem.

Não há uma cidade para a arquitectura e outra para os urbanistas, para a engenharia e para o ambiente urbano, para a história e para a antropologia. Há uma cidade plural, que requer e justifica uma pluralidade de observações.

A dicotomia entre urbano e cidade, sendo que o primeiro corresponde a um processo cuja génese ocorre na cidade, não deve ser razão para se continuar a verificar o alheamento analítico da sociologia sobre os fenómenos que aqui ocorrem.

O fenómeno urbano transcende a cidade e na situação actual, marcada por uma crescente globalização, encontra-se em todo o local de residência humana. As novas tecnologias, principalmente as em uso para a difusão da comunicação, permitem uma rápida e quase instantânea difusão dos modos de agir e pensar que lhe estão associados. Esta é a razão pela qual, fazendo uso de entendimento próprio e partilhando de opiniões de outros, considero que o fenómeno urbano é transversal a várias disciplinas do conhecimento e não um campo específico e particular da sociologia.

A cidade e o urbano devem por isso ser desassociados e a primeira passar a merecer uma maior e particular atenção sociológica.

A cidade deve merecer a atenção específica de uma disciplina particular, não porque se constitua como objecto particular, mas pelo conjunto de particularidades que justificam a sua existência.

À identificação dessas particularidades já procedeu Carlos Fortuna e situou-as no que designou como o conjunto das relações sociais que ocorrem no espaço público das cidades.

As questões às quais procedi a uma certa elencagem, como sejam as que estão associadas aos direitos de cidadania, integrar-se-ão, assim partilho, no objecto da sociologia das cidades.

A crise do paradigma da modernidade e as críticas que o associam à situação actual de enclausuramento do «eu», são de molde a justificar que a sociologia das cidades dedique uma atenção especial à afirmação do sujeito, numa perspectiva mais integradora e não exclusiva.

A cidade, enquanto espaço e enquanto depositária de memória, é geradora de formas específicas de sociabilidade e de socialização. Nas suas ruas e praças, cafés, parques e jardins, espaços comerciais e lúdicos, cruzam-se e entrecruzam-se os mais diferenciados actores, desempenhando os mais diversificados papeis.

Continuando a tratar esses espaços públicos na mera perspectiva de «território», cuidando das suas vertentes estéticas, funcionais, de gestão e administração do território (acção por excelência para arquitectos, paisagistas e urbanistas) e descurando, ou não cuidando de os entender como «espaços» para a sociabilidade e socialização, estamos a contribuir para a edificação da «não cidade», a estimular o enclausuramento no lar e a fomentar as atitudes de «não pertença».

As novas rotundas - uma nova "praga urbana" como alguém referiu - permitem talvez uma analogia elucidativa sobre a questão dos «espaços» públicos na perspectiva que procuro traçar: são funcionais (o tráfego processa-se com maior fluidez), têm valor estético (algumas têm vistosas fontes cibernéticas) e inserem-se positivamente numa lógica de administração do território ao «rasgarem» acessos para novos espaços (residenciais ou de consumo - preferencialmente), mas são inacessíveis às pessoas - ninguém se «passeia» ou «passeia o cão» numa rotunda. Falei de analogia porque me parece que os espaços públicos das cidades estão a transformar-se em rotundas; são funcionais e têm valor estético, mas passamos por eles e não nos retemos.

E não nos retemos porque não foram «projectados» para esse fim e porque se estimula, a todos os níveis a não necessidade desse «parar, para falar».

Algumas experiências positivas, que últimamente se têm registado²¹⁹ nas formas de ocupação «social» dos espaços públicos das cidades, têm ocorrido quase em exclusivo nas áreas do consumo, seja este entendido na seu sentido mais lato - onde se incluem por exemplo, as esplanadas - ou em sentido mais restrito - como por exemplo as novas livrarias e ciber cafés.

²¹⁹ Estou, evidentemente a cingir-me ao observado no «objecto», ou seja, na cidade de Évora.

Esboçam-se também novas formas de associação e de participação - como por exemplo os blogs - em alguns dos quais se trava animada discussão sobre a «cidade», bem como um anunciado grupo de amigos da Biblioteca Pública e um Fórum²²⁰ através do qual se anuncia a intenção de discutir a cidade.

São alguns dos exemplos, a par de outros - como os provenientes de tímidas incursões pela “new politics” - do que se preconiza em termos da vivência «social» dos espaços públicos das cidades e que se deve constituir como campo importante para observação, interpretação e elaboração de propostas por parte da sociologia das cidades.

Um outro campo importante relaciona-se com o que genericamente se define como «Movimento Associativo²²¹». A acção das colectividades de cultura, desporto, recreio, de beneficiência e de solidadriedade social - onde hoje se processa uma outra forma de “enclausuramento”²²² - constitui-se como outra «frente» para a sociologia das cidades.

Assim como o referente à acção política, partidos e movimentos, formas de gestão e governação da cidade, sendo que esta última deve ser encarada numa perspectiva alargada, na qual pode ter lugar o «desenho» de novas formas de participação e de exercício pleno dos direitos de cidadania.

Os “campos” até agora referenciados como aqueles onde se pode inserir a atenção analítica da sociologia das cidades, devem ser vistos como mera contribuição para uma definição e portanto não excludores de temáticas como as que estão associadas às questões ecológicas, ao marketing e promoção da imagem das cidades, às políticas de planeamento estratégico e às preocupações com o seu desenvolvimento numa lógica sustentável.

A estas últimas, nomeadamente as que dizem respeito a marketing, promoção e desenvolvimento sustentável (onde, para o caso de Évora, as associadas à política de promoção turística, assumem relevo) devem estar associadas preocupações de complementariedade territorial, que abandonem de vez a lógica competitiva que tem norteado até hoje a acção.

²²⁰ Recentemente anunciado na imprensa.

²²¹ Expressão que uso só para efeitos descritivos e por mera economia discursiva, na medida em que, face ao observado e tendo em conta várias considerações que já emiti ao longo deste Relatório, considero que não existe nenhum «Movimento», ou a existir é muito débil.

²²² Pelas razões descritas e que se consubstanciam numa atrofiante “institucionalização” das suas formas de organização.

A salvaguarda da identidade das cidades - processo que não se recusa²²³ - não passa necessariamente pela continuação de uma lógica de competitividade entre si e entre o “espaço” que as envolve. Se faz sentido o uso de certos “ícones” identitários, como sejam os que as procuram projectar em determinados domínios, como por exemplo, “cidade museu”, “cidade patrimonial”, “cidade dos estudantes”, “capital” dos mais diversos atributos e mais recentemente, “cidades do conhecimento”, já não faz sentido que esse uso seja centrado numa lógica de aguerrida competitividade, quase “aniquiladora” dos restantes competidores - cidades vizinhas e o espaço envolvente.

O desenvolvimento sustentável das cidades, nestes tempos “globalizados, passa pela necessidade de uma lógica de complementariedade e de cooperação. Tome-se como exemplo o fenómeno turístico²²⁴. A complementariedade defendida, e para o caso específico da promoção turística, poderia passar pela promoção “integrada” do território, no qual Évora assume posição “charneira”. Nessa visão integrada para a promoção faria sentido fazer constar o “campo” como espaço para o turismo de natureza e para determinados acessos a produtos artesanais, realçar outros valores patrimoniais de localidades “vizinhas” como por exemplo: Monsaraz; Évoramonte; Arraiolos, assim como a proximidade do “grande lago” - a Barragem de Alqueva.

A intervenção autárquica numa lógica de complementariedade poderia ser também positiva em áreas como o ambiente e as políticas de preservação ambiental, na actividade cultural e desportiva, na gestão e administração do território. É verdade que existe o discurso e que muitas destas questões são remetidas para o âmbito de intervenção das Associações de Municípios, mas a dúvida que ressalta é se a acção destas estruturas não estará mais orientada numa lógica de federação de municípios do que numa lógica de associação e cooperação intermunicipal?

Em suma, e reforçando que para o efeito estou a partilhar de ideia alheia, defendo que a nova sociologia das cidades deve ser marcada por uma perspectiva propositiva e que, como resultado da sua observação e das suas potencialidades analíticas, devem resultar propostas que possam permitir aos homens e às mulheres, desfrutarem de uma melhor cidade (FORTUNA, 2002), uma cidade mais inclusiva

²²³ Pelo contrário, deve ser valorizado.

²²⁴ Aposta recorrente de toda e qualquer “administração” de Évora - a valorização do seu “estatuto” patrimonial, se para um período recente marcado pelo “boom” mediático da classificação pela UNESCO, foi estratégia de que resultaram efeitos positivos, parece ser hoje evidente que se está perante uma situação de perda de dinâmica. O fluxo turístico diminuiu, a taxa de permanência na cidade é reduzida

sem excluir, mais solidária, mais ecológica, estimuladora da participação, mais justa, um espaço de melhores oportunidades e mais repartidora de benefícios.

Uma cidade em que cada um possa afirmar o seu «eu» e construir uma situação de maior e melhor repartição dos benefícios pelo «nós».

Tal como Carlos Fortuna afirma, a defesa desta perspectiva tem implícita a ideia prévia de aceitação da crítica de que, o que se propõe, possa ser catalogado como de ideológico (o que é injusto) ou mesmo como «utópico».

Permitam então que de novo possa existir um lugar para a utopia.

Elites, teoria clássica e novas perspectivas.

A sua inevitabilidade ou a inevitabilidade da sua extinção.

Em torno da questão das elites, acentuo a ideia que a análise efectiva aos seus papéis e formas de acção só é possível se esta se processar fora do âmbito formatado que é estabelecido pela teoria das elites de Mosca e Pareto.

Uma outra vertente seguida, foi a de não conduzir a análise para o campo emaranhado das diversas análises às elites e ao elitismo, as quais, quase todas, são associadas às problemáticas do poder e procedem à distinção e separação em dois polos distintos: massa e elite.

Procurei ainda evitar percorrer os caminhos teóricos que contêm em si posicionamentos radicalizados, nomeadamente os que opõem democracia e elites, os que preconizam uma determinada “predestinação natural” para a “ascensão” à elite, os que entendem não haver lugar para uma análise às elites porque a divisão social se processa por classes e não entre elites e não elites, os que afirmam não haver lugar para elites num processo de afirmação do sujeito.

A projecção histórica que a delimitação do intervalo me permitiu, determinou a perspectiva; ou seja, tendo constatado as diferenças nas composições dos «grupos» de homens que nos diversos momentos observados, exerciam ou influenciavam o poder ou se constituíam como elementos de referência, levou a que rejeitasse toda e qualquer construção teórica «estanque».

Julgo que a não ter seguido esta postura, não teria conseguido compreender cabalmente os processos que conduziram a profundas transformações sociais e culturais que ocorreram.

Colocadas as coisas assim, será legítima a interrogação: então porquê a análise sobre uma perspectiva das elites? Por um lado, porque - com a perspectiva com que operacionalizei o conceito - considero que em torno delas se processam os mais

dinâmicos movimentos que expressam o conflito presente na sociedade, por outro, porque o próprio processo que conduz à sua formação (transformação e extinção) é em si mesmo, um estimulante desafio à curiosidade sociológica.

Na perspectiva de estruturar o discurso, procedi à delimitação de dois campos distintos (e antagónicos) onde as situei e nos quais expressam formas diferentes de acção: as elites de situação e as elites de acção. Esta delimitação permitiu evitar a dispersão que resultaria de uma eventual adopção das tipologias frequentemente utilizadas, como sejam as que ocorrem tendo por base os campos político, económico, cultural e outros.

Descrito e analisado o processo, identificado quem a cada momento integrava as elites, verificadas as alterações nas suas composições, inventariados os factos que conduziram às mudanças, enquadradas estas - as elites - nos dois campos já identificados, ressalta de novo a dúvida - metodológica - sobre composições e papeis das elites na actualidade; ou seja: quem são e como intervêm na sociedade as elites neste principio de novo século? Haverá lugar para a existência de grupos que falam e agem em nome dos indivíduos, numa sociedade que se pretende seja dominada por paradigmas, que fazem da «construção do sujeito» um dos seus valores principais?

Não posso deixar de relacionar as elites em que concentrei a atenção com as elites racionalizadoras de que fala Touraine. Foi da acção destas elites racionalizadoras que resultou a situação actual caracterizada por *"uma instrumentalidade tornada acção estratégica, o refúgio na vida privada e a globalização ecologista dos problemas"* (TOURAINÉ;1994:224).

A instrumentalidade tornada acção estratégica, expressa-se na crescente «institucionalização» da vida social através da qual se estabelecem e se asseguram muitos (quase todos) dos «compromissos» de solidariedade. O apoio na velhice, às crianças e aos desprotegidos é agora prestado por associações que funcionam sob uma lógica empresarial. O número de associações e a panóplia de áreas de actuação que referenciei, são a significação evidente da crescente normatividade.

A participação política subordina-se em grande medida à lógica dos interesses de determinados grupos e perdeu a áurea de acção colectiva inicial - as utopias estão *démodé*. O funcionamento dos partidos e a lógica da acção destes é, não a organização de formas de agir e pensar comuns, mas sim, de forma geral, uma contribuição para procurar atenuar o conflito e assegurar uma determinada forma "institucionalizada" e "normalizada" de expressar pontuais ideias diferenciadas. Mesmo a questão da representatividade - sacro valor da instituição política do Estado

democrático - é não mais do que a projecção (e até mesmo esta deturpada) dessa normatividade.

Quando se verifica que uma determinada expressão política, quantificada nas opções de voto dos cidadãos, é traduzida numa adulterada representatividade institucional, como os casos resultantes da aplicação do denominado método de Hondt e de forma mais significativa como consequência das legislações eleitorais, como se verifica nas regiões Autónomas da Madeira e dos Açores²²⁵, então estamos na presença de uma situação em que, a manterem-se práticas, quadros teóricos e paradigmas, se reforçam antagonismos entre campos, altamente conflituais e susceptíveis de entrar em colisão violenta num curto prazo e que são constituídos, um deles, pelos incluídos e «institucionalizados» e outro, pelos excluídos: pobres, indigentes, emigrantes, desempregados, trabalhadores «temporários», quadros e profissionais ultrapassados pela voragem do desenvolvimento tecnológico e científico, e as vítimas diversas das diversas deslocalizações.

Do homem construído pela modernidade, excluem-se muitos homens.

Nos sindicatos a normatividade traduz-se na perpetuação de quadros dirigentes e direcções, na adopção de modelos de acção interna moldados na sociedade e com as suas características institucionalizadoras, no não cultivo e até mesmo na recusa do direito à participação e na ritualização dos processos de eleições internas. Diz-nos Boaventura de Sousa Santos: *“O Sindicalismo já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento”* (SANTOS;1998:57).

A vida nas colectividades - as mesmas colectividades que eram espaços por excelência para a acção das elites de acção no decorrer de toda a década de sessenta - são hoje espaços (com as excepções que aduzi) onde não se notam as diferenças face ao quadro geral²²⁶.

Nesses quadros (político, sindical, associativo), assim como em outros, mesmo nas situações descritas, a mulher continua a estar arredada. Os seus "espaços", apesar de todas as transformações sociais e culturais ocorridas ao longo deste período, ainda estão muito confinados ao lar e aos «espaços femininos» convencionais.

As elites eram e são - mesmo se em crise - no essencial, masculinas.

A escola, que em determinada fase do processo se constitui como um factor para a mobilidade, parece estar hoje em crise e intervém cada vez mais como factor de replicação social e menos como meio para atenuação de assimetrias e garante de

²²⁵ Em que à expressão numérica dos votos corresponde uma diferente e desproporcionada representação dos mandatos.

mobilidades. Sobre o papel da Escola cito Eduardo Esperança, de um seu artigo a propósito de Bourdieu: *“Como se viu, a Escola é o seu primeiro alvo. As sociedades do Antigo Regime transmitiam herança por um título, um estatuto. A sociedade burguesa transmitia um capital, uma herança material. A República em nome da igualdade de todos, restabeleceu insidiosamente uma nova barreira de classe: a da cultura, transmitida pelo diploma”* (ESPERANÇA;2002:8).

Interrogo-me se não estaremos perante um claro retrocesso social na medida em que a mobilidade parece estar a ocorrer em sentido inverso. O descrédito sobre a Escola conduz à recusa para a sua frequência e ao seu abandono prematuro por parte de muitos jovens.

É neste quadro geral, em que a característica principal é a negação generalizada à preocupação com as questões públicas, que as elites que antes eram de acção, hoje se transmutam em elites de situação e que se alguma forma de intervenção colectiva têm, esta se consubstancia na tentativa de evitar que se "desestruture" a sua "estruturada" sociedade.

Procedendo à comparação com a situação no início do período observado, concluo que ela é similar no que diz respeito à correlação dos pesos da distribuição entre os dois campos, ou seja, tal como o eram em 1960, são hoje maioritárias as elites de situação, sendo que diferente é o número dos que as integram. Hoje compõem-nas um muito maior número de indivíduos e há também uma maior heterogeneidade social na sua composição.

No entanto, e de forma similar ao que se esboçava na fase inicial do período de observação, está em gestação e são já observáveis alguns traços, que permitem antever que se possa estar numa fase de reconstituição das elites de acção.

São disso indício as emergentes novas formas de intervenção no quadro denominado por «new politics». Assim como novas expressões de intervenção nas colectividades e na produção cultural. São jovens, no essencial, aqueles que dão corpo a estas novas formas de intervenção social.

Poderão ser estes os subscritores do novo contrato social preconizado por Boaventura Sousa Santos, *“... um contrato muito mais inclusivo porque deve abranger não apenas o homem e os grupos sociais, mas também a natureza”* (SANTOS;1998:46) e também poderão ser o embrião de uma nova concepção e de novas práticas das elites.

²²⁶ Vê-se a «bola» e as peripécias das «celebridades da quinta», bebe-se um café e joga-se um snoker e «empurra-se» o «outro» para a direcção, porque «a mim já me calhou e chegou».

Indicia-se que, mesmo no contexto das sociedades mais globalizadas, ou glocalizadas como se contrapõe hoje, haverá lugar ainda para a existência de elites e que estas podem continuar a situar-se no quadro delimitado pelos dois campos (acção e situação).

Se elites não são antagónicas com democracia, também parecem não o ser com a necessária «construção do sujeito» e os reforços da plena individualidade e da participação cidadã.

As elites serão - voltando à concepção semântica inicial - o conjunto daqueles que mais rapidamente adquirem a consciência da necessidade de intervenção no plano colectivo, de forma a alterar o estado das coisas e a forma como a sociedade o gere (as de acção) e o conjunto dos que entendem que as coisas «estão bem assim» e quanto muito só será necessário proceder a pontuais correcções²²⁷ e estas serão as elites de situação.

Tudo indica pois que, neste início de novo milénio “não há uma morte das elites”, mas sim uma situação de crise com expressões nas suas composições, na correlação das suas distribuições pelos campos «acção» e «situação» e nos papeis desempenhados.

As elites - que hoje são maioritariamente de «situação» - comportam-se quase exclusivamente como elementos de “referência”²²⁸ muito mais do que no exercício do poder (ou contrapoder) e no exercício de influência sobre este. E essa referência tem expressão maior nos padrões de consumo²²⁹.

A casa e o carro são os «adornos» mais emblemáticos desses padrões²³⁰. A decisão dos indivíduos não é mais tomada em função da necessidade objectiva, mas sim em função da necessidade refletida pelo impacto que pode provocar «junto dos seus semelhantes».

Para além das “referências” que projectam o seu comportamento, que sendo de «situação» mais não visa do que manter o estado actual das coisas, tem significado nas próprias atitudes e escolhas políticas das «massas». Para o voto e até para a devoção, assim como na acção cívica, comportam-se de igual maneira.

²²⁷ Por exemplo dar cumprimento a alguns dos pressupostos da modernidade que ainda não foram atingidos.

²²⁸ Daí os estudos de reputação a que alude Giovanni Busino – método reputacional de Floyd Hunter (BUSINO, sd)

²²⁹ Creio ser interessante cruzar estes padrões projectados para a sociedade, com os comportamentos desviantes e de marginalidade de alguns grupos, assim como para comportamentos de crescente endividamento de milhares de famílias.

²³⁰ Para os mais jovens, a par do carro, serão as roupas de marca e acessórios diversos, no qual o telemóvel topo de gama ganha notoriedade.

Mas estas atitudes não são mais do que o reflexo da situação geral. As elites e os papéis que desempenham não são a causa mas sim a consequência. As elites são a expressão mais visível²³¹ do conjunto das relações sociais mas não é na sua acção que devemos procurar a causa das «coisas». A crise e o apogeu das elites corresponde a momentos de menor ou maior dinâmica social.

Esta “crise”²³² actual nas elites - semelhante à existente no início do período observado - pode constituir razão para que alguns falem do seu declínio irreversível, o que a acontecer será um dado positivo para que o “indivíduo” assuma finalmente toda a dimensão da sua cidadania e que não “precise mais” de quem fale e actue por ele.

Não creio que com a crise e eventual “fim” das elites possa ocorrer esse desejado processo. Temo mais que essa crise possa constituir-se como elemento potenciador de crises sociais de grandes dimensões²³³ e como factor de um ainda maior afastamento do “indivíduo” da participação cívica e do pleno exercício dos seus direitos de cidadão.

No primeiro momento da observação, mais apropriadamente naquele que defini como primeiro patamar (1960-1965), as elites (maioritariamente de «situação») agiam num contexto de profundo distanciamento do cidadão face à «coisa pública», não faz sequer sentido – nesse contexto – falar de cidadania, tal era o quadro geral de recusa e negação dos direitos que se lhe associam. No segundo patamar (1965-1974), observo uma maior participação (apesar de reprimida) e tal facto conduz a uma maior afirmação do sujeito e esta corresponde a uma determinada projecção de um conceito de cidadania mais participada.

No segundo momento, principalmente o período que coincide com um processo de profundas transformações sociais, culturais e políticas (como consequência da revolução), assiste-se a um significativo crescimento das elites (principalmente as de «acção») e a uma consequente maior participação dos indivíduos e inegavelmente a uma afirmação do sujeito.

No momento presente (parte final da observação) e reafirmando que corresponde a um retorno e a uma situação de crise (pelo desequilíbrio da distribuição pelos dois campos e pela perda de referências e de valores colectivos) o que se constata é que

²³¹ Se fôr permitida uma analogia cinéfila, direi que serão actores principais e até secundários, mas não podem ser considerados como guionistas, realizadores, produtores...

²³² Crise, pelo desequilíbrio nos campos e pela perda de elementos valorativos da acção.

²³³ Os acontecimentos recentes de profunda instabilidade social verificados na Argentina podem constituir-se como alerta para esse perigo.

também os direitos de cidadania e de afirmação do sujeito, ao invés de se reforçarem, perdem, isso sim, protagonismo e dinâmica (institucionalizando-se).

Não é pois aceitável a ideia que o reforço do papel do indivíduo e a sua afirmação no contexto colectivo só pode ocorrer quando já não faça sentido a existência de elites. É óbvio que num quadro teórico «puro» não faz sentido que uns (uma parte) assumam o papel que deve ser de todos. Mas no presente e para um futuro mais ou menos próximo (perdoe-se-nos a profecia²³⁴) não se configura que o reforço da acção e papel do indivíduo conflitue com a existência e acção dos papéis das elites.

Reforço que tal entendimento não tem subjacente a ideia de que é em torno destas, que poderemos encontrar a causa para a dinâmica e para as transformações. Reafirmo que as elites se limitam a espelhar um processo mais geral e complexo.

A defesa da inevitabilidade das elites que está subjacente a estas considerações, não deve ser entendida como a justificação para a existência de desigualdades entre os cidadãos face à «coisa pública», mas antes como a “natural” constatação de que, nesta fase, superar a crise que as elites atravessam - reforçando o campo «acção» e a carga valorativa dos seus papéis - pode constituir-se como forma de reforçar o papel do indivíduo e de afirmação do sujeito.

As elites não são o espaço para os “naturalmente” dotados, mas são o campo dos que, por razões diversas²³⁵, ganharam mais rapidamente consciência da importância da sua intervenção social.

As elites constituem-se pois - as de «situação» e de «acção» - pelo conjunto dos que saíram do campo da consciência possível e tomaram conta da consciência necessária.

Às elites não se precisa de colocar mais um antagonismo. Elas podem ser um contributo num processo - realço, num processo - que aproxime o cidadão, reforce a individualidade e leve à sua afirmação.

Sou de opinião que, quando se insiste nesse antagonismo e se defende a necessidade do “fim” das elites, as razões serão mais de ordem ideológica - ou a expressão de um desejo - do que propriamente de ordem sociológica.

Nota final

Tendo definido como objectivos a atingir:

²³⁴ Em tudo contrária ao papel e “obrigações” da sociologia.

²³⁵ Que não as «naturais».

Descrever e analisar o percurso dos processos e implicações do crescimento urbano;

Descrever, analisar e verificar das diferenças nas composições e formas de agir das elites, no decorrer do período correspondente à dimensão temporal do objecto;

Concentrar, associar e interligar esse fenómeno, com a análise ao grau de cumprimento dos principais pressupostos do paradigma da modernidade;

coloca-se agora a necessidade de, em forma de balanço e de modo autocrítico, verificar em que medida os mesmos foram atingidos.

Julgo que em certa medida se verifica um cumprimento dos objectivos propostos, embora em algumas áreas os dados recolhidos e a reflexão possam ter sido insuficientes.

Se há sempre, no final de cada pesquisa, a expressão de algum descontentamento, uma sensação de insuficiência e a auto censura por escolhas de determinados percursos que hoje não seriam feitos e porque não é agora o caso para excepções, então, de forma autocrítica digo, que hoje procuraria delimitar com maior precisão o objecto e evitaria a grande dispersão que originou a impossibilidade de alguns aprofundamentos.

Destaco - porventura também numa perspectiva de produzir sugestão - que julgo merecedores de aprofundamento os temas associados à governação das cidades, não só os exclusivos à governação política, mas também os que se inter-relacionam com a participação dos cidadãos - onde faria sentido aprofundar as temáticas emergentes dos orçamentos participativos, os referendos locais, o planeamento estratégico e as acções com vista a um desenvolvimento sustentável, os relacionados com as políticas de marketing e de promoção das cidades – onde os processos de destradicionalização de que fala Fortuna teriam lugar - e as lógicas de competitividade ou de cooperação territorial.

Faria também sentido aprofundar os processos conducentes às tomadas de consciência inerentes à formação e transformação das composições e papéis das elites.

Apesar destas insuficiências, sou de opinião que a triangulação em torno de cidade, elites e modernidade, proporcionou uma abordagem - se bem que generalista - que pode permitir ou constituir-se como contributo, a par de outros que identifiquei - para que a sociologia²³⁶ reocupe o seu lugar no debate sobre as cidades.

²³⁶ Se aceite este simples e desprezioso contributo.

APÊNDICES

Apêndice A (pag.(s) 1 a 17
Apêndice B (Pag.(s) 1 a 14

Nota sobre os Apêndices

Optei por organizar a informação que remeto para Apêndices por dois blocos distintos : Dados de natureza estatística – e dentro destes também há uma sequenciação temática e não cronológica- e os dados principais extraídos das entrevistas a que procedi – sendo que aqui reproduzo sínteses delas, pelas razões a que já aludi no corpo do relatório. Nem toda a informação que remeto para Apêndices foi objecto de referencia directa quando da análise, o que poderá levantar a questão da sua utilidade. Fui de opinião que da sua leitura integral resultou a fundamentação para a perspectiva com que abordei o objecto e por outro lado, a sua sintetização e alguns dos tratamentos de dados a que procedi, pode constituir-se de utilidade para quem queira proceder a análises sobre a cidade de Évora, na segunda metade do século passado.

Índice do Apêndice A

Previsão das cidades com mais de 8 milhões de habitantes	Quadro 1	Pag. 01
Cidades em Portugal – Quadro comparativo	Quadro 2	Pag.02
População residente (1960) por Distritos Totais e comparação (absoluta e %) com a população em meio rural	Quadro 3	Pag. 05
Evolução da população residente entre 1864 e 1960 - Centro Urbano de Évora	Quadro 4	Pag. 06
Gráfico com a evolução da população residente entre 1864 e 2001 - Centro Urbano de Évora	Gráfico 1	Pag. 06
População residente na cidade (1958-2001), conjunto das Freguesias Urbanas e proporção estabelecida	Quadro 5	Pag. 07
População residente – Cidade de Évora (1960) - Distribuição por Freguesias	Quadro 6	Pag. 09
População residente por grupos etários - Cidade de Évora 1960	Quadro 7	Pag. 09
Alguns indicadores sobre a cidade de Évora - As habilitações académicas em 1960	Quadro 8	Pag. 10
Distribuição por níveis dos que em 1960 detinham um qualquer ensino ou curso Centro Urbano de Évora	Quadro 9	Pag. 10
Áreas de formação dos detentores de um curso superior - Centro urbano de Évora - 1960	Quadro 10	Pag. 10
População residente segundo a condição económica e o sexo Centro Urbano de Évora 1960	Quadro 11	Pag.11
Cidade de Évora -População residente - 2001	Quadro 12	Pag.12
Cidade de Évora – 2001 – População residente – Por grupos etários	Quadro 13	Pag. 12
Cidade de Évora – Habilitações académicas da população residente (2001)	Quadro 14	Pag. 13
Cidade de Évora – População residente empregada (2001)	Quadro 15	Pag. 13
Cidade de Évora – Trabalhadores por conta de outrém (2001)	Quadro 16	Pag. 14
Cidade de Évora – condições perante o trabalho (2001)	Quadro 17	Pag. 14
Cálculo da população residente – Cidade de Évora 1969	Quadro 18	Pag. 15
População residente, com 21 anos ou mais e população recenseada para os actos eleitorais (1969)	Quadro 19	Pag. 15
Recenseamento Eleitoral (1969)	Quadro 20	Pag. 16
Recenseamento 1969 (Chefes de família)	Quadro 21	Pag. 17
Recenseamento eleitoral – Freguesias Urbanas (a 31/12/04)	Quadro 22	Pag. 17

QUADRO 1
(Previsão de cidades com mais de 8 milhões de habitantes em 2015)

Cidade	País	Previsão n.º habitantes (milhões)
Istambul	Turquia	12,4
Paris	França	9,7
Moscovo	Rússia	8
São Paulo	Brasil	20,3
Rio de Janeiro	Brasil	11,9
México	México	19,2
Nova Iorque	EUA	17,6
Los Angeles	EUA	14,2
Buenos Aires	Argentina	13,9
Lima	Perú	9,4
Bogotá	Colômbia	8,4
Lagos	Nigéria	24,6
Cairo	Egipto	14,4
Kinshasa	RD Congo	9,4
Bombay	Índia	26,3
Calcuta	Índia	17,3
Delhi	Índia	16,9
Hyderabad	Índia	10,5
Madras	Índia	9,1
Bangalore	Índia	8
Dhaka	Japão	28,9
Osaka	Japão	10,6
Shanghai	China	18
Beijing	China	15,6
Tianjin	China	13,5
Hangzhou	China	11,4
Changchun	China	8,9
Harbin	China	8,1
Manila	Filipinas	14,7
Jakarta	Indonésia	13,9
Bangkok	Tailândia	9,8

Fonte: (GIDDENS;2004:588;Figura 18.2)

Obs. No conjunto das 31 cidades em que se prevê que o número dos seus habitantes seja superior a 8 milhões em 2015, 3 situam-se no Continente Europeu, 6 na América Central e do Sul, 2 na América do Norte, 3 em África e as restantes (17) no Continente Asiático.

A confirmarem-se as previsões a cidade mais populosa do mundo será a japonesa Dhaka.

A China (6) e a Índia (6) são os países que comportam o maior número destas mega cidades.

QUADRO 2

Cidades em Portugal- Quadro comparativo – 1960-2002

Em 1960* e de acordo com o que já fiz alusão no corpo do relatório, os dados são referentes aos centros urbanos. Cidades que não fossem capitais de distrito e que tivessem menos de 10 mil habitantes não foram consideradas como englobadas no conceito, assim como foram incluídos aglomerados com esse número de habitantes e que não tinham "estatuto de cidade".

Cidade*	Pop. 1960	Lugar no ranking	Pop. 2002	Lugar no ranking	Crescimento %
Lisboa	802230	1	564657	1	-29,6
Porto	303424	2	263131	2	-13,3
Coimbra	46313	3	101108	7	118,3
Vila Nova de Gaia	45739	4	178255	3	289,7
Setúbal	44435	5	89306	9	101,0
Funchal	43301	6	100527	8	132,2
Braga	40977	7	109460	5	167,1
Matosinhos	37964	8	45703	18	20,4
Amadora	36331	9	175872	4	384,1
Almada	30688	10	101501	6	230,8
Barreiro	30399	11	40858	23	34,4
Évora	24144	12	41164	22	70,5
Guimarães	23229	13	52182	13	124,6
Covilhã	23091	14	35089	28	52,0
Ponta Delgada	22316	15	46101	17	108,6
Moscavide	22065	16			100,0
Faro	18909	17	41934	21	121,8
Montijo	17751	18	25719	37	44,9
Povoa de Varzim	17696	19	38642	24	118,4
Viseu	16961	20	47261	16	178,6
Santarém	16449	21	28760	31	74,8
Olhão	16017	22	24880	41	55,3
Aveiro	16011	23	55305	12	245,4
Cova da Piedade	15720	24			100,0
Beja	15702	25	21658	46	37,9
Castelo Branco	14838	26	30537	30	105,8
Queluz	14703	27	78033	11	430,7
Algés	14517	28			100,0
Viana do Castelo	14371	29	36148	26	151,5
Espinho	13503	30	21589	47	59,9
Angra do Heroísmo	13502	31	10221	90	24,3
Chaves	13156	32	17535	55	33,3
Vila do Conde	12771	33	25731	36	101,5
Baixa da Banheira	12525	34			100,0
Portimão	12129	35	32948	29	171,6
São João da Madeira	11921	36	21102	48	77,0
Elvas	11742	37	15115	65	28,7
Peniche	11357	38	15595	62	37,3
Gondomar	11182	39	25717	38	130,0
Portalegre	11017	40	15238	64	38,3

Cidade*	Pop. 1960	Lugar no ranking	Pop. 2002	Lugar no ranking	Crescimento %
Cascais	10861	41			-100,0
Valbom	10856	42			-100,0
Figueira da Foz	10855	43	27742	34	155,6
Ermesinde	10827	44	38270	25	253,5
Caldas da Rainha	10635	45	25314	40	138,0
Vila Real	10263	46	24481	43	138,5
Guarda	9094	47	26052	35	186,5
Bragança	8075	48	20310	50	151,5
Leiria	7477	49	42747	20	471,7
Horta	7109	50	4459	125	-37,3
Aqualva-Cacém			81843	10	
Odivelas			50845	14	
Rio Tinto			47695	15	
Amora			44515	19	
Mala			35625	27	
Alverca do Ribatejo			28356	32	
Vila Nova de Famalicão			27900	33	
Seixal			25609	39	
St.º Tirso			24649	42	
Povoia de Stª Iria			24277	44	
S. Mamede de Infesta			23452	45	
Barcelos			20625	49	
Entroncamento			18035	51	
Valongo			17978	52	
Abrantes			17830	53	
Sacavém			17659	54	
Ovar			16849	56	
Vila Franca de Xira			16554	57	
Torres Vedras			16461	58	
Trofa			16196	59	
Loures			15967	60	
Tomar			15674	61	
Felgueiras			15525	63	
Lagos			14675	66	
Águeda			14504	67	
Fafe			14144	68	
Albufeira			13646	69	
Câmara de Lobos			13625	70	
Ílhavo			13266	71	
Vizela			12698	72	
Paredes			12655	73	
Stª Comba Dão			12473	74	
Gafanha da Nazaré			12321	75	
Quarteira			12290	76	
Torres Novas			12156	77	
Loulé			12103	78	
Oliveira de Azeméis			12047	79	
Sines			11788	80	

Cidade*	Pop. 1960	Lugar no ranking	Pop. 2002	Lugar no ranking	Crescimento %
Amarante			11681	81	
Ribeira Grande			11129	82	
Stª Maria da Feira			11040	83	
Esmoriz			11020	84	
Machico			10894	85	
Mirandela			10703	86	
Tavira			10607	87	
Almeirim			10520	88	
V. Real de Santo António			10489	89	
Pombal			10031	91	
Cartaxo			9507	92	
Vendas Novas			9485	93	
Peso da Régua			9353	94	
Penafiel			9343	95	
Lourosa			9204	96	
Esposende			9198	97	
Marinha Grande			9130	98	
Marco de Canaveses			9042	99	
Lamego			8848	100	
Tondela			8772	101	
Fiães			8754	102	
Moura			8459	103	
Fundão			8369	104	
Montemor-o-Novo			8298	105	
Paços de Ferreira			8188	106	
Fátima			7756	107	
Estremoz			7682	108	
Vale de Cambra			7565	109	
Freamunde			7452	110	
Rio Maior			7412	111	
Ponte de Sor			7331	112	
Macedo de Cavaleiros			6844	113	
Mangualde			6695	114	
Alcácer do Sal			6602	115	
Alcobaça			6232	116	
Silves			5869	117	
Seia			5702	118	
Stª Cruz			5673	119	
Santiago do Cacém			5240	120	
Oliveira do Hospital			5222	121	
Cantanhede			5004	122	
Ourém			4991	123	
Lagoa			4806	124	
Vila Baleeira			4252	126	
Lixa			4233	127	
Gouveia			3759	128	
Valpaços			3751	129	

Cidade*	Pop. 1960	Lugar no ranking	Pop. 2002	Lugar no ranking	Crescimento %
V. Nova de Foz Câ			2823	130	
Pinhel			2578	131	
Praia da Vitória			2315	132	
Miranda do Douro			1960	133	
Santana			1336	134	
	2017148		3981616		97,4

Fonte: INE (Recenseamento Geral da População -1960); As cidades em números CD RM (2004)

Obs. Na coluna do crescimento populacional assinalam-se crescimentos negativos (preenchimento a cinza escuro), crescimentos inferiores ao valor médio nacional (valores a negrito) e crescimentos superiores à média nacional (preenchimento a cinza claro).

QUADRO 3

População Residente (1960) por Distritos Totais e comparação (absoluta e %) com a população residente em meio rural

Distritos	População Total	População em meio Rural	% população em meio rural
Aveiro	524592	483157	92,1
Beja	276895	261193	94,3
Braga	596768	532562	89,2
Bragança	233441	225366	96,5
Castelo Branco	316536	278607	88,0
Coimbra	433656	376488	86,8
Évora	219916	195772	89,0
Faro	314841	267786	85,1
Guarda	282606	273512	96,8
Leiria	404500	375031	92,7
Lisboa	1382959	482252	34,9
Portalegre	188482	166723	88,5
Porto	1193368	743179	62,3
Santarem	461707	445258	96,4
Setubal	377186	225668	59,8
Viana do Castelo	277748	263377	94,8
Vila Real	325358	301939	92,8
Viseu	482416	465455	96,5
Angra do Heroísmo	96174	82672	86,0
Horta	49382	42273	85,6
Ponta Delgada	181924	159608	87,7
Funchal	268937	225636	83,9
Totais Nacionais	8889392	6873514	77,3

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (1960)

QUADRO 4

Evolução da População Residente entre 1864 e 1960 Centro Urbano de Évora

	a1864	a1878	a1890	a1900	a1911	a1920	a1930	a1940	a1950	a1960
Stº Antão	2628	2838	3423	3579	3731	3599	4278	4570	4404	3904
S.Mamede	2474	2607	3142	3327	3961	2009	4611	4609	6081	5094
S.Pedro	1655	2359	2739	2467	2673	2709	3403	3557	3144	2584
Sé	4316	5431	6228	6631	7542	7816	10154	13680	17614	22563
Centro Urbano	11073	13235	15532	16004	17907	16133	22446	26416	31243	34145
Concelho	19708	23063	26177	25563	29880	28127	35903	42683	47387	50095
Tx. Urbanização	56,2	57,4	59,3	62,6	59,9	57,4	62,5	61,9	65,9	68,2
Densidade	15,1	17,6	19,2	19,5	22,8	21,5	27,4	32,6	36,2	38,3

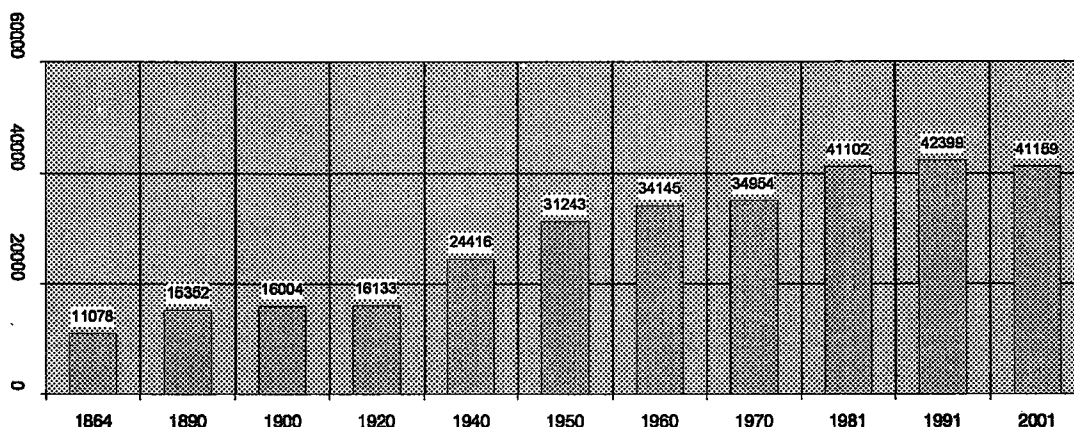
Fonte: ALBERGARIA (1999)

Obs. Os dados referentes ao período compreendido entre 1864 e 1960, têm como fonte o autor referido, cuja obra será devidamente referenciada na Bibliografia. O Autor tomou como critério considerar como população da cidade o conjunto da população das suas freguesias urbanas.

Obs. Neste quadro estão bem patentes as diferenças de peso populacional do centro urbano que resultam da aplicação de critérios diferenciados. A população que o INE refere para o Centro Urbano de Évora é em 1960 de 24144 (número que aceitei o com o qual trabalhei no relatório). Este autor decidiu trabalhar o conceito de população do centro urbano como o resultante da soma de toda a população das freguesias urbanas.

GRÁFICO 1

Gráfico com a evolução da População Residente entre 1864 e 2001 no Centro Urbano de Évora



Fonte: ALBERGARIA (1999) ; INE(2004)

Obs. Os dados referentes ao período compreendido entre 1864 e 1991, têm como fonte o autor referido, cuja obra será devidamente referenciada na Bibliografia. O Autor tomou como critério considerar como população da cidade o conjunto da população das suas freguesias urbanas. Os dados de 2001 têm como fonte, edição do INE que merecerá também devida referencia na Bibliografia

Obs. São de novo expressivas as questões resultantes da adopção diferenciada de critérios e da operacionalização de conceitos. A diminuição da dimensão populacional que o gráfico expressa como ocorrida entre 1991 e 2001 é uma sua consequência e não tanto um dado real. Há também que ter em consideração e de certa forma relaciona-se, o facto de terem ocorrido entre 1981 e 2001, alterações administrativas ao nível da composição da Freguesia da Sé, que ao ser dividida, deu lugar a novas Freguesias, como por exemplo a Freguesia dos Canaviais, cuja população, hoje não entra para o cômputo da população da cidade.

QUADRO 5
População residente na Cidade, conjunto das Freguesias Urbanas e proporção estabelecida

Ano	Cidade (a)	Total Freguesias urbanas (b)	Proporção (c)	Recenseamentos(d)	Desvio entre Cálculo e Recenseamento (e)
1958	sd	33699	g)		
1959	sd	33921	h)		
1960	24144	34145	0,71	34145	0
1961	24460	34369	0,71		
1962	24780	34594	0,72		
1963	25105	34820	0,72		
1964	25434	35049	0,73		
1965	25767	35278	0,73		
1966	26104	35509	0,74		
1967	26446	35742	0,74		
1968	26792	35976	0,74		
1969	27143	36212	0,75	(f)34872	1340
1970	27499	36449	0,75	34954	1495
1971	27859	36688	0,76		
1972	28223	36928	0,76		
1973	28593	37170	0,77		
1974	28967	37414	0,77		
1975	29347	37659	0,78		
1976	29731	37905	0,78		
1977	30120	38154	0,79		
1978	30515	38404	0,79		
1979	30914	38655	0,80		
1980	31319	38908	0,80		
1981	31729	39163	0,81	41102	-1939
1982	32145	39420	0,82		
1983	32566	39678	0,82		
1984	32992	39938	0,83		
1985	33424	40200	0,83		
1986	33862	40463	0,84		
1987	34305	40728	0,84		
1988	34754	40995	0,85		
1989	35209	41264	0,85		
1990	35671	41534	0,86		
1991	36138	41806	0,86	42399	-593
1992	36611	42080	0,87		
1993	37090	42356	0,88		
1994	37576	42633	0,88		
1995	38068	42912	0,89		

Ano	Cidade (a)	Total Freguesias urbanas (b)	Proporção (c)	Recenseamentos(d)	Desvio entre Cálculo e Recenseamento (e)
1996	38566	43193	0,89		
1997	39071	43476	0,90		
1998	39583	43761	0,90		
1999	40101	44048	0,91		
2000	40626	44337	0,92		
2001	41158	44627	0,92	44627	0
		média	0,83		

FONTE: Recenseamentos Gerais da População (1960; 1970; 1981; 1991 e 2001) INE

Obs.

- a) Os dados referentes à população da cidade para os anos de 1960 e 2001 são os que o INE indica nos Recenseamentos respectivos. Para os restantes anos procedi a cálculos com base na taxa de crescimento médio anual verificada.
- b) Segui a mesma metodologia de cálculo para calcular a população dentro do intervalo, mas agora para o conjunto da população residente nas Freguesias Urbanas. Só os extremos do intervalo (1960 e 2001) correspondem aos dados dos recenseamentos.
- c) Proporção estabelecida entre a população correspondente ao conjunto das freguesias urbanas e a população da cidade.
- d) População efectivamente apurada (para o conjunto da população residente nas Freguesias Urbanas) pelos Recenseamentos nesses anos realizados.
- e) Desvios verificados entre os cálculos efectuados e os valores efectivamente registados em Recenseamento. No Recenseamento de 1970 o calculado excede o que efectivamente é verificado, em 1980 o cálculo é inferior ao verificado e em 1991 já há uma maior aproximação do cálculo face ao verificado. Estas oscilações demonstram as diferentes intensidades do fenómeno ocorridas dentro do intervalo.
- f) Corresponde a cálculo de correcção aplicando agora a taxa verificada entre 1960 e 1970 e procurando definir para o ano de 1969 a população residente. (dado necessário para a compreensão dos fenómenos associados às "eleições" que ocorreram nesse ano.
- g) Cálculo (sob o mesmo método, mas agora inverso) da população de 1958.
- h) Cálculo (sob o mesmo método, mas agora inverso) da população de 1959.
- i) Aplicando a mesma estrutura etária¹ da população da cidade em 1960, à população calculada para 1969 para o conjunto da população das Freguesias Urbanas, calculei a população com mais de 21 anos a esta data e que era: **24038**. Esta seria então a população potencialmente eleitora, mesmo admitindo que o direito a eleger só se obtinha aos 21 anos.

¹ Utilizei a população da cidade em 1960 (24144) como modelo, porque era em relação a esta que dispunha de dados mais fidedignos em relação à distribuição da população por grupos quinquenais de idades. Considerei 4/5 da população (20/24). Apurei assim um px para a população maior de 21 anos de 0,68932

QUADRO 6
População Residente – Cidade de Évora (1960)
Distribuição por Freguesias

Obs. O cálculo para a Freguesia da Sé foi ajustado ao facto de sabendo que a população da cidade era então de 24144 habitantes e que era de 34145 para o conjunto das Freguesias Urbanas e sendo de 100% a população residente em espaço urbano nas freguesias de S. Mamede, S. Pedro e St.º Antão, logo a diferença recai sobre a Freguesia da Sé

Freguesia	População Residente	Peso face ao total
S. Mamede	5094	21,10%
Stº Antão	3904	16,17%
S. Pedro	2584	10,70%
Sé	12562	52,03%
Total	24144	100,00%

Fonte: Recenseamento Geral da População 1960 e cálculos do autor no que diz respeito à Freguesia da Sé.

QUADRO 7
População residente por grupos etários
Cidade de Évora / 1960

	Total	H	M
0 a 4	1564	821	743
5 a 9	1590	799	791
10 a 14	1984	951	1033
15 a 19	1956	839	1097
20 a 24	2036	923	1113
25 a 29	1955	894	1061
30 a 34	1900	840	1060
35 a 39	1908	835	1073
40 a 44	1617	773	844
45 a 49	1695	762	933
50 a 54	1522	704	818
55 a 59	1243	538	705
60 a 64	1051	445	606
65 a 69	770	331	439
70 a 74	620	244	376
75 a 79	408	153	255
80 a 84	209	69	140
85 a 89	85	20	65
90 a 94	23	1	22
95 a 99	6	1	5
100 e +	2		2
Total	24144	10963	13181

Fonte: Recenseamento Geral da População 1960

QUADRO 8

Alguns indicadores sobre a cidade de Évora As habilitações académicas em 1960

CENTRO URBANO de ÉVORA		%
Não sabe ler	6399	26,5
sabe ler mas sem freq.escolar	5441	22,5
Frequentavam um ensino ou curso	3787	15,7
Possuíam um ensino ou curso	8517	35,3
Total População	24144	

Fonte: INE- Recenseamento Geral da População 1960

QUADRO 9

Distribuição por níveis dos que em 1960 detinham um qualquer ensino ou curso Centro Urbano de Évora - 1960

Primário	6462	75,9
Secundário	1716	20,1
Superior	339	4,0
Total	8517	

Fonte: INE- Recenseamento Geral da População 1960

QUADRO 10

Áreas de formação dos detentores de um curso superior Centro urbano de Évora - 1960

Letras	77
Belas Artes	17
Direito	20
Ciências Sociais	9
C. exactas e nat	12
Engenharia	30
C. Medicina	48
Agricultura	32
Outros n.e.	85
(Não apurados)	9
	339

Fonte: INE- Recenseamento Geral da População 1960

QUADRO 11
POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A CONDIÇÃO ECONÓMICA E O SEXO
 Recenseamento geral da População 1960 – INE
 Évora – Centro Urbano

CONDIÇÕES SÓCIO ECONÓMICAS						
		Agricultores	Patrões não agrícolas	Isolados não agrícolas	Outras condições sócio económicas	Inacti- vos
	T	M	H			
	Total	10963				
24144	13181	78	32	653		
78	0	0	35	8	139	
32	0	8	265	8	273	
688	35	3	17	3	20	
147	8	43	98	43	141	
273	8	55	257	55	312	
20	3	9	42	9	51	
141	43	344	313	344	657	
312	55	7	195	7	202	
51	9	248	1494	248	1742	
657	344	330	1791	330	2121	
202	7	205	1195	205	1400	
1742	248	1243	227	1243	1470	
2121	330	0	188	0	188	
1400	205	179	381	179	560	
1470	1243	28	348	28	376	
188	0	7382	0	7382	7382	
560	179	16	0	16	16	
376	28	2075	2200	2075	4275	
7382	7382	717	664	717	1381	
16	0	117	83	117	200	
4275	2075	129	303	129	432	
1381	717					
200	117					
432	129					

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1960 – INE

QUADRO 12
Cidade de Évora
População Residente 2001

População Residente	41159
Homens	19378
Mulheres	21871

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 13
Cidade de Évora
População Residente 2001
Por grupos etários

< 5 anos	2009	
05-09 anos	1961	
10-14 anos	2109	6079
15-19 anos	2672	
20-24 anos	3351	6023
25-29 anos	3100	
30-34 anos	2898	
35-39 anos	3064	
40-44 anos	3012	
45-49 anos	3038	
50-54 anos	2638	
55-59 anos	2146	
60-64 anos	2077	21973
65-69 anos	2138	
70-74 anos	1904	
75-79 anos	1535	
80-84 anos	827	
85 e mais anos	680	7084
Total	41159	41159

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 14
Cidade de Évora

Habilitações académicas da população residente /2001

Sem qualificação académica	3673	10,2%
Ensino Básico Total	20777	57,7%
1º ciclo	9676	
2º ciclo	4607	
3º ciclo	6494	
Ensino Secundário	6740	18,7%
Ensino Médio	478	1,3%
Ensino Superior Total	4354	12,1%
Comércio e Administração	345	
Engenharia e técnicas afins	177	
Ciências veterinárias e saúde	688	
Outras	3144	
	36022	100,0

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 15
Cidade de Évora

População residente empregada / 2001

Membros das forças armadas	191	1,0%
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1218	6,3%
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3046	15,6%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2377	12,2%
Pessoal administrativo e similares	2769	14,2%
Pessoal dos serviços e vendedores	3271	16,8%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	182	0,9%
Operários, artífices e trabalhadores similares	2267	11,6%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1280	6,6%
Trabalhadores não qualificados	2863	14,7%
	19464	100,0

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 16
Cidade de Évora

Trabalhadores por conta de outrem / 2001

Trabalhador por conta de outrem - Agricultura	236	1,44%
Activ. Imobil., alug. e serv. prestados às empresas	620	3,8%
Admin. pública, defesa e segurança social (obrigatória)	2886	17,48%
Trabalhador por conta de outrem - Alojamento e restauração	756	4,6%
Trabalhador por conta de outrem - Comércio	2336	14,24%
Construção	1049	6,4%
Educação	2532	15,4%
Indústrias transformadoras	2295	14%
Saúde e acção social	1771	10,8%
Transportes, armazenagem e comunicações	558	3,58%
Outra	1361	8,1%
	16400	

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 17
Cidade de Évora

Condição perante o trabalho / 2001

Trabalhadores por conta de outrem	16 400	86,25%
Patrão / empregador	1719	9,04%
Trabalhador por conta própria	895	4,7%

Fonte: INE (2004) As Cidades em Números (CD ROM)

QUADRO 18
Cálculo da População Residente – Cidade de Évora (1969)
Distribuição por Freguesias

Obs. Os cálculos efectuados têm por base a aplicação dos pesos relativos de cada uma das Freguesias à população calculada para 1969, (27143) com base nas taxas de crescimento anual e cujas explicações constam das notas ao quadro n.º 5

Freguesia	População Residente (calculada)	Peso face ao total
S. Mamede	5727	21,10%
Stº Antão	4389	16,17%
S. Pedro	2904	10,70%
Sé	14123	52,03%
Total	27143	100,00%

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados constantes do Recenseamento Geral da População (1960)

QUADRO 19
População Residente, com 21 anos ou mais (Calculada) e População Recenseada para “actos eleitorais” de 1969

Obs. tendo em conta que o recenseamento eleitoral obedecia à estrutura administrativa vigente, no que diz respeito à **Freguesia da Sé, inverte agora os cálculos** e atribuo-lhe o excedente entre o calculado para o total das Freguesias Urbanas e a soma das Freguesias cuja população é 100% “urbana”. Com as explicações incluídas no quadro n.º(), calculei como população residente **com 21 anos ou mais**, em 1969 (24038)

Freguesia	Cidadãos com 21 anos ou mais	Recenseamento Eleitoral (1969) Chefes de Família*	% dos recenseados face à população	Recenseamento Eleitoral (1969) AN	% dos recenseados face à população
S. Mamede	5072	598	11,79	867	17,09
Stº Antão	3887	565	14,54	836	21,5
S. Pedro	2572	408	15,86	707	27,48
Sé	12507	2206	17,64	3782	30,24
Total	24038	3777	15,71	6192	25,76

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados constantes do Recenseamento Geral da População (1960) e Registos de Recenseamentos Eleitorais (1969)- Arquivo Municipal da CME

QUADRO 20
RECENSEAMENTO ELEITORAL (1969)
 Assembleia Nacional
 Freguesia de Stº Antão – Concelho de Évora
 Situação Sócio – Profissional dos Recenseados
 População Residente com 21 ou mais anos: 2691; Recenseados: 836

Situação Sócio Profissional	N.º	Situação Sócio Profissional	N.º	Situação Sócio Profissional	N.º	Situação Sócio Profissional	N.º
Industriais	29	Bancários e Seguros	16	Pessoal auxiliar	42	Funileiros	1
Comerciantes	80	Estudantes	11	Mecânicos e serralheiros	18	Canalizadores	2
Militares (GNR; PSP...)	108	Técnico Profissionais	12	Sapateiros	3	Carpinteiros	9
Proprietários	51	Funcionários Públicos <	36	Barbeiros	3	Tipógrafos	7
Profissionais Liberais	22	Telefonistas e CTT	47	Padeiros	1	Eletrecistas	6
Funcionários Públicos >	25	Empregados de escritório	75	Alfaiates	4	Corticeiros	6
Religiosos	4	Emp. Comércio e resta.	38	Encadernadores	2	Pedreiros	9
Feitores, Capatazes ...	8	Caixeiros Viajantes	4	Motoristas	18	Pintores de C. Civil	8
Professores	45	Domésticas	64	Operários fabris	3	Trabalhadores	11
Ferrovários	1	Parteiras	1	Diversos	6		

Fonte: Cadernos de Recenseamento Eleitoral – CDCME

QUADRO 21
Recenseamento 1969 (Chefes de Família)
Alguns indicadores sócio profissionais e análise particularizada à situação sócio
profissional das mulheres recenseadas

Recenseamento Chefe de Família 1969			
	Total	M	%
St.º Antão	565	27	4,8
S. Mamede	598	25	4,2
S. Pedro	408	32	7,8
Sé	2206	89	4,0
Total cidade	3777	173	4,6

Militares/GNR/PSP/PIDE	703	18,6	
Sacerdotes/Religiosos	41	1,1	
Agricultores/Proprietários	236	6,2	
Altos Funcionários Públicos	220	5,8	
Profiss. liberais /bancários	96	2,5	
Comerciantes/Industriais	304	8,0	
	1600	42,4	

Mulheres			
Religiosas	11	6,4	
Professoras/Regentes	26	15,0	
Funcionárias Públicas	18	10,4	
Serviços de limpeza	25	14,5	
Enfermeiras	6	3,5	
Telefonistas /Func. CTT	14	8,1	
Criadas	2	1,2	
Domésticas	19	11,0	
Auxiliares (enferm e outras)	8	4,6	
Proprietárias	29	16,8	
Escriturárias	9	5,2	
Outras	5	2,9	
Prof. Liberal	1	0,6	
	173	100,0	

Fonte: Cadernos de Recenseamento Eleitoral 1969 – CDCME

QUADRO 22
Recenseamento Eleitoral . Freguesias Urbanas (a 31/12/04)

Freguesia	Recenseados
St.º Antão	1773
S. Mamede	2481
Malagueira	10128
Horta das Figueiras	5643
Senhora da Saúde	8079
Bacelo	5755
Sé e S. Pedro	2359

Fonte: D.R. n.º 42, II Série (3062) de 1 de Março de 2005

ÍNDICE APÊNDICE B

Guião entrevista A	01
Síntese entrevista A	02
Guião entrevista B	04
Síntese entrevista B	05
Guião entrevista C	10
Síntese entrevista C	11
Síntese entrevista D	14

Guião : Entrevista A	Notas
<p>Com esta entrevista pretendo colher a sua importante contribuição, de forma a permitir-me traçar o quadro interpretativo da “sociedade” eborense, dando relevo especial ao intervalo entre o início da década de sessenta e a Revolução de Abril.</p> <p>As questões a colocar enquadram-se pois, no que já foi por si abordado, nomeadamente em (...)”</p> <p>Focalizarei também as questões, no que de forma ainda um pouco insípida*, designo por acção das elites no processo de transformação. (processo esse que quase todos os autores são unânimes em reconhecer, teve início com o raiar da década de 60*).</p> <p>Assim...</p> <p>As dinâmicas das transformações em curso na década de 60 ocorriam a ritmos bem diferenciados em Portugal e na Europa. E em Évora, esse ritmo era inferior ao nacional? Havia atrasos no início desse processo em relação ao contexto nacional e até mesmo comparativamente com outras “regiões”?</p> <p>Que iniciativas e actividades (Religiosas, Culturais, e Científicas) recorda que tenham ocorrido?</p> <p>Quem eram os seus principais protagonistas?</p> <p>Quem se opunha e que argumentos usava, contra o “discurso da mudança”?</p> <p>Como se comportava neste processo a hierarquia da Igreja?</p> <p>Pedindo-lhe para aceitar o tratamento que provisoriamente uso para a questão das elites, indique alguns nomes (e razões para essas indicações) para o campo das elites de situação e para o campo das elites de acção.</p> <p>Que factores podem estar associados ao início tardio deste processo em Portugal?</p> <p>Fale-me um pouco da Doutrina Social da Igreja e do papel dos Organismos* de Acção Católica (que organismos, que actividades?).</p> <p>Que criticavam e que medidas preconizavam os actores que defendiam a necessidade de mudança?</p> <p>Como “tolerava o regime” a existência desse movimento embrionário defensor de um novo relacionamento entre os povos e grupos?</p> <p>A questão da estrutura fundiária* (assumia e assume ainda hoje) importância fulcral. Como se posicionavam face a ela, quer as elites de “situação”, quer as elites de “acção”?</p> <p>Como se aceitava no interior da Igreja o princípio de que a luta pelo desenvolvimento é também uma luta cristã?</p> <p>Porque se realizavam (quem tinha a iniciativa) e o que se discutia nas Semanas* de Estudo de Desenvolvimento Regional?</p> <p>O que era o IESE nessa altura? Quem eram e quantos eram os seus Professores, que cursos ministrava?</p> <p>Nas discussões havidas no âmbito dessas Semanas, participavam outros actores sociais da cidade? (Comerciantes, empresários, industriais)</p> <p>Como era a vida cultural da cidade na altura (início da década principalmente): Tertúlias, Cinema; Colectividades, Teatro?</p> <p>Mais ou menos por essa altura, o fenómeno turístico está a despontar em Portugal (Algarve). E em Évora?</p> <p>Para terminar e agradecendo a sua colaboração, cito o título de um artigo (que teve a amabilidade de me sugerir para leitura): “O Alentejo entrou na Curva” e pergunto-lhe se considera que de facto o Alentejo entrou na curva ?</p> <p>E (como mera curiosidade) como considera que tal artigo - dada a linguagem claramente «revolucionária» - pudesse ter sido publicado na época (1968)?</p>	<p>De que Conferência se tratava?</p> <p>*Insípida, porque para já, me inclino para recusar que a análise (a que me proponho fazer) ao papel das elites possa ser enquadrada na Teoria das Elites de Pareto e Mosca e porque também não vejo que haja cabimento para a sua integração no contexto de classes de Marx. Assumirei para já dois campos distintos: Elites de Situação e Elites de Acção.</p> <p><i>“No início da década de 60, algumas iniciativas e actividades, religiosas, culturais e científicas, promovidas sobretudo em Évora, pressagiavam a criação de condições favoráveis à evolução das mentalidades e à aceitação das mudanças que timidamente no âmbito nacional e larga e decididamente no âmbito internacional, iam impondo um novo relacionamento entre os povos e entre os grupos” pp.10</i></p> <p>*O que eram os Casais de Santa Maria? O que se abordava nos Cursos de Cristandade?</p> <p>* Creio que no primeiro Plano de Fomento se chegou a utilizar o conceito de reforma agrária – conceito que depois foi evoluindo para definições mais “ligeiras”.</p> <p><i>Encíclica Mater et Magistra</i> (...) todos os que trabalham na terra,, estejam antes persuadidos de que também no ambiente agrícola – rural, podem afirmar e desenvolver a sua pessoa, mediante o seu trabalho e olhar confiantes o futuro. (M.M. III)</p> <p>Insere-se nesta questão o Plano de Rega do Alentejo.</p> <p>*Sei que eram organizadas pelo IESE e encontrei referências a pelo menos duas - no intervalo de tempo que estamos a abordar. - (1966 e 1968).</p>

Sobre a doutrina social da Igreja

A doutrina social da Igreja e o papel dos católicos na sociedade eborense na década de 60 constituíram tópicos dominantes da entrevista.

No início da década os católicos já não eram um grupo homogêneo. Se até aí se tinham comportado como “base moral” e sustentáculo do regime, passou a verificar-se, por influência de padres formados no exterior (estrangeirados) um conjunto de atitudes que já não se enquadravam nessa homogeneidade.

Embora não questionando o regime, alguns padres começaram a questionar comportamentos que consideravam causadores dos inúmeros problemas sociais com que se defrontava a generalidade da população. São exemplos o Cónego Reis, Padre José Augusto Alegria.

A terra era aqui fonte de grande conflito

Com enquadramento na Doutrina Social da Igreja, cita a propósito a importância da Encíclica Mater et Magistra: “todos os que trabalham na terra (...) estejam antes persuadidos que também no ambiente agrícola – rural – podem afirmar e desenvolver a sua pessoa, mediante o seu trabalho e olhar confiantes o futuro”.

Os grandes proprietários agrícolas começaram então a ser questionados, por alguns sectores do Clero, com base expressa nessa encíclica e em outras contidas nas Encíclicas Sociais.

A mim chocou-me por exemplo vêr que os campos estavam todos cercados de arame farpado. A elite da terra começa por essa altura a ser confrontada com uma nova elite intelectual emergente.

A estrutura social começou a tremer em resultado da acção dessa elite emergente.

O papel do ISESE

O ISESE instala-se em Évora em 1964 pela mão da Companhia de Jesus e com o empenho do Conde de Vilaça (Eng.º Eugénio de Almeida).

O corpo de docentes era composto fundamentalmente por padres jesuítas estrangeirados.

O ISESE ministrava cursos de Economia, Ciências Sociais (Sociologia) e Gestão (atribuindo a este, uma visão dominada por valores humanistas).

Tinha cerca de 35 professores (embora nem todos professores universitários e cerca de 300 alunos.

O ensino era gratuito e não havia exame de acesso.

Procuravam manter um certo grau de isenção, por isso verificaram-se no seu seio algumas atitudes que na sociedade laica seriam certamente objecto de censura e repressão.

¹ A danificação do suporte magnético desta entrevista, criou uma situação em que esta síntese só pode ser elaborada com base nos apontamentos a que procedi, pelo que estes demonstram claramente que não se está na presença de um texto “corrido”.

(Síntese) Entrevista A

Citou a propósito o episódio do artigo escrito por Pires Lopes e publicado na Revista Brotéria sob o título: “O Alentejo entrou na curva” e que se constituiu como um libelo condenatório do regime.

As semanas de estudo do desenvolvimento

Com enquadramento na intenção de mostrar isenção e de participar e intervir na sociedade «civil» organizou então o ISESE, as Semanas de Estudo do Desenvolvimento e outros Seminários e Colóquios.

Nestas iniciativas participavam intelectuais de formação católica e progressista, como por exemplo Pereira de Moura e João Salgueiro.

Estava então em curso, na sociedade, uma ampla discussão assente em novas perspectivas de planeamento e de políticas de desenvolvimento.

As discussões em torno dos Planos de Fomento permitiram algumas “aberturas”, resultantes de abordagens técnicas, principalmente aquando o III Plano (1968-1973) no qual se preconizava uma aceleração do ritmo de crescimento do produto nacional e uma repartição mais equitativa do rendimento.

A Região Plano – Sul

A criação da Região Plano Sul, coloca em Évora, um conjunto de técnicos com “uma visão mais alargada” que vão intervir no processo de mudança emergente.

Sinais de mudança – alterações nos costumes

Nos finais da década começaram a acontecer “coisas” até aí impensáveis, como o facto de os finalistas terem feito coincidir num determinado ano, as suas festas académicas com a quaresma...

As raparigas começaram a usar calças...

A vida associativa era repartida por colectividades elitizadas – que organizavam dois a três bailes por ano – e outras mais populares (a da “ganga”² era activa).

O respeito pelo património

Apesar de tudo, existiu sempre aqui um grande respeito pelo património arquitectónico.

Nas intervenções verificadas na malha urbana, houve uma grande preocupação em manter a traça.

² Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar.

Guião : Entrevista B	Notas
<p>Com esta entrevista – técnica cujo uso é prática em determinados estudos sociológicos – pretendo obter o seu contributo para a caracterização do processo de mudança* social e cultural, ocorrido em Évora – cujo ponto de partida situo no início da década de 60 e com término no final do século. Procurarei centralizar a análise desse processo nas práticas e consumos culturais.</p> <p>Para diversos estudiosos, a década de 60 marca o início de um processo de transformação, que alguns designam por modernidade* e que consiste (grosso modo) no questionamento do “status quo” e na afirmação de um desejo de mudança.</p> <p>Na sua opinião e no caso concreto de Évora, faz sentido essa constatação? Se sim, em que consistia? Que iniciativas julga dignas de registo para enquadrar nesse processo?</p> <p>Quem eram os seus principais protagonistas?</p> <p>Como era a vida associativa na cidade (no que diz respeito a colectividades de cultura e recreio*)?</p> <p>Eram espaços de (alguma) liberdade, ou controlados e meros espaços de “convívio”? Que actividades culturais promoviam?</p> <p>Encontrei várias referências a uma actividade teatral amadora de expressão significativa. Quer comentar?</p> <p>A SOIR Joaquim António de Aguiar, creio que estipulava nos seus estatutos, a obrigatoriedade dos seus sócios serem operários. Este princípio era respeitado? Que operários (de que áreas) eram seus sócios?</p> <p>Havia na cidade uma “classe operária” tão numerosa que justificasse tal desiderato? Creio que assumiram papel significativo os operários tipógrafos – corresponde?</p> <p>Que jornais existiam na cidade?</p> <p>A importância do teatro amador na cidade parece ser a razão para o aparecimento do Festival Nacional de Teatro Amador. Quer falar-me desta iniciativa?</p> <p>Com que apoios contavam para a sua realização?</p> <p>Quer citar-me alguns nomes que mais se tenham destacado neste tipo de iniciativa?</p> <p>Julgo saber que algumas das peças que A SOIRJAA levou à cena eram escritas por dramaturgos locais. Quer citar nomes?</p> <p>Como era o vosso “relacionamento” com a polícia política? Creio saber que as instalações da Sociedade foram cedidas algumas vezes para iniciativas da oposição, nomeadamente nas “eleições” de 69. Há algum episódio que queira relatar?</p> <p>Para além da importância do teatro amador, de que já falámos, existe também em Évora – no final da década de 60 - uma actividade importante dos cine clubes. A SOIRJAA teve neste processo alguma intervenção?</p> <p>Para terminar peço-lhe um pequeno exercício. Indique nomes e situe-os, naquilo que designo por elites de situação* e elites de acção*</p>	<p>Aceitemos para os conceitos de mudança social e mudança cultural, as significações seguintes:</p> <p>Mudança social: alterações das relações entre as pessoas, no aparecimento de novos grupos, ou na modificação do tipo e da intensidade das relações entre os grupos existentes.</p> <p>Mudança cultural: Transformações dos modos de pensar, sentir, avaliar, agir.</p> <p>*Processo esse que já havia eclodido na Europa anos antes, nomeadamente logo no após guerra.</p> <p>Da pesquisa já feita encontro referências a actividades da Sociedade Dramática Eborense, à SOIR Joaquim António de Aguiar. No campo desportivo, creio que o S L e Évora, disputava no início da década a III Divisão do Campeonato Nacional.</p> <p>Elites de situação – Conjunto de indivíduos, detentores de status elevado, cujo posicionamento social é conforme a essa posição e que não questionam, nem interrogam o modelo e as práticas sociais das classes dominantes.</p> <p>Elites de acção – Conjunto de indivíduos, detentores de status elevado – económico ou derivado do prestígio que desfrutam entre os seus pares – que questionam a situação e que intervêm na perspectiva da sua transformação.</p>

A década de 60, representa o início do rompimento com o marasmo ?...

Eu acho que sim, acho que começou a partir da década de 60 a fortalecer-se toda uma questão de movimento quer em termos artísticos quer em termos mesmo de associativismo começou a ter uma maior força, começou a acontecer um conjunto de tertúlias, a reforçarem-se tertúlias, tertúlias de café em diversos pontos diremos mesmo em relação à questão de termos artísticos, artes plásticas há um movimento com a Trave a que estava ligado o Paulino Ramos, o Borges Fernandes (...) mas também em termos do Teatro, mesmo em termos do associativismo juvenil, havia um interesse muito grande dos jovens, nas próprias escolas, nas escolas teve uma força muito grande. Eu lembro-me quando foram as eleições de 1969 que as eleições conseguiram entrar dentro das escolas, da Escola Industrial e foi todo um movimento associativo juvenil, estudantil, que começou a ter uma força muito grande,(...) houve outras eleições a seguir, mas em 69 já teve uma força muito grande e aí começou-se a juntar algumas pontas, algumas pessoas.

(...) Em 1965 é realizado o primeiro festival de Teatro que foi uma tentativa de juntar (...) e em 1970, portanto o apogeu, no final da década aparece um festival já com umas proporções muito grandes, com grupos profissionais, com grupos amadores,(...) começou-se a ter também um cuidado diferente em relação a textos na década de 60 e começaram até a aparecer alguns elementos em termos intelectuais aqui a trabalhar com o grupo, eu estou-me a lembrar por exemplo, quem fez cenografia aí nessa altura, por exemplo o António Palolo, infelizmente já falecido, mas que depois foi um pintor de grande gabarito em termos da cidade e em termos nacionais (...)

(...) Por exemplo faz teatro aqui o então director da Biblioteca de Évora Armando Gusmão,(...), fez aqui a prática de compadres e ele embora sendo director da Biblioteca veio trabalhar com um grupo amador e fizeram a prática de compadres do Ribeiro Chiado.

O próprio Manuel Ferreira Patrício, que é hoje o Reitor da Universidade, na década de 60, penso que 69, 68 para aí assim (...) colaborou aqui muito intensamente com o Manuel Peres e com o Grupo de Teatro no aconselhamento de músicas para a banda sonora e teve uma articulação com ele em termos às vezes de algum aconselhamento nalgumas coisas. Isto para dizer que nessa altura (...) aqui começou a haver um enlace muito grande em determinadas camadas quer em nível etário, de idades os mais velhos com os mais novos, como também em termos de classes, e evidentemente que isto são pequenas expressões, são pequenos casos não é? Mas são casos que já são sintomáticos ...

Mas esses acontecimentos giravam muito em torno da Joaquim António de Aguiar ou...

(síntese) Entrevistado (B)

Da Joaquim António e não só, estou a falar-te por exemplo em relação à Trave, com a questão da pintura onde se juntou um conjunto de gente, poderemos falar também em relação à música (...) se falo mais desta é porque tenho aqui uma visão maior porque foi o que acompanhei mais, não é?

Mas dentro da própria escola, quando começa por exemplo nas escolas a haver os teatros de escola, e não era um teatro já de maria vai com as outras, já com uma tentativa, com um cunho contestatário, as festas de final do ano tinham sempre já um cunho contestatário, depois a questão que tinha que ver em relação à guerra colonial, começou-se por um lado pelos que Angola é nossa e não sei quê, (...) em termos da juventude católica através da JOC e da JAC (...) uma expressão também muito forte, de questionar o regime (...) teve o seu "boom" em 73, (...) eu não estava cá, eu estava em África, na tropa mas ia acompanhando e estive cá de férias nessa altura e vi, mesmo gente ligada à Igreja, jovens que começaram na década de 60 a "saltar", (...) na década de 60 sai um célebre artigo na Defesa (...) sob o título "razalas" que era uma coisa que era Salazar ao contrário e depois caracterizava (...) como se fosse um conto das mil e uma noites e condena severamente o regime. Aíves Gomes – padre e director do Jornal, teve sempre uma coisa boa que é nunca revelou quem é que escreveu o artigo já que tinha sido publicado por pseudónimo e acabou por ser substituído na Defesa, quer dizer até na própria Igreja havia já quem tomava posições corajosas em relação à, portanto à questão do regime.

As actividades de natureza cultural e lúdica começam portanto a ter cunho político e de certa forma contestatário...

(..) Lembro-me que na altura, éramos jovens e uma das coisas que a gente queria era organizar jornais, levávamos a vida a tentar organizar jornais a tentar fazer grupos de jovens, (...) tentar escrever coisas (...) embora fossem extremamente angustiantes porque depois víamos fechar todas as portas. Na altura começa também a tomar-se a consciência de África, (...) hoje a intelectualidade da cidade foi tudo malta que naquela altura frequentou estas tertúlias, (...) como o Luís Carmelo, o José Manuel Rodrigues, (...) o Manuel Branco.

Tendo em conta a natureza repressiva do regime, como se comportava a policia face a essa actividade?

(..) Até à década de 60 era quase impossível sei lá eu também tinha nove anos em 59, nasci em 50, mas apercebia-me de coisas, coisas que contavam na minha terra, sobre as eleições para o Humberto Delgado.

Depois, com (..) a dita primavera política de Marcelo Caetano que depois (...) também regrediu muito (..), eles começaram a perceber que se calhar, penso eu (...) que de facto não podiam travar todos ao mesmo tempo e então passam só a prender alguns (...) que fossem do Partido Comunista, que mais ou menos estivessem ligados à Luar, que tivessem ... era mais cirúrgico...

Sendo a S.O.I.R. Joaquim António de Aguiar uma colectividade que assume e divulga o seu cunho operário, como é que estes se integravam nessa actividade, ou será que estavam dela arredados?

Não, não estavam, tu tens aí pessoal em termos do operariado que foi pessoal que esteve muito corajoso e que desenvolveu uma actividade importante, (...) já falei do Vasco Tenório mas tens outros elementos que estiveram aqui na Joaquim António de Aguiar como o António Justo, António Justo Pires, o Júlio Percheiro, pessoal que estava ligado ao operariado, (...) o Mário Fidalgo (...) que (...), foi um homem também com uma actividade importante, o Zulmiro que já falámos, (...). Agora os operários em si, sem agora estar a destacar este ou aquele, têm uma função importantíssima, por exemplo se vires a história desta própria colectividade mostra tudo.

Esta colectividade foi fundada há cem anos e foi por dissidência com a Sociedade Harmonia Eborense aquela da Praça do Giraldo, porque a Sociedade Harmonia Eborense era uma sociedade que embora tivesse aparecido com um ponto de vista muito progressista (deve ter à volta de 150 anos coisa assim) ao longo do tempo sofreu alterações, de tal maneira que já não queria que os próprios operários frequentassem a colectividade, começaram a ter um papel subalterno completamente e então o que é que eles fizeram? Este grupo de operários fundou inicialmente o grupo operário JAA que acaba por fundar uma colectividade que ainda hoje nos estatutos estabelece ... é uma colectividade que tem dois tipos de sócios: sócios ordinários e sócios auxiliares; sócios ordinários só podem ser operários que eram os que podiam ter cargos directivos, os auxiliares podiam votar mas não podiam ser eleitos; isto acontecia assim porquê, não era uma tentativa de excluir outros era para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido na Harmonia, ou seja, ajudarem a criar uma coisa e depois serem excluídos dela.

Com a altura em que o Estado Novo é implantado começaram ainda a ter mais defesas, não podiam ser funcionários públicos sócios da colectividade, era uma forma de se defenderem porque podiam ser guardas republicanos ou polícia ou gajos da PIDE, por outro lado a entrada para aqui em termos de admissão era quase uma questão iniciática, tinha que se ver bem quem é que era a pessoa e só depois então é que os deixavam ser sócios; porque assim estavam sempre defendidos: "é pá você não é sócio

(...) Isto para dizer o quê? (...) aqui se formou muita gente, o espírito de muita gente, não era por haver uma actividade clara em termos políticos mas era por via do teatro, por via da frequência da colectividade em que se respirava e confrontavam as pessoas, (..) quando se ia fazer um texto de uma peça tinha que se perceber o enquadramento que ele tinha, que perceber a ética (...) havia um fenómeno em termos da partilha dos conhecimentos, cada um partilhava com o que tinha e a colectividade teve uma importância muito grande porque aceitava este género de coisas.

(...) Os dirigentes que a colectividade tinha, eram todos aí das fábricas, também havia alguns (...) da Siemens mas era já um operariado mais jovem mais recente, alguns até tinham vindo directamente dos campos e não tinham grande tradição de operários, a escola aqui fazia-se

um bocado pelos mestres, lembro-me de uma coisa que o Justo diz, ele veio para cá pelo braço do mestre dele, ele era torneiro e o mestre dele era torneiro mecânico e trouxe-o para cá em jovem fazia-se questão nisto, na escola (...).

Com as outras colectividades era a mesma coisa, lembro-me por exemplo a Dramática que em termos destas marcas (...) tem sido mais acomodada ao que vai aparecendo, mas à data (...) também teve um movimento de oposição através de um tipógrafo que lá estava, que estava na direcção e que era uma pessoa ligada ao Partido Comunista, contrariamente ao que se passava aqui. e que era o Fusco e desenvolveu também aí uma acção importante, o Madeira Rocha e o João é que me contam estas coisas, por exemplo contaram-me que um dia foram encontrar Avantes debaixo do palco.

Quer dizer havia um movimento, o próprio Juventude, o Lusitano; o Juventude era mais a malta da ganga como se costuma dizer, o Lusitano era mais ligado ao Presidente da Câmara, que na altura era o Serafim Silveira, e era mais apoiado, também andava na 1ª divisão e o Juventude não andava. (...) Mas havia naquela altura, começava a forjar-se, a ideia de que a esquerda passa por aqui.

Acção em que também se inseria a defesa do património...

(...) Aparece também com uma força muito grande, uma liderança muito grande e são, se calhar, responsáveis pela cidade não se ter perdido, numa altura em que os patos bravos começavam a proliferar porque também é na década de 60 em que eles começam a aparecer, o grupo Pró Évora com Celestino David, teve uma importância grande e há muitas coisas que se defenderem em termos de património aqui na cidade, que resistiram à voragem dos patos bravos, porque a família Celestino David e o Pró Évora eram considerados quando falavam. Há um conjunto de coisas que acontecem na década de 60 nos vários campos, se a gente juntar estas questões vai encontrar uma época importantíssima em termos do fazer, de fazer uma certa oposição ao regime e não só, e também em relação às questões dos valores não é só protestar por protestar.

A imprensa local...

Nessa altura havia o Jornal de Évora, Democracia do Sul e Notícias de Évora. (...) o Notícias de Évora era muito mais forte mais lido chegava às casas todas; o Democracia do Sul também, mas com um problema, porque era conotado como um Jornal de esquerda, logo no cabeçalho se intitulava como tal, o director do Jornal era o Aníbal Queiroga, pai, que já morreu e depois passou para o filho e que me parece que também já morreu e que era um jornal de oposição forte, o Notícias de Évora era diferente, aparecia uma notícia ou outra mas era um jornal do precisa-se e coisas assim.

Autodidatas...

(...) Ah, também era importante falar de um conjunto de autodidactas que aparecem aqui embora não sejam tanto da década de 60, são pessoas mais antigas mas na década de 60 tiveram uma expressão muito grande, já tinha falado no Silva Godinho, Túlio Espanca que por volta da década de 60 ou um bocadinho antes era barbeiro ali na Praça do Giraldo, depois começou nos roteiros e pronto foi um grande homem, um doutor honoris causa, Júlio do Monte, o Antunes da Silva que também era um autodidacta e que também era um empregado de escritório, também andou por aqui, há um conjunto de gente que aparece mesmo no campo da pintura como o Paulino Ramos. Ouve aqui gente muito talentosa e que teve a sua expressão na década de 60. A década de 60 até nisso se destaca e surge por exemplo malta mais nova como é o Palolo, o José Guinapo, o José de Carvalho, tudo grandes pintores que saíram daqui, saíram da cidade de Évora e que tiveram uma grande projecção mesmo em termos nacionais.

Os homens que detinham o poder...

(...) Quem era sempre Presidente da Câmara eram sempre pessoas ligadas aos agrários e com pouco poder, embora o Serafim Silveira tivesse um bocadinho mais, mas era o Governador Civil é que comandava os cordelinhos.

(Quem era na altura?)

José Teles de Mira. Dizem que foi o responsável pela não vinda para Évora das fábricas de automóveis que depois foram instaladas em Vendas Novas, porque ele queria ter aqui uma mão de obra barata na agricultura e portanto esses projectos eram sempre afastados daqui. Depois há um homem que vai para Governador Civil, já na década de 60, finais da década, já muito próximo do 25 de Abril, que é Castelo Branco, salvo erro, que foi Governador Civil e tem fama que metia a PIDE numa posição de... (...) tentava fazer alguma construção em relação a algumas coisas, pelo menos tinha essa fama, de ter tido alguma intervenção aí, era evidentemente um homem do regime mas já se devia estar a aperceber que alguma coisa estava a acontecer, depois ... os agrários todos, há um homem nesta área com um perfil porreiro (...) que era um homem ali de Machede, tinha herdades, era um homem de esquerda, a não ser isso, ... os agrários estavam todos ligados ao regime, eram o seu sustentáculo.

A Igreja, tínhamos uma Igreja conservadoríssima aqui, a não ser um Padre Alves Gomes ou um outro mais liberal, mas muito poucos, estava tudo fechado,

No ensino, uma coisa aí que é o aparecimento do ISESE, (...) há quem se divida um pouco na apreciação, mas que dizem que contribuiu para abrir um pouco naquela altura, outros dizem que não foi assim tanto, bem ... eu como não andei lá ...

Guião entrevista C	Notas
<p>Esta entrevista corresponde ao uso de uma técnica habitual nas pesquisas sociológicas e com ela pretendo obter a sua colaboração para a caracterização de um determinado processo e período (1960 – 2000) e que se centrará no que de forma abreviada se pode designar por “industrialização). Centramos a nossa atenção em Évora como “espaço” e o período é essencialmente o que se inicia na década de sessenta e termina com a Revolução de Abril.</p> <p>Há quanto tempo é que, como empresário, se dedica à actividade industrial?</p> <p>Como correu a sua aposta, num país e numa época em que todos os estímulos oficiais se enquadravam numa política “agrarista”?</p> <p>Em 1961*, parece insinuar-se uma viragem, que aponta para uma aposta na indústria como factor para o desenvolvimento. Sentiram-se efeitos daí resultantes, em Évora?</p> <p>Como era o relacionamento entre empresários de sectores não agrícolas e os deste sector económico? Havia comunhão de ideias ou divergiam ? Por exemplo, como se posicionavam, face a novos modelos de desenvolvimento que se começavam a preconizar?</p> <p>De onde recrutava a mão de obra que necessitava? Os salários eram iguais aos praticados na agricultura? Em 1962 a região é marcada por grandes lutas dos trabalhadores agrícolas pelas “oito horas”, que horário se praticava na sua empresa?</p> <p>Que nomes julga dignos de referir, no que respeita ao processo de industrialização em Évora?</p> <p>Que tipo de indústrias eram “marcantes” na década de 60 na cidade?</p> <p>Tinha acesso fácil “ao poder” para por exemplo colocar os seus problemas? Esses contactos estabeleciam-se como?</p> <p>Quem eram as “pessoas influentes” à época?</p> <p>Existia alguma forma de associativismo empresarial?</p>	<p>**Os incentivos à implantação de indústrias apareciam como instrumentos privilegiados dessa política, como se pode ver na Lei de Meios para 1961: “O Governo favorecerá, nomeadamente pela concessão de incentivos de ordem fiscal e de facilidade de crédito ao investimento nas regiões rurais e economicamente mais desfavorecidas, a instalação de indústrias de aproveitamento de recursos locais e, bem assim, a descentralização de outras localizadas em meios urbanos.</p> <p>http://www.ub.es/geocrit/sv-39.htm</p>

Sobre que factores poderiam ser razão para uma determinada “oposição” a projectos em curso na década de sessenta...afirmou:

É algo que pode até ter muito interesse sociológico, o porquê das pessoas da região de Évora não fazerem parceria entre si, não serem capazes de fazer equipa ... jogam muito bem isoladamente alguns, e acabam por se tornar, digamos assim, pessoas de referência, ou empresas de referência, no caso, mas quando efectivamente se procuram reunir, ou capitais ou saberes, ou essas coisas todas, nunca a organização só, nomeadamente ela não corresponde na nossa sociedade, devo morrer com esta interrogação ... agora não tenho experiência para lhe responder porque é que o Plano de Rega do Alentejo, ou esse interesse, nomeadamente pelo Alqueva, não foi mais rápido, mais célere, mas ele efectivamente começou antes do 25 de Abril, recordo-me perfeitamente quando o prof. Armando Perdigão quando na Comissão ... ? do Plano (não sou capaz de precisar bem, mas era um organismo que existia antes do 25 de Abril, ele dizia : mas se não fizermos Alqueva, nós não temos viabilidade em termos de podermos ter água no Alentejo e podermos desenvolver o Alentejo.

Sobre o papel da indústria e face à questão: a indústria tem, a partir de 60, aqui algum peso, nomeadamente na criação de emprego. Sabendo que a esta altura, o Sr. ainda não era empresário, mas procurando fazer um pouco uso da sua memória... esta gente que vinha para as fábricas, que vinha para as oficinas ... vinha do campo, não era? Como é que era feita a formação, o recrutamento, como é que eles de um momento para o outro desempenhavam outras funções?

Eu penso que era um pouco como os portugueses em geral, nomeadamente os jovens que faziam a sua formação já no posto de trabalho, os chamados aprendizes, que vinham com a 4ª classe já feita, talvez mais até das aldeias do que aqui da própria cidade

(...) Aquilo que os professores nos ensinavam ... porque estes professores estavam quase todos em actividade profissional durante o dia, mesmo até os professores dos alunos de dia eram profissionais, ou em empresas, ou em instituições do Estado e portanto, assim reservavam as aulas das 8 horas da manhã para os que estavam a trabalhar nas repartições ou sei lá na altura era na Câmara, nos Serviços Municipalizados, na Junta Autónoma das Estradas, ou na hora do almoço, ficando as outras horas de aulas de português, matemática, geografia, para aquelas horas então das 9 ao meio dia, das duas às cinco e digamos posso lhe dar um exemplo do que acontecia connosco ... quando andávamos no último ano do curso, já tínhamos ofertas de emprego, ou a nível regional, menos, mas então na CUF, no Barreiro, as Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica em Alverca, comiam todos os alunos, particularmente os do último ano e eu posso lhe dar um exemplo, estes alunos do 5º ano da Escola Industrial de Évora, no ano de 1965 eram remunerados, porque o Contrato Colectivo de Trabalho também os incluía na categoria de praticantes, mas eram remunerados, nestas empresas da periferia de Lisboa, nomeadamente CUF e OGMA, por 40\$00 por dia e com direitos na Caixa de Previdência ... eu na altura fiz a opção, por razões pessoais e familiares,

(síntese) Entrevistado (C)

fiz a opção de ficar em Évora, numa empresa de metalomecânica, mas só consegui como ajudante de desenhador, 24\$00 por dia, a oferta em Évora era muitíssimo mais baixa, (...) Mas efectivamente a qualidade e a potencialidade que estes alunos, só com o 5º ano tinham era excepcional, porque tanto se adaptavam a ser torneiros mecânicos, fresadores, desenhadores, medidores orçamentistas, eu sei lá, o curso era ... digamos ... havia poucos cursos e então como havia poucos cursos a área de conhecimentos que nos era comunicada dentro do curso, conseguia, digamos, ser básica para as diversas profissões.

Perante a questão de procurar situar no tempo a fase de maior dinâmica industrial em Évora, afirmou:

(...) Eu estou com algumas dificuldades em ver os anos 60, como um início, bem se formos lá para os finais de 60, princípios de 70 então aparece-nos aqui a Siemens, a Siemens aparece-nos aqui creio que em 69, portanto realmente, nos finais dos anos 60 é que se instala aqui a Siemens e aqui a Siemens teve uma particularidade que foi de agitar todas as empresas, nomeadamente as empresas metalomecânicas que estavam instaladas em Évora, a todas deu, a todos estes jovens que estavam nestas empresas, deu-lhes a possibilidade de quase duplicarem a remuneração, com a aliciente de irem fazer a formação na Alemanha, portanto, efectivamente uma elite dos trabalhadores que estavam em Évora, tiveram a possibilidade de irem para esta Siemens.

Condicionantes naturais à competitividade

(...) Acredito que efectivamente a potencialidade em termos humanos existe na nossa região, as indústrias não são maiores, nem de maior dimensão, porque a região é pouco populosa, as localidades estão muito distantes e portanto as pessoas são poucas dentro desta região tão vasta e como tal acabam por não serem competitivas ...

Efectivamente nos anos 50 e 60 a Grande Lisboa chamava e comprava, digamos que vinha aqui comprar, tudo o que era de qualidade, nomeadamente em termos de mão de obra.

Percursos da emigração

(...) Porque nós vimos muitíssimos portugueses por esse mundo fora e acontecia que às vezes o que ia daqui de Évora para Setúbal ia ocupar o lugar que tinha sido deixado vago por outro que tinha ido para o Canadá ou para outro lado qualquer, para a Arábia, por exemplo os homens ligados à indústria naval, ou indústria pesada eram contratados para irem para os trabalhos das grandes obras de tubagens, pop lines e não sei quê e lá ficava o tecido empobrecido aqui e na grande Lisboa lá era preenchido por malta daqui. É frequente a gente encontrarmos no estrangeiro pessoas da nossa Região, que estão lá a desempenhar funções de peritos, e estão bem instalados.

Colocado perante a questão de identificar as elites de Évora na década de sessenta...

(...) Se me pergunta quem eram as elites de Évora, penso que eram efectivamente as pessoas ligadas à agricultura e esta meia dúzia de industriais, o Aníbal Tavares e outras pessoas como negociantes, comerciantes, os representantes dos tractores.

Os que estavam nas Repartições do Estado, eventualmente na Câmara não sei, de tal forma que efectivamente se constituiu um grupo, chamado Grupo Pró-Évora que de uma forma ou de outra, era uma elite. Como seriam elites o Director da Escola, O Director do Liceu, o general comandante da Região Militar, os directores das repartições todas - ainda hoje aqui há muitas - mas que foram em tempos até mais, o Arcebispo, os Cónegos - alguns deles professores da escola e do liceu - na área da indústria - lembro que houve aqui (há bocado não referi) uma empresa na área alimentar que teve uma importância significativa, que foi o Fomento Eborense - com muita gente - inovadora - com produtos novos - como por exemplo as pastilhas elásticas Pirata, chocolates, amêndoas ...

(..) Havia os lavradores alentejanos e já havia os filhos dos lavradores alentejanos, já tinham dado o salto, já tinham ido estudar para Lisboa, já tinham a sua licenciatura, que já tinham o seu diploma, depois havia também a Escola de Regentes Agrícolas que também tinha aqui algumas pessoas ligadas à Agricultura, mas com um saber já elevado, com o curso de Regentes Agrícolas também era uma potencialidade da Região, mas predominantemente, em número, as elites eram os homens ligados à Agricultura - por exemplo se fossem a um espectáculo, se fossem a uma tourada chamava-se elites a grupo de pessoas que têm o destino dos outros nas mãos, estou convencido que 90 e alguns por cento eram capazes de ser empresários agrícolas (chamamos-lhe hoje assim) comparativamente.

E hoje, quem são...

Não me ocorre assim efectivamente nenhuma situação mais concreta, posso dizer-lhe que um grupo que se constituiu mas já depois do 25 de Abril, foi constituído em 78 - o Rotary Club - o Rotary Club de Beja fechou por altura do 25 de Abril, mas o de Évora, quem é que o constituía, se é que chamamos a isto elitismo, por ali passaram o gerente do Banco de Portugal, o gerente da CGD, médicos, comerciantes de áreas diversas, notários, conservadores do Registo Predial, um ou outro industrial, agricultores, técnicos superiores da Função Pública - quando foi constituído - era um grupo de profissionais, mas no fundo eram estas as elites ...

(...) Neste momento, por exemplo o último a entrar foi o Reitor da Universidade de Évora, mas também o Presidente da Câmara, também o General Vieira da Silva, o General Pereira Coutinho, o Dr. Piteira da Tyco que é o 2º, isto é uma nova elite, naturalmente ali não apanha nenhum padre, professores universitários - ao princípio apareciam - e aqui encontra um pouco as novas elites.

(Síntese) Entrevistado D

As questões colocadas a este entrevistado foram quase exclusivas a procurar saber da forma como um determinado episódio que havia sido relatado por outro entrevistado, tinha ocorrido, ou seja os pormenores associados a um espectáculo com José Afonso que deveria ter tido lugar em 1973, em Viana do Alentejo (próximo de Évora).

Havia sido relatado que dezenas de jovens de Évora se tinham deslocado a Viana para participar num concerto de José Afonso e que se tinham deslocado a pé para contornarem os controlos policiais.

Esse espectáculo esteve de facto agendado e não estava enquadrado em nenhum período eleitoral. No entanto a PIDE e a GNR cercaram o espaço circundante do Cine Teatro local e impediram a sua realização – ainda se verificaram pequenas escaramuças.

O entrevistado procedeu ainda a minuciosas descrições sobre a forma como em torno da figura de José Afonso – homem já então muito respeitado e com grande influência sobre vastos sectores da oposição ao regime – se organizavam as mais diversas iniciativas culturais, que acabavam por se tornar também em acções oposicionistas.

A 2ª Feira de Páscoa – data festiva de grande participação popular – foi por diversas vezes pretextos para pic-nic (s) com esse cunho.

Em Évora tiveram lugar também algumas iniciativas, nomeadamente uma na Fábrica da Bolotá .

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBERGARIA, Henrique

2004 A Dinâmica Populacional das Cidades do Continente Português;
Revista de Estatística, Vol.2 -2.º Quadrimestre de 1999; www.ine.pt

ALEGRIA, João Manuel

2001 As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora: breve
reflexão; **A Cidade de Évora, Boletim de Cultura da Câmara
Municipal**; II Série n.º 5, (141-164)

ALEGRIA, José Augusto

2004 (1959) **Évora e a Cultura**; Évora: Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva

BAIÔA, Manuel

2000 **Elites Políticas em Évora – da 1ª República à Ditadura Militar (1925-
26)**; Lisboa: Edições Cosmos

BARBALET, J.M.

1989 **A Cidadania**; Lisboa: Editorial Estampa

BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas

1996 **Portugal 1960/1995**; Lisboa: Cadernos do Público

BERNARDO, Maria Ana

2001 **Sociabilidade e Distinção em Évora, no século XIX – O Círculo
Eborense**; Lisboa: Edições Cosmos.

BOTTOMORE, T.B.

1974 (1964) **As Elites e a Sociedade**; Rio de Janeiro: Zahar – Editores

BUSINO, Giovanni

sd **Elites e Elitismo**; Porto: Rés – Editora, Lda

CALDAS, Eugénio Castro

1968 “A agricultura no III Plano de Fomento”; **Revista Economia e
Sociologia**, N.º 5 (47:62); Évora: Instituto Superior Económico Social

CAMÕES, Luís Vaz

1980 [1572] **Os Lusíadas**; Lisboa: Círculo de Leitores, Lda

CAPELO, Fernanda de Mendonça

2004 **A Educação em Portugal. Breve Historial**;
<http://www.batina.com/nanda/educa1.htm>

CARVALHO, A. M. Galopim

1993 **O Cheiro da Madeira**; Lisboa: Editorial Notícias

1995 **O Preço da Borrega**; Lisboa: Editorial Notícias

2001 **Com Poejos e Outras Ervas**; Lisboa: Âncora Editora

- CARVALHO, Afonso de
2004 ***Da Toponímia de Évora – dos meados do século XII a finais do século XIV***; Lisboa: Edições Colibri
- CARVALHO, Jorge
1990 ***Évora, Administração Urbanística***; Évora: Câmara Municipal de Évora
- CARVALHO, Lino de
2000 ***1969 um Marco no Caminho para a Liberdade***; Lisboa: Edições Avante
- CASCAIS, Mariana
1993 ***A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços - O caso particular do Alentejo***; Évora: Universidade de Évora
- 2000a “A Avaliação do fenómeno urbano”; ***Revista Economia e Sociologia***, n.º 70 (21:41).
- 2000b “A sustentabilidade das Cidades Médias” in RAMOS, Francisco; SILVA, Carlos e MARUJO, Noémi (Coord) ***Homenagem ao Professor Augusto da Silva***; Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora
- CORDEIRO, Graça Indias; BATISTA, Luis Vicente; COSTA, António Firmino (orgs)
2003 ***Etnografias urbanas***; Oeiras: Celta Editora
- DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo (orgs)
1998 ***As Eleições de 58***; Lisboa: Vega
- ELIAS, Norbert
2004 (1987) ***A Sociedade dos Indivíduos***; Lisboa: Dom Quixote
- ESPANCA, Túlio; COUVINHA, António
1983 ***Encontro com a Cidade, Évora Revisitada***; Évora: Serviço de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Évora.
- ESPERANÇA, Eduardo
1997 ***Património, Comunicação e Práticas Culturais***; Cruz Quebrada: Vega
2002 “Bourdieu o sociólogo enervante” ***Revista Economia e Sociologia***, n.º 74; (5:16)
- FERNANDES, Abílio
2003 “O urbanismo na democratização das sociedades contemporâneas”; ***Revista Poder Local - Administração Democrática***, n.º 142 (28-31) Lisboa: Editorial Caminho
- FERNANDES, António José
1995 ***Introdução à Ciência Política***; Porto: Porto Editora
- FERRÃO, João
1996 ***A Demografia Portuguesa***; Lisboa: Cadernos do Público

- FERREIRA, Alfredo Durão de Matos
1995 **Aspectos da Organização do Espaço Português**; Porto: FAUP
- FERREIRA, Vergílio
1990(1959) **Aparição**; Venda Nova: Bertrand Editora
- FERREIRA, Verginia
2004 **As Mulheres em Portugal, situação e paradoxo**;
http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/MP_Sit_Paradoxos.htm
- FONSECA, Helder Adegar
1996 **O Alentejo no século XIX - Economia e Atitudes Económicas**;
Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- FORTUNA, Carlos
1999 **Identidade, Percursos, Paisagens Culturais: estudos sociológicos da cultura urbana**; Oeiras: Celta
2002 "Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico"; **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.º 63 (123-148)
- FORTUNA, Carlos (org.)
2001 **Cidade, Cultura e Globalização**; Oeiras:Celta.
- GAGEIRO, Eduardo; SARAMAGO, José
1997 **Évora, Património da Humanidade**; Évora: Câmara Municipal de Évora
- GASPAR, Jorge
2004 (1995) **"O Novo Ordenamento do Território - Geografia e Valores"**;
www.ub.es/geocrit/sv
- GERVÁSIO, António
1996 **Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962, no Sul do País**; Lisboa:
Edições Avante
- GIDDENS, Anthony
2004 **Sociologia**; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GRAFMEYER, Yves
1994 **Sociologia Urbana**; Mem Martins: Publicações Europa América
- HEINICH, Nathalie
2004 Retour Sour La Notion d'Élit.; **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Vol. CXVII (313-326)
- LÔBO, Margarida Sousa
1995 **Planos de Urbanização - A Época de Duarte Pacheco**; Base de dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico - 1993 - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa., Porto, DGOTDU - FAUP
- LOPES, João Teixeira
2002 **Novas Questões da Sociologia Urbana**; Porto: Edições Afrontamento

- LOPES, José da Silva
1996 ***Políticas Económicas, 1960/1995***; Lisboa: Cadernos do Público
- LOURENÇO, António Dias
1997 ***Alentejo, legenda e esperança***; Lisboa: Editorial Caminho
- MACHADO, Carlos Alberto (Org)
2000 ***Centro Dramático de Évora, 25 anos em cena***; Évora: CENDREV, Associação Centro Dramático de Évora
- MARTINS, Hermínio
1996 ***Hegel, Texas - e outros Ensaio de Teoria Social***; Lisboa: Edições Século XXI
- MELA, Alfredo
1999 ***A Sociologia das Cidades***; Lisboa: Editorial Estampa
- MÓNICA, Maria Filomena
1996 ***Os Costumes em Portugal***; Lisboa: Cadernos do "Público"
- MONIZ, Manuel Carvalho
1997 ***As Feiras de Évora***; Évora: Câmara Municipal de Évora
- MOURA, Francisco Pereira
1967 "Para uma política de desenvolvimento regional em Portugal"; ***Revista Economia e Sociologia***, N.º 3 (29:49); Évora: Instituto Superior Económico Social
- NAMORA, Fernando
1980 ***Retalhos da Vida de um Médico***; (12ª Ed.) Venda Nova: Livraria Bertrand
- NUNES, Jacinto
1968 "A experiência portuguesa de Planeamento"; ***Revista Economia e Sociologia***, N.º 5 (5:17); Évora; Instituto Superior Económico Social
- NUNES, António José Avelãs
2003 ***Neoliberalismo e Direitos Humanos***; Lisboa: Editorial Caminho
- PIAGET, Jean
1981 ***Lógica e Conhecimento Científico***; 2.º Vol; Porto: Livraria Civilização Editora
- PORTAS, Carlos A. Martins
1967 "A situação sócio-económica do Alentejo e o desenvolvimento regional"; ***Revista Economia e Sociologia***, N.º 3 (51:74); Évora: Instituto Superior Económico Social
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João
2003 ***Políticas Urbanas- tendências, Estratégias e Oportunidades***; Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian

- QUADROS, Elias José
1973 (1969) "Atitude de Évora, frente à industrialização do Alentejo"; **Revista Economia e Sociologia** (Separata) 1975 (5-81)
- RAMOS, Francisco; CUNHA, Silvério da Rocha
2000 "A crise do Espaço Público & a (re) invenção da tradição"; **Revista Economia e Sociologia**, n.º 69 (5:26)
- RAMOS, Francisco; SILVA, Carlos Alberto; MARUJO, Maria Noémi (Coord)
2000 **Homenagem ao Professor Augusto da Silva**; Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora
- REIS, José
1992 **Os Espaços da Indústria, A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal**; Porto: Edições Afrontamento
- RODRIGUES, Walter
1992 "Urbanidade e novos estilos de vida"; **Revista Sociologia - Problemas e Práticas** n.º 12 (91-107)
- SÁ, Luis
1986 **Introdução à Teoria do Estado**; Lisboa :Editorial Caminho
- SALGUEIRO, João
1968 "O III Plano de Fomento, seus objectivos e condições de realização"; **Revista Economia e Sociologia**, N.º 5 (19:45), Évora, Instituto Superior Económico Social
- SANTOS, António Joaquim dos
2001 **Évora, cidade e património – Que relação?**; Relatório de Seminário; Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora:
- SANTOS, Manuel Francisco
2004 **Desvitalização do centro Histórico – O caso do centro Histórico de Évora**; Dissertação de Mestrado; Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora
- SANTOS, Boaventura Sousa
1991 (1987) **Um Discurso sobre as Ciências**; Porto: Edições Afrontamento
1998 **Reinventar a Democracia**; Lisboa: Gradiva
1999 (1994) **Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade**; Porto: Edições Afrontamento
- SAVAGE, Mike; WARD, Alan
2002 (1993) **Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade**; Oeiras: Celta Editora
- SILVA, António da
1977 **Livro Branco do ISESE**; Évora: ISESE
- SILVA, Augusto da
1987 "Mudanças Sociais e Culturais no Alentejo"; **Igreja Eborense - Boletim de cultura e vida da Arquidiocese de Évora** n.º 11 - Ano IV (1-26)

1993 "Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja"; **Análise Social**, vol.XXVIII (123-124) (4.º-5.º):775-786

SILVA, Joaquim Palminha da

2004 **Dicionário Biográfico de Notáveis de Évora – 1900 – 2000**; Évora : Edição Diário do Sul

TOURAINE, Alain

1994 (1992) **Crítica da Modernidade**; Lisboa: Instituto Piaget

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (orgs)

1998 **Portugal que Modernidade?**; Oeiras: Celta Editora

WEBER, Max

2001 **Conceitos Sociológicos Fundamentais**; Lisboa: Edições 70

OUTRAS FONTES:

Sítios da Internet visitados:

- 2004 www.cffh.pt (29/04/2004)
- 2004 www.engenharia.com.pt (21/06/2004)
- 2004 www.ine.pt
- 2004 www.iscp.utl.pt (26/05/2004)
- 2004 www.cm-evora.pt
- 2004 www.uevora.pt
- 2004 www.cm-evora/intranet/dpri/documentos
- 2004 [www.mulheres-ps20.ipp.pt/MP Sit Paradoxos.htm](http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/MP_Sit_Paradoxos.htm)
- 2004 www.ub.es/geocrit/sv

Edições, estudos e documentação da CME

CME

- 2000 *A cidade de Évora, Boletim de Cultura da Câmara Municipal; II Série, nº 5*

CME

- 2004 *Fluxos Turísticos em Évora, 1996-2001; Évora: CME-DADE (policopiado)*

GABINETE DA CIDADE

- 1994 *Uma Estratégia para a cidade de Évora; Évora: CME (Policopiado)*

Fontes estatísticas

INE

- 1960 Recenseamento Geral da População; Lisboa; Instituto Nacional de Estatística.
- 1970 Recenseamento Geral da População; Lisboa; Instituto Nacional de Estatística.
- 1981 Recenseamento Geral da População; Lisboa; Instituto Nacional de Estatística.

1991 Recenseamento Geral da População; Lisboa; Instituto Nacional de Estatística.

2001 Recenseamento Geral da População; Lisboa; Instituto Nacional de Estatística.

2002 ***Atlas das Cidades de Portugal***; Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

2002 ***O País em números***; CD ROM Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

2004 ***As cidades em números***; CD ROM Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

2004 **Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional.**
Região do Alentejo; Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Fontes legislativas:

1932 Dec. Lei 21014 de 19 de Março

1968 Lei 21137 de 26 de Dezembro

1985 Portaria 5/85 de 2 de Janeiro

1985 Dec. Lei 110/85 de 4 de Outubro – D.R. I Série n.º 229

1997 Lei 77/97 de 25 de Outubro

2005 D.R. II Série (3062) de 1 de Março

Fontes da Imprensa:

1960 Democracia do Sul, 10 de Janeiro

Notícias de Évora n.º 18052 de 9 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18053 de 10 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18055 de 13 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18056 de 14 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18060 de 18 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18061 de 20 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18065 de 24 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18068 de 28 de Setembro

Notícias de Évora n.º 18072 de 2 de Outubro

Notícias de Évora n.º 18083 de 16 de Outubro

Notícias de Évora n.º 18084 de 18 de Outubro

Notícias de Évora n.º 18138 de 21 de Dezembro

1969 Democracia do Sul de 18 de Maio

Democracia do Sul de 22 de Maio

Democracia do Sul de 27 de Maio

Democracia do Sul de 13 de Junho

Democracia do Sul de 17 de Junho

Diário do Sul de 19 de Junho

Democracia do Sul de 20 de Junho

Democracia do Sul de 21 de Junho

Democracia do Sul de 28 de Junho

1973 Notícias de Évora de 6 de Junho

Notícias de Évora de 23 de Junho

Notícias de Évora de 26 de Junho

2004 Jornal Público de 14 de Setembro